

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**TRAJETÓRIAS DAS POPULAÇÕES ADULTAS EM SITUAÇÃO DE
RUA NA ZONA OESTE EM CONTEXTO DE GRANDES EVENTOS
INTERNACIONAIS NO RIO DE JANEIRO**

NIVIA CLÁUDIA KATICA MELO E SILVA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRAJETÓRIAS DAS POPULAÇÕES ADULTAS EM SITUAÇÃO DE
RUA NA ZONA OESTE EM CONTEXTO DE GRANDES EVENTOS
INTERNACIONAIS NO RIO DE JANEIRO**

NIVIA CLÁUDIA KATICA MELO E SILVA

Sob a Orientação do Professor

Edson Miagusko

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Junho de 2016

305.56098153

S586t

T

Silva, Nivia Cláudia Katica Melo e, 1985-
Trajetórias das populações adultas em
situação de rua na Zona Oeste em contexto de
grandes eventos internacionais no Rio de
Janeiro / Nivia Cláudia Katica Melo e Silva.
- 2016.
151 f.: il.

Orientador: Edson Miagusko.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

Bibliografia: f. 120-126.

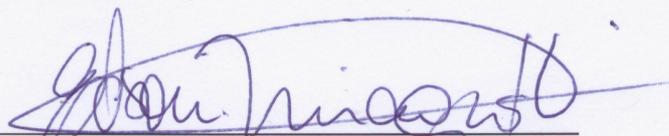
1. Pessoas desabrigadas - Rio de Janeiro
(RJ) - Teses. 2. Pessoas desabrigadas -
Assistência em instituições - Campo Grande
(Rio de Janeiro, RJ) - Teses. 3. Eventos
especiais - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 4.
Rio de Janeiro (RJ) - Política social -
Teses. I. Miagusko, Edson, 1972- II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências
Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NIVIA CLÁUDIA KATICA MELO E SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

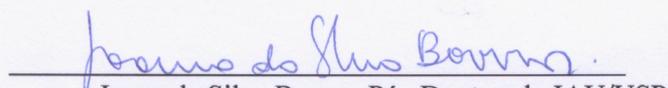
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 3 / 6 / 2016



Edson Miagusko. Dr. PPGCS / UFRRJ
(Orientador)



Carly Barboza Machado. Dr^a. PPGCS / UFRRJ



Joana da Silva Barros. Pós-Doutorado IAU/USP

*Não somos lixo.
Não somos lixo e nem bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem lixo.
Nós somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calam e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.
Não somos lixo.
Será que temos alegria? Às vezes sim...
Temos com certeza o pranto, a embriaguez,
A lucidez dos sonhos da filosofia.
Não somos profanos, somos humanos.
Somos filósofos que escrevem
Suas memórias nos universos diversos urbanos.
A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.
Não somos bicho nem lixo, temos voz.
Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasmas.
Existem aqueles que se assustam.
Não somos mortos, estamos vivos.
Andamos em labirintos.
Depende de nossos instintos.
Somos humanos nas ruas, não somos lixo.*

Carlos Eduardo (Cadu)

Dedico este trabalho aqueles que não me deixaram desistir. Às pessoas em situação de rua que lutam todos os dias, sonhando com dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final desta etapa. Até aqui grande comprometimento com o tema, com o estudo, com as pessoas, com as situações. Esta foi sem dúvida alguma uma das tarefas e um dos desafios mais difíceis pelos quais passei.

A Deus agradeço por ter conseguido chegar até aqui.

Agradeço a minha família, meus pais e meus irmãos. Pelas alegrias de quando souberam da notícia de minha entrada no mestrado. Na força antes e durante, quando senti dificuldade em continuar.

Ao meu amor, ser calmo e companheiro Pablo, agradeço por dividir comigo as lágrimas e os sorrisos nesse eterno rasgar-se e remendar-se que é a caminhada da vida. Agradeço o carinho, a grande paciência e ajuda durante todo o percurso e, sobretudo nessa reta final de conclusão deste trabalho.

Ao professor Edson Miagusko, agradeço a orientação e, sobretudo a compreensão e profissionalismo que foram dispensados no decorrer deste trabalho.

Também agradeço às professoras Carly Machado e Joana Barros por aceitarem estar na banca e pelas contribuições. E à professora Irene Rizzini por ter estado na banca de qualificação, mas que infelizmente não pôde estar presente na defesa, agradeço pelas contribuições.

Aos Amigos, agradeço a todos. Da turma PPGCS 2014, pelas dicas, aprendizados e reflexões e claro, momentos de leveza também. Aos amigos que seguiram para além da graduação na UFRJ e me auxiliaram desde com a coragem para enfrentar o novo ciclo (que agora chega ao seu fim) aos ensinamentos e orientações. Francisco, meu amigo do coração que me ama, cuida de mim mesmo morando atualmente distante e pelas valorosas instigações no percurso. Aos Amigos, os de ontem e os de hoje agradeço pelo carinho, motivação e confiança. Agradeço a força que cada um me deu e tem me dado.

Agradeço a todos do albergue Casa de Lázaro que foi meu último momento de pesquisa de campo e que estou lá até hoje, pois não consegui parar com o trabalho, de me sentir parte do que eles colocam como diferença em suas vidas e me sentir parte de lá.

Agradeço as instituições, seus funcionários, as pessoas que encontrei pelas ruas e suas histórias, que abriram as portas para que esse trabalho fosse feito. A cada um que participou desta pesquisa.

RESUMO

SILVA, Nivia Cláudia Katica Melo e. **Trajetórias das populações adultas em situação de rua na Zona Oeste em contexto de grandes eventos internacionais no Rio de Janeiro.** 2016. 151 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as cenas e situações vividas pela população adulta em situação de rua no seu processo de deslocamento para Campo Grande, na Zona Oeste, ocasionado pelos grandes eventos internacionais esportivos na região central e na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2016. Como base para a análise da vida nas ruas está o material colhido no campo (observação, participação e entrevistas com algumas pessoas em situação de rua e outras que trabalham diretamente com elas, sobretudo em entidades religiosas que tenham ações com pessoas em situação de rua) e dados da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro como um todo e mais especificamente dados em Campo Grande. Este trabalho se propõe a apontar as vulnerabilidades que as populações em situação de rua estão sujeitas dentro e fora deste processo de mobilidade pela cidade, bem como o déficit de equipamentos públicos e seus agentes, restringindo o acesso dessas populações aos seus direitos mais básicos.

Palavras-chave: Populações em situação de rua, trajetórias, megaeventos, políticas públicas, Zona Oeste.

ABSTRACT

SILVA, Nivia Cláudia Katica Melo e. **Paths of adults populations in street situation at Campo Grande in huge internacional events background at Rio de Janeiro.** 2016. 151 p. Dissertation (Master of Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

This research had as goal to analyse the scenes and situations lived by adult population in street situation in your displacement process to Campo Grande, at West Zone, occasioned by the huge international sport events at central region and South Zone of Rio de Janeiro city, between the years 2014 and 2016. The base of the analysis of life on streets is the material collected in research field (observation, participation and interviews with some people in street situation and other ones who work directly with them, mainly inside religious entities that act with people in street situation) and data of population in street situation on Rio de Janeiro city as a whole and more specifically their data in Campo Grande. This work propose to point the vulnerabilities that populations in street situation are subject inside and outside this displacement process through the city, just as well the deficit of public equipments and your agents, limiting the access of these populations to yours most basics rights.

Key words: Populations in street situation, paths, megaevents, public politics, West Zone.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Entrada no campo: a escolha e organização do campo de pesquisa	24
1.2 A pesquisadora e a assistente social: questões e dilemas	27
CAPÍTULO I - Análise sobre a vida nas ruas e as incidências da ação estatal	31
2.1 A população em situação de rua: a história de uma nomeação	31
2.2 A população em situação de rua no Rio de Janeiro em números	39
CAPÍTULO II - Campo Grande e as instituições	54
3.1 Conhecendo Campo Grande	57
3.2 As instituições e entidades: seus papéis e ações voltadas para as populações em situação de rua	59
<i>a) Irmãs Missionárias da Caridade</i>	65
<i>b) Igreja Batista Farol da Lapa</i>	71
<i>c) CREAS Zilda Arns Neumann</i>	73
<i>d) Centro de Convivência Monte Alverne (Casa de Atendimento Maria José)</i>	75
<i>e) Fraternidade O Caminho – Pastoral de Rua (em Campo Grande)</i>	77
<i>f) Casa de Lázaro</i>	82
<i>g) Igreja Congregacional Campograndense</i>	85
3.3 Rio Acolhedor Paciência: sua proximidade com Campo Grande	87
3.4 Cenas e situações: vida nas ruas e os limites da experiência humana	93
<i>a) Vítor Lima – ações do ‘Fazendo o bem sem olhar a quem’</i>	93
<i>b) Matheus</i>	95
<i>c) Sebastião</i>	96
<i>d) Simone</i>	96
<i>e) Dalila</i>	97
<i>f) Marcela</i>	97
<i>g) Anderson</i>	98
<i>h) Fabrício</i>	99
<i>i) Gabriel</i>	100
<i>j) Estevão</i>	101
<i>l) José</i>	102
<i>m) Fabio</i>	102
<i>n) Mariangela</i>	103
CAPÍTULO III - Ações da sociedade civil	105
4.1 Seminários e audiências públicas	105
<i>a) Seminário ‘Ninguém mora na rua porque gosta’</i>	105

<i>b) Fórum de população em situação de rua da Zona Oeste</i>	108
<i>c) Audiência pública sobre população em situação de rua e as Olimpíadas de 2016, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.</i>	109
4.2 Manifestações da violência, Segurança Pública e poder paralelo – milícias	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
7 ANEXOS	127
• Anexo I – Registros fotográficos	127
• Anexo II – Roteiro de entrevistas	133
• Anexo III – Mapa do trajeto realizado pela Pastoral de Rua nas ações noturnas com pessoas em situação de rua, no centro de Campo Grande	134
• Anexo IV – Mapa do Rio de Janeiro, segundo suas Áreas Programáticas (AP)	135
• Anexo V – Marco Normativo e Político-Institucional da Rede de Atendimento às Populações em Situação de Rua	136
• Anexo VI – Infográfico do balanço das manifestações de junho de 2013 a nível nacional	143
• Anexo VII – Infográfico da área de atuação de milicianos na zona oeste do Rio de Janeiro	144
• Anexo VIII – Notícias e reportagens nas temáticas sobre <i>populações em situação de rua, manifestações, Copa do Mundo e Olimpíadas - (2013 a 2016)</i>	145

1- INTRODUÇÃO

Os holofotes do mundo estão voltados para a cidade do Rio de Janeiro. Isto aconteceu em eventos como a Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e não será diferente nas Olimpíadas em 2016. Para cada um destes houve uma preparação na cidade, especificamente nas áreas onde os participantes dos eventos e a imprensa que os cobria normalmente transitariam, isto é, majoritariamente nas áreas centrais e zona sul da cidade. Barra da Tijuca, parte da Zona Oeste e algumas partes do subúrbio foram as regiões escolhidas como objeto de atenção.

Nos períodos sinalizados acima, o Rio de Janeiro transformou-se em vitrine do país para o mundo. Além de ser um destino turístico bastante desejado, ganhou mais visibilidade internacional. Desta forma, deseja-se evidenciar o que há de bom, belo e harmonioso na cidade, logo, aquilo que contrasta e se julga feio esteticamente vem sendo retirado de cena.

Nesses contextos, os equipamentos públicos municipais e seus agentes – no sentido em que agem em nome de uma secretaria municipal e da política pública ao qual está ligada – assumem o papel de extratores, realocando o que é indesejado para locais distantes e muitas vezes inapropriados, distorcendo as políticas públicas as quais tais equipamentos devem trabalhar e colocar em prática.

Como alvos dessas ações estão as populações em situação de rua, que são levadas – removidas – de onde costumam permanecer para abrigos públicos, localizados distantes da área central da cidade. O que se vê é que tais remoções muitas vezes acontecem em período noturno, impedindo que as pessoas saiam dos abrigos e permaneçam ali até no mínimo a manhã seguinte. Estas pessoas removidas passam pela triagem da instituição e somente depois desta etapa podem decidir ir embora. Sem dinheiro para a passagem, tentam carona para voltar ao local de onde foram abordados ou pedem dinheiro pelas ruas ou por fim, tentam voltar a pé.

Muitas destas, após tentativas de retorno frustradas, chegam e ficam pelo centro comercial de maior densidade e proximidade dos abrigos municipais, no caso deste – o Rio Acolhedor Paciência – chegam ao bairro de Campo Grande. Ali criam meios de sobrevivência em grande maioria através de trabalhos informais, principalmente pela dificuldade em conseguir emprego devido à falta de moradia, documentação e experiência. Nesta situação, estão sujeitos a toda sorte de problemas, inclusive com comerciantes locais e a prevalência da milícia que atua na localidade.

Contudo, o bairro de Campo Grande conta com um expressivo número de entidades

religiosas que tem suas ações voltadas às pessoas em situação de rua. Ações estas que vão desde alimentação, vestuário e banho até evangelização e parcerias que encaminham para retirada de documentação. Acabam por tomar para si aquilo que seria função do Estado e se tornam referências locais de acolhimento dessas pessoas, apesar de não conseguirem atingir todos que necessitam.

Como pesquisadora, minha aproximação com a temática e as populações em situação de rua se deu no ano de 2013, durante participação em uma pesquisa no período final da graduação. Posso dizer que o que se apresentou para mim naquele momento foi uma nova maneira de lidar e discutir a temática, mais próxima daqueles que vivenciaram e vivenciam a situação de rua, bem como conhecer alguns de seus protagonistas.

Minha graduação terminou, mas o interesse e mobilização pelo assunto continuaram. Ingressei no mestrado e trouxe comigo estes dois pontos. Do início da pós-graduação até seu momento final, o corpo e direção do estudo se transformaram um pouco, mas a essência permaneceu.

Junto ao interesse pelo tema, os questionamentos e o que me carrega por esses ares, estão a minha profissão de assistente social que me coloca de frente a situações ligadas às expressões da questão social e meu trabalho atual que mesmo voltado à área da educação, me coloca próxima às famílias que tem seus laços fragilizados e que se encontram vulnerabilizadas social e economicamente. Minha profissão e meu lugar de pesquisadora me trouxeram momentos de tensão como a assistente social que incide diretamente na realidade dos usuários e a pesquisadora que necessita compreender, pesquisar e analisar seu objeto de estudo. Questionava-me em vários momentos sobre os dilemas éticos da profissão e da pesquisa.

Enquanto mestranda tenho também o meu trabalho e saber dividir bem cada um – o tempo entre os dois e dedicação – foi um desafio. Não à toa, meu início de campo aconteceu durante os jogos da Copa do Mundo na cidade, pois os dias foram colocados pela prefeitura como feriados e assim pude ir para as ruas realizar a pesquisa de campo. Ainda assim me sentia privilegiada, pois meu trabalho formal tem as ruas como parte, baseando-se em visitas domiciliares às famílias, ‘busca ativa’¹ e contato com instituições locais, o que me permitiu observar determinadas localidades e as relações entre as pessoas nas ruas.

¹ Busca ativa é a estratégia adotada para procura e identificação de crianças e jovens que estão fora da escola ou infrequentes nesta. É feita através de abordagem pelo articulador local ou em atividades de mutirões – coletivos, com a equipe – seja por livre procura pelos territórios ou por listagens da Secretaria Municipal de Educação ou listagem de alunos infrequentes enviados pelas escolas locais.

Tais passos me ajudaram a ter uma base inicial para entrada no campo – através de adaptações, ‘jogo de cintura’ e percepções – principalmente para negociar a entrada em instituições de atendimento à população de rua. Além de aproveitar o melhor momento para encontrar pessoas em situação de rua, abordá-las e conversar. Estas situações foram fundamentais para chegar às diferentes instituições, mesmo que dificuldades surgissem pelo caminho tais como a transitoriedade desses indivíduos, que impediam uma continuidade para retornos com entrevistas; e a própria construção do objeto de pesquisa que ao longo do mestrado se alterou. Foram momentos de tentativas, erros e acertos no intuito de aparar as arestas – aparos estes que ainda não terminaram.

Meu tema de estudo é a condição das populações² em situação de rua no Rio de Janeiro (população adulta, homens e mulheres na faixa etária de 18 a 59 anos) em áreas do centro da cidade e em Campo Grande, suas trajetórias³ e o deslocamento de áreas do centro carioca e zona sul para Campo Grande no contexto atual dos grandes eventos esportivos internacionais que ocorreram no país em 2014⁴ e ao longo de 2015 e 2016 com a preparação para as Olimpíadas. A temática abordada está relacionada com o acesso às diferentes políticas sociais e ações de instituições religiosas em prol das pessoas em situação de rua.

No que diz respeito ao diferencial, trato do deslocamento de populações em situação de rua para a região de Campo Grande, vindas de diversas áreas da cidade, mas chegando antes em equipamentos públicos, como o abrigo Rio Acolhedor Paciência, e de lá permanecendo em Campo Grande por determinadas questões que serão trabalhadas ao longo desse texto.

Esta pesquisa é fruto das reflexões, questionamentos e observações realizadas durante uma das etapas da minha formação acadêmica de graduação, em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de participação na pesquisa iniciada no ano de 2013 (Maio a Novembro) intitulada ‘Segurança Pública e população em situação de rua’⁵, cujo objetivo foi analisar a relação entre as instituições da segurança pública, guarda

² Sobre o termo, ver item 2.1- A população em situação de rua: a história de uma nomeação.

³ Durante toda a dissertação eu trato como trajetórias, porém devido à dificuldade em me encontrar de maneira constante com as pessoas em situação de rua, o que há são cenas de histórias vividas por cada uma delas.

⁴ No Rio de Janeiro existe um cenário específico, onde a cidade tem sido foco de eventos, investimentos e transformações no cenário urbano. Dessa forma, é possível afirmar que temos uma era dos megaeventos no Rio de Janeiro.

⁵ Esta pesquisa foi uma iniciativa do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Prevenção da Violência e Acesso à Justiça e Educação em Direitos Humanos (NUPPVAJ) que buscou conhecer as interfaces entre ‘Segurança Pública’ e ‘Populações em Situação de Rua’. O NUPPVAJ, cadastrado no CNPQ, está vinculado ao NIAC- Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/PR5).

municipal e bombeiros com as populações em situação de rua, assim como mapear o conjunto de ações integradas direcionadas a esses atores, e que poderiam envolver as redes de atendimento das diversas políticas públicas nas áreas.

O objetivo geral deste texto é analisar as trajetórias da população adulta em situação de rua no seu processo de deslocamento para a Zona Oeste – especificamente em Campo Grande –, ocasionado pelos grandes eventos internacionais esportivos na região central e Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2016, através das ações realizadas por instituições religiosas às pessoas em situação de rua. Buscarei analisar ainda algumas situações em que pessoas em situação de rua se organizam em meio à vida nas ruas e suas consequências, identificando e analisando iniciativas e ações de entidades religiosas, visibilizando protagonistas, resistências e críticas ao modelo de cidade venal – aquela que é vendável. Além disso, a problematização da tensão entre a dupla dimensão da posição do assistente social (técnico social), que busca incidir sobre o mundo e o pesquisador – situação esta na qual estou intimamente inserida e que me traz reflexões e questionamentos do campo de pesquisa e do exercício profissional.

Esta dissertação é um desdobramento das reflexões, questionamentos e observações da pesquisa na qual participei em 2013. Agora, para o mestrado, com base nos processos de mudança relacionados às diferentes dimensões que a cidade enfrenta e enfrentará até 2016, tais como moradia, mobilidade urbana, segurança pública, seu controle e ordenamento e as consequências no acesso das populações em situação de rua à cidade e a rede de serviços, tais como os de acolhida, alimentação e documentação, por exemplo.

Sobre o ‘público-alvo’, Feltran (2014), fala sobre a questão do esquadramento da ‘população’ e essencialização dos recortes produzidos, objetivando-os, o que seria a função primeira da maquinaria de governo que classifica valor e seleciona desigualmente a partir de recortes populacionais produzidos.

A lógica de mercado, portanto – assim se faz com o solo urbano, que se recortam os “nichos de mercado”; assim também se deve agora recortar as populações, tornadas ao mesmo tempo “público-alvo” de marqueteiros e programas de governo. Daí o nexos constitutivo entre o governo seletivo da pobreza e o desenvolvimento mercantil, daí o ideal de expansão de consumo aos pobres e sua integração aos mercados como projeto político fundamental. É a ampliação da circulação de dinheiro, agora também relevante nas margens do social, a finalidade fundamental do repertório variável de regimes de governo da pobreza que recorta os pobres a partir da intensidade potencial do conflito que podem causar à ordem mercantil.
(FELTRAN, 2014, p. 497)

O autor coloca que o público-alvo é uma criação da maquinaria de governo cruzada

com a lógica de mercado. Sendo assim, o público-alvo será recortado conforme o Estado realiza a gestão das populações pobres que estão à margem e estas passam a ter um caráter funcional do ponto de vista econômico.

O conceito de governo, para Rose (1998), é entendido como uma arte, ou “a maneira meditada de fazer o melhor governo e também [...] sobre a melhor forma possível de governar” (FOUCAULT, 2007, p. 17). Foucault usa o termo *governamentalidade* enquanto “maneira de condução da conduta dos homens” (FOUCAULT, 2007, p. 208).

Segundo Rose (1998):

A psicologia, então, está intimamente ligada à entrada da alma do cidadão na esfera do governo... O tema aparentemente ‘público’ das racionalidades de governo está fundamentalmente ligado à questão aparentemente ‘privada’ de como devemos nos comportar, como devemos regular a nossa própria conduta, como devemos julgar o nosso comportamento e o dos outros. Esta ligação não tem sido meramente ‘externa’, o governo buscando manipular indivíduos que, do contrário, seriam ‘livres’. Trata-se de uma ligação ‘interna’, na qual a nossa própria constituição enquanto indivíduos ‘livres’ têm sido objetivo e consequência de programas e técnicas de regulação. (ROSE, 1998, p. 77)

Rose (1998) enfoca a articulação entre práticas de psicologia e artes de governo de uma dupla maneira, a) através das técnicas de inscrição que permitiram que as subjetividades se tornassem acessíveis às técnicas de governo; b) por meio da constituição de políticas múltiplas que objetivam conduzir a conduta de indivíduos, não somente através do controle, da disciplina e da norma mas, principalmente, da liberdade e da atividade destes. Sobre as técnicas:

Primeiro, eles forneceram os termos que permitiram que a subjetividade humana fosse traduzida para as novas linguagens do governo das escolas, das prisões, das fábricas, do mercado de trabalho e da economia. Segundo, eles constituíram a própria subjetividade e a própria intersubjetividade como objetos possíveis para o gerenciamento racional, ao fornecer as linguagens para falar de inteligência, desenvolvimento, higiene mental, ajustamento e desajustamento, relações familiares, dinâmicas de grupo e outros. [...] [...] O poder da psicologia aqui repousa em sua promessa de fornecer dispositivos de inscrição que venham a individualizar tais sujeitos problemáticos, tornando a alma humana inteligível na forma de traços calculáveis. A sua contribuição repousa na invenção de categorias avaliações, estimativas, e testes (todos de caráter diagnóstico) que construíram a subjetividade de forma que ela pudesse ser representada através de classificações, cálculos e quocientes. (ROSE, 1998, p. 70 e 74).

Aqui a psicologia é colocada fora de sua definição tradicional, como ‘ciência do indivíduo’, mas como um conjunto de técnicas de inscrição e de práticas encaixadas em dispositivos contemporâneos de gestão da vida privada.

A partir do aspecto colocado sobre o público-alvo, no contexto das políticas públicas, recortado conforme o Estado realiza a gestão das populações pobres à margem, apresentarei um traçado das políticas públicas em si, o que são, para que servem e como devem ser formuladas para que haja uma integração entre seus propósitos e as demandas sociais. Posteriormente, problematizarei o que é estar em situação de rua e de que forma estas pessoas foram identificadas a partir da Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Depois, demonstrarei como foi formulada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, seus princípios e diretrizes e como se dá sua integração com outras políticas do governo.

Como marcos legais, utilizarei, principalmente em referência ao campo dos direitos humanos e da assistência social, desde a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal de 1988, até a Política Nacional de Assistência Social, a Lei Orgânica de Assistência Social e a Política Nacional Para a População em Situação de Rua.

Estabelecerei uma conexão mais estreita a partir de **observação participante** junto às entidades religiosas que atendem às pessoas em situação de rua, bem como sua representatividade junto aos conselhos de direitos e formas de organização, como o Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua.

Nesse sentido, a participação em fóruns organizados – onde estão presentes representantes de instituições e grupos, havendo assim uma possibilidade de discutir os entraves profissionais que se encontram – de instituições que procurem discutir suas práticas e sua relação com a sociedade e os movimentos sociais é central para o desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa tem **caráter qualitativo**, pois concebe que as percepções dos atores envolvidos são fundamentais para entender ou se aproximar da essência desse fenômeno, a partir de sua auto produção discursiva; também tem **caráter quantitativo**, pois a partir de instrumentos **como questionários** e censos já produzidos, foi possível estabelecer um quadro mais rigoroso da situação dessa população e dos impactos sofridos pela política dos grandes eventos.

Com relação ao primeiro momento (qualitativo), utilizei **entrevistas semiestruturadas** com as populações em situação de rua e profissionais de instituições que atuam na rede de serviços direcionados no sentido de verificar suas percepções e formas de resistência. Inicialmente analisei a partir de uma das instituições que recebem pessoas em

situação de rua visitadas na área central do Rio de Janeiro – a instituição Missionárias da Caridade⁶ –, devido à situação em que ocorreu cada visita institucional, as duas na Lapa, Centro do Rio de Janeiro. A primeira foi a Igreja Batista Farol da Lapa⁷ e a segunda, a instituição Missionárias da Caridade⁸.

A primeira instituição visitada – Igreja Batista Farol da Lapa –, tive acesso após conversa com Deise⁹, presente no seminário ‘Ninguém mora na rua porque gosta’, ocorrido no Ministério Público e, posteriormente, por meio de Carlos¹⁰, em uma calçada da subida para Santa Teresa. Ele me indicou a igreja por ser um local de pessoas interessadas em ajudar pessoas em situação de rua. A outra instituição, Missionárias da Caridade, foi acessada após um momento de observação nos Arcos da Lapa em que duas senhoras distribuíam senhas. Aproximei-me e perguntei sobre a ação e fui convidada pelas irmãs da caridade a participar da distribuição de comida e conhecer o espaço.

Em vários momentos da pesquisa de campo nas entidades, seja para conhecer ou para conseguir realizar entrevistas, em minha apresentação na instituição ou a conhecendo, buscava perceber a existência da necessidade de voluntariado e assim, encontrei como porta para entrada nesses locais o engajamento nos trabalhos sociais destas.

Isso me chamou atenção para o fato de que, ao contrário de minha inicial dificuldade em conseguir acesso aos equipamentos públicos e seguindo assim para as entidades – de origens religiosas –, conhecendo o trabalho desenvolvido por cada uma das que visitei e contatei, os agentes destas viam como positivo e assim flanqueavam minha entrada, mesmo que temporária, a partir do engajamento nos trabalhos sociais desenvolvidos, oferecendo ações das quais as entidades estivessem carentes, seja através de conhecimento, experiências e até mesmo o trabalho braçal, já que meu engajamento não é necessariamente voltado apenas às técnicas empregadas na minha formação profissional, consolidando vínculo necessário para realização de minha pesquisa. Deste modo, essa condição do trabalho voluntário foi uma porta de acesso importante para a negociação de minha entrada em campo e quando revelava

⁶ Essa entidade será apresentada melhor, quanto às suas características, atendimento, quem influenciou sua criação, suas funções, e assim por diante, no capítulo da entrada de campo.

⁷ Igreja missionária cuja missão é evangelizar as pessoas em torno da Lapa e em especial as pessoas em situação de rua.

⁸ É uma congregação católica concebida e fundada por Madre Teresa de Calcutá com o objetivo de viver a caridade no cotidiano, de modo a assistir e auxiliar os mais desvalidos e mais pobres.

⁹ Deise (38 anos), 10 de junho de 2014. Todos os nomes serão mantidos no anonimato e são fictícios, com exceção dos representantes dos equipamentos públicos e religiosos.

¹⁰ Senhor Carlos (63 anos), 15 de junho de 2014, dia de jogo na cidade pela Copa do Mundo. Inicialmente foi uma conversa, mas depois me apresentei como pesquisadora e pedi que me concedesse entrevista.

minha condição de assistente social, mais que de pesquisadora, a chancela era ainda mais efetivada.

Assim sendo, existem benefícios para ambas as partes. No sentido de que ao participar das atividades das instituições, realizo a pesquisa de campo, me inserindo no ambiente, deixando de me tornar um corpo estranho ao local, e ao mesmo tempo me relaciono com as pessoas, sejam elas os agentes da instituição ou seu público.

Nesse momento – na Igreja Batista Farol da Lapa e na instituição Missionárias da Caridade – foram realizadas entrevistas e conversas informais¹¹, inicialmente de maneira livre, deixando as pessoas falarem daquilo que julgassem importante e posteriormente apresentado questões referentes à abordagem policial e ações dos equipamentos públicos municipais, como o Lapa Presente¹² e equipes do Desenvolvimento Social. Estas foram realizadas com três pessoas em situação de rua que estavam na Lapa e também com responsáveis das duas instituições citadas. Teve-se como propósito saber a trajetória dessas pessoas e suas percepções acerca das ações estatais, ocorridas no período dos jogos da Copa do Mundo. Com as responsáveis das instituições, também, contudo somado às ações das populações em situação de rua¹³.

É fundamental contextualizar o período em que realizei a pesquisa de campo para essa dissertação, mergulhado nas manifestações, inicialmente por causa do aumento das passagens e logo referente a temas como a corrupção política e a má qualidade dos serviços públicos. As manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) tiveram início em maio de 2013, a partir das redes sociais, e abalaram o país precisamente durante a Copa das Confederações. As ações se intensificaram, chegando em junho com um crescimento em número de pessoas, passeatas e manifestações, iniciadas pelo Sudeste e estendidas para as capitais do país e mesmo cidades médias.

¹¹ As entrevistas, conversas informais e visitas aconteceram nos dias de jogos na cidade do Rio de Janeiro: em 10 de junho de 2014, no Seminário "Ninguém mora na rua porque gosta", ocorrido no Ministério Público - Centro da cidade; em 15 de junho de 2014, na Cinelândia e Arcos da Lapa, dia de jogo na cidade: Argentina e Bósnia; em 20 de junho de 2014, na Cinelândia e Arcos da Lapa, onde não havia jogos, mas manifestação marcada - ato em comemoração a um ano da manifestação de 20 de junho de 2013; e em 22 de junho de 2014, no Maracanã, dia de jogo na cidade: Bélgica e Rússia.

¹² Iniciada em 1º de janeiro de 2014, a Operação Lapa Presente foi lançada para aumentar a segurança na região da Lapa, no Centro do Rio. A Secretaria de Governo montou uma tenda para a operação, em frente aos Arcos da Lapa, de onde saem os agentes que patrulham diariamente a região circulando a pé, de bicicleta ou de viatura pela região do Rio Antigo, no intuito de garantir a segurança dos transeuntes. Há também uma unidade móvel avançada da Secretaria municipal de Assistência Social, para atendimento de pessoas em situação de rua usuários de drogas. A Operação Lapa Presente atua de domingo a quinta-feira, das 19h às 3h, e às sextas-feiras e aos sábados, das 21h30 às 5h30. Para mais informações, acessar o link: <http://www.rj.gov.br/web/segov/exibeconteudo?article-id=2689835>

¹³ As pessoas, suas trajetórias e instituições estão apresentadas no capítulo II, itens 3.1 e 3.3 deste.

As manifestações mobilizaram a juventude brasileira que cresceu em um ambiente democrático, com grande acesso à informação. Desta forma, conscientizaram-se e a razão que os levou às ruas, foi a reivindicação de políticas públicas universais (FERREIRA, 2014).

O movimento avançou acrescentando elementos aos demais movimentos sociais, onde a partir dos aumentos de passagens (de 20 centavos) pautas foram alargadas e acrescentaram rapidamente milhares de pessoas às manifestações. Os atos que vêm ocorrendo no Brasil foram organizados a partir das redes sociais, contribuindo para a aglutinação das pessoas, causas e performances.

Tal como colocado por Ferreira (2014), em um ambiente crítico ao qual estava situado esse período, foi questionado o absurdo dos gastos com os megaeventos, em um país ainda pobre apesar de muito rico, com grande concentração da renda, em que as políticas públicas mostram-se ineficazes, o direcionamento e concentração de recursos públicos na Copa mostrou-se incoerente com o discurso do governo de acabar com a pobreza no país.

As manifestações aconteceram antes do início da Copa do Mundo¹⁴. Entre as reivindicações estavam o fim dos despejos e remoções forçadas, a desmilitarização das polícias e a democratização dos meios de comunicação. A realização de megaeventos esportivos foi vista como oportunidade de promover o território, dando visibilidade ao bom ambiente de negócios e o retorno esperado para a cidade foi na promoção da imagem. Do outro lado esteve a deficiência de serviços públicos e as contradições entre os interesses destas empresas e da população.

Ao longo desse período, as manifestações pelo Brasil repercutiam no mundo através dos veículos de comunicação, em notícias e reportagens.¹⁵:

Dezessete de junho de 2013. Uma data que provavelmente vai ficar para a História. Foi quando cerca de 100 mil pessoas se reuniram, segundo estimativas, e apenas no Rio, em um protesto multifacetado, que se iniciou há poucas semanas contra o aumento das passagens de ônibus municipais, mas que agora parece juntar outras reivindicações. [...] a multidão que portava faixas contra o aumento da passagem, mas também a favor de outras melhorias para a população, principalmente na saúde e na educação. Era visível que o movimento não era por 20 centavos, mas por 20 x 20 motivos

¹⁴ Antes e durante o período da Copa, manifestantes foram às ruas em várias cidades-sede, em protestos marcados por forte repressão policial, que resultou em dezenas de pessoas feridas e detidas em todo o país. Como exemplo, já no primeiro dia da Copa do Mundo, 12 de junho, forças de segurança suspenderam na prática uma longa lista de liberdades individuais para garantir o sucesso do evento, agindo de forma arbitrária, como se vários direitos tivessem sido suspensos entre eles a liberdade de expressão e o direito à manifestação.

¹⁵ Ver Anexo VII – Notícias e reportagens nas temáticas sobre *populações em situação de rua, manifestações, Copa do Mundo e Olimpíadas* - (2013 a 2016).

de insatisfação de uma população que vem sendo negligenciada por muitos anos pelo poder público. (REVISTA DE HISTÓRIA, 18/06/2013).

O aumento da passagem do transporte público desencadeou a onda de protestos no Brasil, em junho. A repressão policial às manifestações chamou a atenção da imprensa e incentivou ainda mais a adesão popular às mobilizações. Os movimentos sociais pautaram as passeatas, levantando temas como corrupção política, má qualidade dos serviços públicos, gastos públicos com os grandes eventos esportivos e outros assuntos específicos das classes. [...]

[...] O aumento de R\$ 0,20 nas passagens de ônibus em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi anunciado no dia 25 de março. Em Goiânia, o reajuste nas tarifas foi de R\$ 0,30. No dia 28 de maio, ônibus foram destruídos em uma das praças principais da cidade e 24 estudantes foram detidos por vandalismo. Depois disso, a Justiça determinou a redução das passagens.

Em São Paulo, os protestos começaram em 2 de junho, em resposta aos reajustes nos preços das passagens dos ônibus, metrô e trens, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. No Rio de Janeiro, o reajuste do serviço foi de R\$ 0,20. Em 10 de junho, as ruas da cidade se transformaram num campo de batalha, protagonizando cenas de vandalismo, truculência policial e destruição do patrimônio. Pontos de ônibus, lojas, placas de sinalização foram quebrados por manifestantes radicais, que ainda atearam fogo em lixeiras e veículos. Pelo menos 34 pessoas foram detidas. Três dias depois, simpatizantes do Movimento Passe Livre (MPL) ocuparam uma das principais avenidas do Centro, a Presidente Vargas, bloqueando as pistas.

No dia 17 de junho, o Rio foi palco de uma grande passeata que reuniu mais de 100 mil pessoas que protestaram contra os gastos para a Copa do Mundo, das Confederações, a corrupção e, principalmente, o aumento das tarifas de transporte público. O protesto foi quase todo pacífico, marcado visualmente pelas rosas que os participantes vestidos de branco carregavam. No final do ato, um grupo infiltrado de manifestantes radicais promoveu um festival de pancadaria. O Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), foi invadido e depredado, além de dois veículos incendiados e muitas agressões aos PMs. Era o cartão de visita dos chamados Black blocs no cenário das manifestações no estado.

As mobilizações foram organizadas através das redes sociais, tendo como precursores os membros do Movimento Passe Livre (MPL), com o objetivo de conter os aumentos das passagens. O termo ‘vandalismo’ ganhou as páginas e as imagens dos veículos de comunicação a partir dos manifestos do dia seis de junho, quando começaram os registros violentos durante os atos, resultando em manifestantes e policiais feridos. No dia 13 de junho, mais de 10 mil pessoas protestaram em Fortaleza contra as políticas de segurança pública e o aumento da criminalidade no Ceará. No mesmo dia, na capital paulista, o confronto entre polícia e manifestantes deixou vários feridos, inclusive jornalistas. Cerca de 400 pessoas foram detidas para averiguação e por estar portando vinagre. A opinião pública considerou a ação policial truculenta e a comparou com ‘uma ditadura militar’.

A abertura da Copa das Confederações, no dia 15 de junho, mudou o perfil das manifestações, passando os gastos públicos com o megaevento esportivo para o centro das discussões. Mais de 300 mil brasileiros tomaram as ruas de 12 capitais no dia 17 de junho, num ato pacífico e que terminou com muito quebra-quebra em algumas capitais, inclusive Rio de Janeiro e São Paulo. Em 20 de junho, um ato público no Rio reivindicou contra as PECs 37 e 33, a chamada cura gay, o ato médico e, principalmente, contra os

altos gastos com a Copa das Confederações FIFA de 2013 e com a Copa do Mundo FIFA de 2014. Neste dia mais de 1,5 milhão de pessoas ocuparam as ruas em 120 cidades.

Na partida de abertura do torneio, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, 24 manifestantes foram detidos por participação em ato em frente ao estádio onde o Brasil jogava contra o Japão. No Rio, o primeiro jogo na Copa das Confederações, em 16 de junho, foi marcado por pancadaria nas proximidades do Estádio do Maracanã. Todo o período da Copa no Brasil foi marcado por manifestações nos estados. Na semifinal da Copa, realizada no Mineirão, a tropa da PM agiu de forma violenta contra os manifestantes e um rapaz caiu do Viaduto José de Alencar e morreu no local. [...] (JORNAL DO BRASIL, 17/12/2013).

Os impactos sociais da preparação para a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio trouxeram à tona o grande descontentamento da população com a vida urbana. Sendo assim, uma das maiores reivindicações presentes nas ruas foi o direito à cidade. Essas manifestações são a conflagração de um modelo urbano que nega o direito à cidade para a maior parte da população (ROLNIK, 2014). São fruto também do significativo e recente processo de inclusão, via consumo, de uma parcela historicamente excluída. As pessoas passaram a consumir mais, mas a esfera pública, a dimensão pública das cidades e seus serviços, tradicionalmente péssimos, não mudaram (ROLNIK, 2014).

Por outro lado, em geral, as mídias de maior circulação em âmbito nacional rotularam num primeiro momento as manifestações como atos de vandalismo, pois eventualmente causaram danos à propriedade pública ou privada, evidenciando apenas seus efeitos negativos.

Como hipótese inicial do trabalho, partimos do pressuposto de que um número considerável de pessoas em situação de rua foram deslocadas para outras regiões da cidade, conforme reportagens¹⁶, relatórios de visitas às instituições publicizados em audiências públicas¹⁷ – sobre população em situação de rua sobre a Copa do Mundo de 2014 e sobre as Olimpíadas de 2016 – e conversas com funcionários de equipamentos públicos de assistência¹⁸.

¹⁶ Ver Anexo VII – Notícias e reportagens nas temáticas sobre *populações em situação de rua, manifestações, Copa do Mundo e Olimpíadas* - (2013 a 2016).

¹⁷ Seminário "Ninguém mora na rua porque gosta", em 10 de junho de 2014, na Defensoria Pública do Rio de Janeiro; Audiência pública sobre população em situação de rua e as Olimpíadas de 2016, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 2015 na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Relatório de visitas realizadas junto aos abrigos municipais para população em situação de rua (2010); Relatório de visita aos abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (2012).

¹⁸ CRAS Cecília Meireles e CREAS Zilda Arns Neuman, em Campo Grande.

Tal hipótese foi formulada partindo da conjectura acima unida aos relatos e dados coletados inicialmente na fase do campo realizada no Centro da cidade, subsidiada pela minha atuação profissional – relatada posteriormente no texto – em Campo Grande e em bairros vizinhos, o que me direcionou para a realização da pesquisa de campo na Zona Oeste da cidade, no bairro de Campo Grande.

Em 2010, a prefeitura do Rio de Janeiro implantou em Paciência, bairro próximo de Campo Grande, um abrigo para pessoas em situação de rua, o Rio Acolhedor Paciência. Pode-se dizer que este abrigo é parte da atual estratégia da prefeitura para retirar as pessoas em situação de rua do Centro e da zona sul da cidade. Quem mora nas ruas destes lugares são levados em sua grande maioria até o abrigo de Paciência. A superlotação do abrigo unido à proximidade com pontos de vendas de drogas acabou por afastar muitas pessoas de lá. Estas costumam passar por Campo Grande antes de retornarem ao centro e zonal sul, onde conseguem trabalho com mais facilidade, o que tem aumentado o fluxo e a permanência de pessoas em situação de rua pela zona oeste.

Marcelo Jaccoud (assistente social do CREAS Zilda Arns e coordenador da Casa de Lázaro), diz que é necessária uma disposição geográfica mais equilibrada das unidades de abrigos públicos e argumenta que a má distribuição dos abrigos pelo município dificulta a já árdua tarefa da pessoa em situação de rua de reorganizar a vida:

Quem mora em Campo Grande, Madureira ou Copacabana e tem a vida organizada naquele local, com familiares por perto e um trabalho por ali, como catar latinhas, não encontra abrigo naquele local e acaba morando na rua. Ele precisa ir para bairros mais afastados como Ilha do Governador ou Jacarepaguá para tentar vaga em um abrigo. Mas aí entra a seguinte questão: como alguém que mora em Paciência consegue catar papelão no centro da cidade? –questiona. (Portal PUC-Rio digital, 05/01/2014).

Liderança do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (Rio de Janeiro) e ex-moradora de rua, Maralice dos Santos¹⁹, fez a colocação de que nem sempre essa população é invisível, porém na maioria das vezes é desrespeitada. Em sua fala, expôs que durante o dia as abordagens ocorrem com tranquilidade, porém à noite e na madrugada a truculência da Guarda Municipal é regra, porém a falta de provas dificulta a punição de quem comete os abusos.

Em 2014, dias antes do início da Copa do Mundo, 669 pessoas em situação de rua foram recolhidas no Rio. A contagem foi feita pelo MP-RJ (Ministério Público do

¹⁹ Durante sua participação na audiência pública sobre população em situação de rua e as Olimpíadas de 2016, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 2015 na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Estado), que informou também que boa parte dessas retiradas foi contra a vontade destas pessoas. Segundo Maralice, muitos são levados para o bairro de Santa Cruz, na zona oeste da cidade, mas não permanecem no abrigo (Rio Acolhedor), o que tem provocado um aumento expressivo da população que vive nas ruas dessa região. Ela ainda conta que as maiores necessidades dessas pessoas são capacitação profissional e tratamento médico.

No segundo momento de campo foram realizadas entrevistas²⁰ com responsáveis e técnicos que trabalham em entidades religiosas e em uma delas a ONG Centro de Convivência Monte Alverne (Casa de Acolhida Maria José) no intuito de conhecer cada uma das entidades, entender suas dinâmicas de trabalho e ter acesso ao público-alvo destas. Foram realizadas entrevistas com três pessoas em situação de rua que estavam pela localidade do centro de Campo Grande e também com responsáveis de duas instituições²¹.

Uma questão importante abordada em minha dissertação é a tensão entre a pesquisadora e a assistente social. Durante as idas a campo isso ficou em evidência, bem como nas conversas de orientação. É um campo onde não apenas é difícil separar as duas perspectivas no sentido de como se olha para as trajetórias desses indivíduos, como também não ser vista pelos próprios como uma agente estatal, só que na sua dimensão social. Desse modo, se o policial é visto como parte do Estado, no sentido da coerção, os agentes e técnicos sociais também são vistos como controle.

Como conciliar a posição do assistente social ou técnico social, que busca incidir sobre o mundo (e não explicá-lo ou mesmo questionar as categorias em que este mundo está construído) e o pesquisador? Há uma tensão entre essa dupla dimensão e dessa forma busquei problematizá-la. Para esta questão e a entrada no campo, abordei a ‘arte do contornamento’ que consiste no fato de que essas pessoas, longe de serem somente vítimas, também sejam agentes, mesmo que dentro de um universo de possibilidades reduzidas e encolhidas pela violência. É uma arte que opera inventando formas de escapar da violência, da dependência completa de instituições filantrópicas ou da assistência social e suas regras, em um espaço muitas vezes marcado por conflitos (FERNANDES, 2014). Visto que a entrada em campo é sempre uma constante negociação com aqueles a quem busca compreender, onde estes estão cientes disso quando se relacionam com o pesquisador, este último não apenas age e objetiva seus informantes.

²⁰ As entrevistas e visitas aconteceram entre os meses de agosto e outubro de 2015.

²¹ Centro de Convivência Monte Alverne (Casa de Acolhida Maria José) – com as diretoras; e Fraternidade O Caminho – com dois integrantes da Pastoral de Rua –, as quais consegui contato e visitas efetivas até o momento.

1.1- A escolha e organização do campo de pesquisa

A escolha para a entrada no campo se deu mediante a experiência anterior à pesquisa na época de minha graduação. Com ela, posso dizer que tive melhor tato para tratar com determinadas questões inerentes ao campo e tema, bem como minha inserção.

Por questões burocráticas e de tempo nas quais após algumas visitas a um dos CREAS da cidade, embora tivesse boa receptividade por parte da direção, quando as questões foram mais diretas sobre as remoções de pessoas do centro da cidade para abrigos mais distantes, houve uma retração e surgiu a fala sobre a autorização por parte do setor da prefeitura para que pudesse ter acesso ao equipamento, documentos e seus profissionais – optei por realizar inicialmente o campo diretamente com populações em situação de rua nas ruas, pontos de alimentação ou de descanso (com abordagem direta) e em instituições religiosas, que têm maior aceitação quando se trata de conhecer o espaço e as ações locais. Outro fator de escolha foi o fato de ser moradora recente do bairro de Campo Grande, além de ser um dos bairros ao qual tenho meu território de trabalho, o que me trouxe uma nova visão e percepção do espaço bem como relações existentes, chamando minha atenção para acontecimentos, histórias e fatos locais que dizem respeito à temática abordada. Campo Grande é o bairro economicamente ativo mais próximo do abrigo Rio Acolhedor Paciência, o que ocasiona que pessoas que não permaneçam no abrigo – por diferentes questões – migrem para Campo Grande, onde encontram inúmeras características que facilitam a chegada e permanência, seja por oportunidades (recursos para trabalhar), a rodoviária local (chegada e permanência) e em alguns pontos segurança para dormir em grupo ou em marquises em que seguranças particulares de comércios locais permitem que permaneçam.

Quanto à abordagem, podem ocorrer pontos negativos no que diz respeito à chegada a estas pessoas, pois não se tem uma ‘ponte’, alguém que nos apresente ou torne mais rápido o contato, o que pode dificultar a possibilidade de futuras conversas ou encontros, visto que o público tem grande rotatividade pelas localidades. Este ponto já se configura como parte da entrada em campo.

A partir daí, procurei levantar a oferta de atendimentos (públicos e da sociedade civil). Em seguida os serviços oferecidos, onde surgiu uma possível parceria para o acesso a esse público e suas visões acerca de como o poder público (equipamentos da segurança pública e assistência social) tratou as pessoas em situação de rua no período da Copa do Mundo. Os profissionais que trabalham diretamente com pessoas em situação de rua auxiliam na mediação para o estabelecimento de um vínculo de confiança entre entrevistados e a

pesquisadora, visto que em alguns casos não há só resistência em conversar, em serem entrevistados, mas também a localidade e determinados horários se tornam fatores dificultantes.

Busquei unir a pesquisa de campo e minhas atividades de trabalho²², de busca de crianças fora da escola para posterior inserção e acompanhamento social das famílias. Aqui, o trabalho se desenvolve em áreas vulneráveis, o que me coloca às vezes próxima ao campo de pesquisa²³. Por exemplo, uma criança em que realizei busca ativa está em situação de rua e outro caso em que uma família estava em situação de rua antes de visitá-la por questões educacionais dos filhos. Uma outra atividade foi visitar uma ocupação²⁴, para verificar as famílias com crianças que não frequentavam a escola e que foram reinseridas. Ali, tive o relato de algumas pessoas em situação de rua que frequentavam a localidade – de degradação, esgoto a céu aberto, roedores, o que fez com que os prédios fossem condenados na época e abandonados – pois havia a promessa dos agentes da Secretaria da Habitação em cadastrar as famílias presentes no Programa Minha Casa, Minha Vida. Dessa forma, o contato com populações em situação de rua, tornou-se mais próximo de minhas atividades de trabalho.

Uma característica a ser pensada é a observação dos pontos de convívio dessas populações que muitas vezes se mostram como locais de riscos – em muitas das vezes aos meus olhos e em alguns casos por eles também como, por exemplo, locais proibidos pela milícia e mesmo assim alguns assumidos por eles como territórios para abrigo. Enquanto pesquisadora, o olhar estratégico é necessário para o mapeamento dos locais de convivência das populações em situação de rua para que esteja atenta em rastrear as formas de indigências mais gritantes nos espaços públicos. E sendo alvo de situações de violência, por alguns grupos, as pessoas que habitam as ruas procuram certos lugares que possam lhes servir de abrigo ou esconderijo. Estes esconderijos são avaliados antes de serem ocupados, como locais que lhes garantam segurança.

²² Trabalho como Articuladora Local, para a ONG Associação Cidade Escola Aprendiz, pelo projeto Aluno Presente. Iniciativa desenvolvida em parceria (cogestão) com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro que visa estimular a inserção de crianças entre 6 e 14 anos na rede pública de ensino, assim como combater a infrequência escolar. Conta com as seguintes ações: articulação institucional para criação de uma rede de proteção para as crianças atendidas pelo projeto; busca ativa de crianças que estejam fora da escola para posterior inserção e acompanhamento; acompanhamento social das crianças atendidas e suas famílias, através de atendimentos individuais, visitas domiciliares e demais técnicas; elaboração de relatórios técnicos; reuniões com famílias de crianças participantes do projeto; reuniões com instituições locais para encaminhamento das crianças; organização de eventos culturais direcionados às crianças e suas famílias; acompanhamento do espaço de referência dentro das escolas integrantes do projeto.

²³ De certo modo, a função como articuladora local acaba fazendo com que me depare com famílias e indivíduos que possam estar em situação de rua. E isso dirige a um determinado tipo de acompanhamento.

²⁴ Ocupação na Estrada do Campinho (Campo Grande), mais conhecida como “Esqueleto” e/ou “Jambalaia”.

Conforme sinaliza Martinez (2011), outros tipos de territórios são construídos em torno de uma rede de relações que se cristaliza num espaço determinado. As relações reproduzidas são constituídas por um conjunto de pessoas com ou sem trajetória de rua que convivem com uma certa frequência no mesmo local, negociam um conjunto de códigos de condutas que, por sua vez, delimitam os membros que pertencem e podem conviver naquele espaço. (MARTINEZ, 2011)

Assim, para a realização desse objetivo tem-se como caminho a compreensão do espaço da rua em sua natureza social, espaço este que oferece recursos físicos à realização de estratégias de sobrevivências e recursos simbólicos. Dessa forma, é preciso compreender a rua como um ambiente que comporta e franqueia formas peculiares de socialização e sistemas identitários (Invernizzi, 2003; Lucchini, 2001; Visano, 1990, *In* Matias, 2011).

Na definição de interação social e do interacionismo, segundo Becker (1996):

[...] para nós a unidade básica de estudo era a interação social, pessoas que se reúnem para fazer coisas em comum – exemplificando com um tema antropológico, para constituir uma família, para criar um sistema de parentesco. [...] Portanto, o que nos interessava eram os modos de interação, especialmente as interações repetitivas das pessoas, modos estes que permanecem os mesmos, dia após dia, semana após semana (BECKER, 1996).

Em Goffman (1975), quando trata “estigma”, sobre os processos identitários:

[...] quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e seus atributos, a sua ‘identidade social’ – para usar um termo melhor do que ‘*status social*’ já que nele se incluem atributos como ‘honestidade’, da mesma forma que atributos estruturais, como ocupação. [...] Baseando-nos nessas pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. (GOFFMAN, 1975).

Nessa visão, o trabalho do pesquisador depende de sua inserção no campo de registro simbólico do grupo que investiga, nas quais culturas e práticas sociais ele pretende estudar. A entrada em campo é um aspecto muito importante de abordagem.

Minhas primeiras aproximações – aqui falo das pessoas em situação de rua, nas ruas –, consistiam na prática regular de observação, ainda não participante inicialmente, procurando o melhor momento e oportunidade para acessá-los. A entrada em campo se fez e faz pela negociação. Os participantes da pesquisa vivenciam a condição de sujeitos à medida que a sua voz, sua fala transforma ou produz sentidos. Quando é percebida desse modo, suas ações e a própria identidade diante destes participantes, podem influenciar os sentidos que o próprio

pesquisador deverá lançar mão na construção dos processos investigativos e sua interpretação.

No ano de 2015 iniciei a parte do campo de pesquisa em Campo Grande em minha análise. Através de situações, pode-se chegar a histórias desses homens e mulheres “infames” (Foucault, 2003) e mostrar também como eles são objeto da governamentalidade estatal.

Em minha dissertação busquei identificar e estudar os deslocamentos das populações adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro para o bairro de Campo Grande, na Zona Oeste, como mobilidade imposta a elas, contextualizada pelos megaeventos na cidade. O campo realizado na área do Centro da cidade foi o ponto de partida e acompanhando os relatos dos deslocamentos, fiz da Zona Oeste o destino final do meu campo de pesquisa. Busquei ainda trabalhar a discussão da nomeação ‘populações em situação de rua’, as instituições cujas ações são voltadas para a temática e análises de situações de vidas nas ruas, ponderando as vulnerabilidades as quais essas populações estão submetidas.

1.2- A pesquisadora e a assistente social – questões e dilemas

Inicialmente não tinha a ideia de que surgiria essa tensão entre a pesquisadora e a assistente social, talvez por pensar que conseguiria dividir bem os papéis. De um lado, a assistente social que incide diretamente na realidade dos usuários tendo como um de seus princípios fundamentais:

a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. (CFESS, Resolução nº 273/93).

E entre suas competências:

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; [...]
V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos. (BRASIL. Lei nº 8.662/93).

Portanto, em contato direto com pessoas nas quais estão submetidas às vulnerabilidades, é um dever do profissional agir neste sentido. E meu tema de pesquisa toca profundamente em tal questão. Ressaltando que as normas estão para direcionar e regulamentar a atuação profissional.

De outro lado, a pesquisadora – que não pode incidir como a assistente social –, precisa compreender o processo de mudança que a cidade vem sofrendo em meio ao período dos

grandes eventos; as políticas públicas as quais as populações em situação de rua estão inseridas; as ações de equipamentos públicos e instituições religiosas ligadas a elas; observar o campo de pesquisa; realizar anotações de campo; leitura de textos ligados à temática pesquisada, instrumentos de pesquisa, entrevistas; saber aproveitar o momento, visto que essas pessoas estão em constante transitoriedade; pensar nas questões éticas; saber ouvir e perguntar, etc.

A tensão entre a pesquisadora e a assistente social ficou em evidência durante as idas a campo, mas de uma maneira mais tímida e posteriormente mais claras em conversas de orientação. Essa tensão surge num campo onde a dificuldade não é somente separar as duas perspectivas no sentido de como se olha para as trajetórias desses indivíduos, mas não ser vista pelos próprios também como uma agente estatal, mesmo que em sua dimensão social, em muitas das vezes vistos ora como controle, ora como aquele que os leva aos benefícios de programas sociais. Enquanto pesquisadora é preciso deixar de lado a assistente social. Mas em um espaço de vulnerabilidades e em algumas situações como doenças, fome ou a falta de documentação, como não intervir a fim de pelo menos encaminhar essas pessoas ou sanar de maneira pontual algumas questões?

São situações em que o dilema é grande e as duas éticas – a da profissão e a da pesquisa – se chocam. No início em campo, no momento de observações e idas às instituições, os questionamentos começaram a invadir a mente. Ainda me vejo pensando no futuro, mesmo que de horas ou dias, dessas pessoas e em algumas das entrevistas e conversas não consegui me ater à pesquisadora, quando ao fim, as orientava e as encaminhava, seja em questão de documentação e equipamentos da assistência social, seja com locais de distribuição de comidas e roupas. Não deixei de lado a assistente social e dessa forma acabei conciliando as duas sem afetar a pesquisa, o que me ajudou para abrir o campo.

Tive momentos de pesquisa nas ruas diretamente e em instituições religiosas. Nas ruas o dilema foi bem mais tocante, por vê-las muitas das vezes sozinhas, perdidas em direção e no que fazer devido à situação a que se encontravam e percebendo que uma conversa as aliviaria, traria paz e entendimento do que seguir, mesmo que durasse aquele momento somente.

Houve momentos em campo em que inicialmente não me apresentei nem como pesquisadora nem como assistente social, por dois motivos: a fim de não me comportar como deveria profissionalmente no papel de assistente social, afetando meu aspecto de pesquisadora; e de evitar respostas negativas anteriores que tive ao me apresentar como pesquisadora. A maneira mais fácil que tive de evitar essas duas nomenclaturas era através de voluntariado – como me apresentava às instituições. Isso acabou por gerar uma troca, no

sentido de que ao mesmo tempo em que eu colhia dados para a pesquisa, auxiliava as instituições com ações mais imediatas.

Isso me trouxe confiança para me apresentar como pesquisadora, mas também com a troca do voluntariado. E em outra situação, me apresentar como pesquisadora e assistente social, pois o contato e acesso que tive a uma das instituições foi através da minha condição de trabalho. E nesta última instituição por sinal, estou como voluntária, como assistente social até o presente momento.

No capítulo I será abordado o debate conceitual, não somente a categoria população em situação de rua – Barros (2004), Política Nacional para a População em Situação de Rua, Vieira *et al* (1994) –, mas também a questão das *margens* (Das; Poole, 2008), *gestão dos ilegalismos* (Foucault, 1997), processos de criminalização da pobreza (Wacquant, 2003), instituições em suas regras (Goffman, 1975), *Outsiders* - desvio (Becker, 1996), vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos (Castel, 1995). Como base para a análise da vida nas ruas está o material colhido no campo (observação, participação e entrevistas com pessoas em situação de rua e pessoas que trabalham diretamente com elas, sobretudo em entidades religiosas que tenham ações com pessoas em situação de rua) e dados da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro como um todo e especificamente dados destas em Campo Grande. O capítulo foi estruturado para apresentação e entendimento da temática abordada e então em seguida, nos próximos capítulos trabalhar de maneira embasada cada eixo de discussão.

No capítulo II estão apresentadas as instituições e entidades que foram visitadas, os seus papéis e ações voltadas às populações em situação de rua, bem como um pouco de suas dinâmicas que pude presenciar e participar. Mais adiante, terá a apresentação do Rio Acolhedor Paciência e os relatórios de visitas realizadas junto a abrigos municipais para a população em situação de rua nos anos de 2010 e 2012. E por fim, as trajetórias e situações sobre a vida nas ruas, identificando e estudando os deslocamentos das populações adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro para o bairro de Campo Grande, na Zona Oeste, como mobilidade imposta a elas, contextualizada pelos megaeventos na cidade. Tendo assim este capítulo o objetivo de apresentar o campo pesquisado, as instituições e as situações e deslocamentos.

No capítulo III apresento parte das ações da sociedade civil, abordando aqui

seminários e audiências públicas ligadas às pessoas em situação de rua e suas discussões, onde são canais de divulgação, de luta e de denúncias, o que se mostra como um assunto de grande importância para tratar na dissertação. Em outro ponto, situo as milícias da localidade de Campo Grande, que afetam as relações principalmente no centro comercial do bairro, em algumas comunidades do entorno e com pessoas em situação de rua que permanecem ou trabalham informalmente pela localidade.

CAPÍTULO I – Análise sobre a vida nas ruas e as incidências da ação estatal

2.1- A população em situação de rua: a história de uma nomeação

2.2- A população em situação de rua no Rio de Janeiro em números

Este capítulo consiste na análise das trajetórias de pessoas em situação de rua baseada na pesquisa de campo realizada e em dados sobre essa população na cidade carioca, especificamente em Campo Grande. Nessas trajetórias e situações sobre a vida nas ruas busquei identificar e estudar os deslocamentos das populações adultas em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro para o bairro de Campo Grande, na Zona Oeste, como mobilidade que é imposta a elas, trazida pelos megaeventos na cidade.

No debate conceitual, não somente a categoria população em situação de rua (Barros, 2004), Política Nacional para a População em Situação de Rua (Vieira *et al*, 1994), mas também a questão das *margens* (Das e Poole, 2008), *gestão dos ilegalismos* (Foucault, 1997), processos de criminalização da pobreza (Wacquant, 2003), instituições em suas regras (Goffman, 1974 e 1975), *Outsiders* - desvio (Becker, 2008), vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos (Castel, 1995 e 1997). Além da análise das trajetórias, tal capítulo também contará com um debate conceitual, onde serão explanados os conceitos escolhidos para a compreensão do objeto e construção da pesquisa.

2.1- A população em situação de rua: a história de uma nomeação

Se faz necessário situar a questão do termo utilizado para identificar essa população baseado nos escritos de Barros (2004). Para designação do termo, utilizei segundo descrito no texto que institui Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009).

De acordo com Barros (2004), o termo ‘mendigo’ foi praticamente banido do linguajar e da produção que nos anos 1980 e 1990 falava sobre a população em situação de rua. As instituições ligadas à Igreja, sobretudo as de ordem católica, designam a população em situação de rua como ‘povo de rua’ em clara referência à expressão ‘povo de Deus’.

O termo ‘população de rua’ foi consagrado pela publicação População de Rua: quem é, como vive, como é vista, coordenada por Maria Antonieta Vieira e Cleisa Rosa, elaborada a partir da pesquisa sobre os moradores de rua e albergados, em 1992. Neste livro as autoras desenvolvem a distinção entre estar, ficar e ser da rua, indicando uma gradual inserção das pessoas que vivem e sobrevivem no universo concreto e simbólico da rua (BARROS, 2004).

Conforme Serafino e Luz (2015), a população em situação de rua é um fenômeno multifacetado e multidimensional, mas com características peculiares comuns. Destacado por Escorel (1999), a precariedade da dimensão sociofamiliar é um elemento comum para a maioria destas populações. A precariedade não somente de emprego, mas também o isolamento e a solidão são situações que caracterizam também a vida das pessoas que vivem em situação de rua. A solidão estabelece em não se sentir parte do mundo e é uma das experiências mais radicais e desesperadoras que uma pessoa possa viver (ESCOREL, 1999).

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, tal população pode ser entendida como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória²⁵.

Sob essa nomeação estão configurações muito distintas (VIEIRA *et al* 1994): aquela pessoa em deslocamento contínuo; o morador de rua; trabalhadores informais ou desempregados que vivem temporariamente nas ruas e frequentam albergues ou abrigos. Atravessam-se, ainda, questões relacionadas ao campo da Saúde Mental, importante para se compreender determinadas preferências pela rua. Entre as crianças e os adolescentes, além das configurações acima, estão as vítimas de violência em seus contextos familiares e comunitários, que afirmam a rua como um refúgio.

Cabe ressaltar que trato do termo ‘populações em situação de rua’ no plural dando-se atenção às diversas subjetividades, caracterizações e contextos verificáveis quanto a estes grupos sociais sejam eles de homens, mulheres, famílias, pessoas que se tornam amigas e companheiras ao longo do percurso nas ruas e que dessa forma devem ser tratados em sua pluralidade.

Portanto, considera-se esta definição a mais apropriada para designar uma situação ou condição social heterogênea²⁶, não podendo estes grupos sociais serem definidos por conceitos generalizantes, fundamentados em possíveis preconceitos.

²⁵ Artigo 1º, parágrafo único, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

²⁶ A percepção da heterogeneidade está presente nas constantes indicações das próprias pessoas em situação de rua entrevistadas nesta pesquisa e nas anteriores realizadas. Estas reforçaram suas individualidades e especificidades, como a alusão ao fato de que têm famílias, casa, experiências de trabalho, estudos, entre outros aspectos.

Em Castel (1995), na sociedade medieval, os considerados ‘inúteis para o mundo’, os vagabundos em uma sociedade que propugnava que todos tivessem algum pertencimento territorial essa condição significava uma mancha. É um personagem totalmente visível porque desterritorializado. O vagabundo acumula a desvantagem de estar fora do trabalho e da ordem da sociabilidade porque é estrangeiro. Ele se torna um ‘inútil para o mundo’.²⁷

Castel mostra como a questão da pobreza aparece historicamente de maneira diferente. Os mendigos eram definidos como indivíduos mal-afamados, velhacos, ociosos, luxuriosos, rufiões, imprestáveis, indolentes. São enfim aqueles que não têm pertencimento comunitário, territorial e estão sem trabalho. Moram em toda parte. A medida mais adotada em relação ao vagabundo é o banimento que representa uma escapatória, graças a qual uma comunidade se desembaraça de uma questão insolúvel, para colocá-lo em outro lugar. Prisões, deportações, pena capital, internamento são práticas comuns destinadas aos vagabundos declarados inimigos públicos. Esses ditos vagabundos tinham uma condição móvel numa sociedade imóvel. Contudo, nos tempos atuais, mesmo aqueles que trabalham se deslocam a todo o momento. Deslocam-se seja pelas condições de trabalho, problemas familiares, saúde, em busca de segurança e melhores condições de vida. Como exemplo, em meu campo de pesquisa por Campo Grande, zona oeste da cidade, parte das pessoas entrevistadas contou a grande transitoriedade pela cidade e bairros vizinhos até chegar a Campo Grande na busca de morar em abrigos (poucos, mas que lhes dava esperança de alguma forma) e a partir daí reconstruir suas vidas.

O fenômeno social populações em situação de rua, embora não tenha origem na contemporaneidade, está intimamente atrelado às constantes transformações políticas e econômicas da sociedade pós-industrial e globalizada, tendo a precarização das relações de trabalho, o desemprego e a individualização exacerbada, como uma das suas características centrais. Na questão da precarização das relações de trabalho, para Castel (1997), a vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos são resultados da desagregação progressiva de proteções ligadas ao mundo do trabalho. Consistem em processos de ‘desfiliação’, ou fragilização dos suportes de sociabilidade. Contudo, é bom frisar que no Brasil a construção de um mercado de trabalho que assegurasse direitos sociais não se universalizou. Os direitos incluíram apenas uma parte da força de trabalho, daí que para muitos essa exceção é constitutiva do próprio mercado de trabalho,

²⁷ A questão do livre acesso ao trabalho é uma revolução, pois quebra as formas seculares de organização dos ofícios e faz do trabalho forçado a ‘única’ forma de sobrevivência. Fora da condição de assalariado não há cidadania.

altamente rotativo.

Já o termo ‘exclusão social’, (Kowarick, 1979), está atrelado ao banimento e/ou isolamento. Embora o princípio de exclusão identificado pelo autor na sociedade brasileira também ative o sentido de banimento, ele se atrela antes à negação dos direitos civis das populações em situação de vulnerabilidade do que à exclusão dessas populações dos circuitos de produção e consumo da sociedade capitalista. A exclusão trata-se então de destituição de direitos que, em última instância, pode atingir a perda do direito de ter direitos (Castel, 1997).

A noção de exclusão social designa ao mesmo tempo um processo e um estado. Uma trajetória ao longo de um eixo de inserção/exclusão, um movimento que exclui, processos potencialmente excludentes, vetores de exclusão ou vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado do movimento. Nessa condição, ou estado, costuma-se verificar a sobreposição das situações de exclusão num mesmo grupo social. Há uma somatória, uma concentração dos critérios sociais de discriminação, estigmatização e exclusão em certos grupos a um ponto tal que a exclusão social caracteriza o contexto de sociabilidade.

Em Serafino e Luz (2015), o termo exclusão social considera o caráter dos fenômenos na fragmentação dos laços entre os indivíduos, a sociedade e o Estado e assim abre o leque das dimensões de análise das dinâmicas que a caracterizam “a exclusão social não se caracteriza apenas pela intensa privação material, mas principalmente pela desqualificação do indivíduo enquanto cidadão e ser humano, e pela ausência de seu lugar social” (DANTAS, 2007, p. 26). No campo de ação de políticas públicas, o uso do termo exclusão social possibilita disciplinar as intervenções, integrando a dimensão econômica com a dimensão simbólica e sociocultural, possibilitando a introdução de outras dimensões de análise, reconhecer a centralidade da proteção dos direitos humanos para reverter os processos de exclusão social e promover o debate público sobre a complexidade dos processos de exclusão na formação e desenvolvimento das ações (ALVES e ESCOREL, 2012).

Conforme Castel (1997), os ‘excluídos’ não constituem, de fato, um grupo homogêneo e representam mais precisamente grupos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência, etc. As populações em situação de rua dispõem formalmente dos mesmos direitos que os demais grupos sociais, cabendo ao poder público implementar mecanismos de garantias de direitos que atendam suas especificidades. Essas pessoas estão sujeitas a múltiplas vulnerabilidades e contextos de violações de direitos, incluindo-se

o não acesso às políticas sociais, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, ao usufruto dos serviços urbanos, ao direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos/as brasileiros/as e expressam as discriminações sofridas por essa população²⁸.

Considera-se, ainda, que a vida nas ruas já é uma violação (potencial) de direitos humanos fundamentais – especialmente nos casos de crianças e adolescentes – em um contexto de desigualdade e invisibilidade social, incidências de violências, maus tratos e ações de extermínio; projetos urbanísticos de concepções higienistas; políticas de expulsão, abrigamento e internação compulsórias, com a perda de pertences, documentos e medicamentos.

Alguns autores como Vieira *et al* (1994), buscam identificar os contextos que caracterizam a experiência da permanência nas ruas das cidades brasileiras com algumas tipificações:

- As pessoas **que ficam na rua** – configuram uma situação circunstancial que expressa a precariedade das condições de vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, muitas vezes, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.
- As pessoas **que estão na rua** – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem **na** ou **da** rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas.
- As pessoas **que são da rua** – são aqueles que já estão na rua há tempos e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso de álcool e de drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e vulnerabilidade à violência.

Dessa forma, ficar na rua apresenta os casos mais recentes de situação de rua; o estar na rua apresenta os casos de sujeitos que começam a estabelecer relações com pessoas em

²⁸ Trecho extraído do “CFESS Manifesta”, do Conselho Federal de Serviço Social, no âmbito do 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua, Brasília, 19 de março de 2012. Acesso em 15/02/2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf

situação de rua e adotam novas estratégias de sobrevivência; e o ser da rua apresenta um tempo de rua que é mais prolongado, sendo assim, a rua torna-se seu espaço de relações pessoais, de trabalho e de conseguir recursos.

As experiências de habitar os espaços da rua revelam um processo de profunda deslocalização e uma sujeição gradual, em muitos casos permanente, a vulnerabilidades física, psicológica, material e simbólica. Nesse sentido, pode-se dizer que de maneira geral, estar na rua explicitam os limites da experiência humana. Uma diversidade de aspectos emerge desta experiência limite, mas merecem destaques aqueles relacionados às manifestações de uma violência difusa – porém entendendo que nem para todos a experiência ocorre dessa forma.

A primeira (violência) seria referente àquela perpetrada por agentes do poder público, geralmente figurando-se como uma violência institucional. A segunda estaria relacionada à violência cometida pela sociedade em geral, em suas diferentes formas de agrupamento, organização e expressão – incluindo-se a violência entre as próprias pessoas em situação de rua. Estas classificações também podem se desmembrar em termos de suas formas de expressão, como violências direcionadas (agressões, homicídios, furtos, entre outras) e violências simbólicas/difusas (como preconceito, discriminação e a naturalização de suas condições de vida). Essa divisão reflete um fenômeno complexo, na medida em que os agentes e seus meios estão em constante interação.

Socialmente vistos de forma negativa, apesar das diferentes nomenclaturas a que são classificados (e da heterogeneidade de sua formação), incomodam politicamente, são estigmatizados como perigosos e são invisibilizados por não participarem supostamente da lógica de produção de riquezas e consumo, além de ocuparem (‘borrarem’) o espaço público e as paisagens turísticas.

A falta de empregos formais que garantam não apenas o necessário para a sobrevivência, mas condições dignas de moradia é apenas um dos fatores que levam à situação de rua. As doenças mentais, o abuso do álcool e outras drogas e os problemas familiares diversos são alguns dos outros motivos que podem levar uma pessoa a ter a rua como moradia ou como fonte de renda.

A situação fluminense reflete o quadro nacional, uma majoração de homens adultos jovens e negros, com apenas o ensino fundamental (75%), em um total de 5.580. Outros fatores mais universais também estão presentes como discriminação racial, falta de políticas de saúde, educação e assistência integral que atuam como fatores preventivos à experiência de

rua²⁹; e uma política de habitação focalizada e insuficiente com déficit em 2008, por exemplo, de 5,5 milhões de unidades na federação, seguido de 428.959 em território fluminense.³⁰

Os processos de estigmatização, identificados nas pessoas em situação de rua, a partir da percepção de sua ‘invisibilidade social’, são entendidos como um traço da relação destes grupos com outros segmentos da sociedade, em que são percebidos os processos de criminalização a que estão sujeitos, vistos como perigosos e permanentemente suspeitos.

Os centros de recuperação, em sua maioria mantidos por entidades religiosas são muito rígidos nas regras de conduta para que permaneçam nesses centros em tratamento de reabilitação (uso de álcool e outras drogas). As pessoas ali internadas são isoladas do exterior e realizam a abstinência total das drogas, tem momentos de cultos religiosos em que os internos são obrigados a participar. Em muitos casos, como os que encontrei ao longo da pesquisa de campo, a maioria das pessoas decidiu abandonar esses centros de recuperação devido a grande rigidez das regras internas.

Das e Poole (2008), utilizam a noção de ‘margens’ do Estado moderno em sentido tanto descritivo quanto crítico, recuperando três usos recorrentes do conceito: margens da legalidade oficial; margens da legibilidade estatal (por referência à burocracia escrita); e margens da normalidade (relação entre corpos, lei e disciplina), tendo por referência o biopoder foucaultiano.

De acordo com as autoras, para entender o problema das margens é preciso discutir o monopólio do uso legítimo da força física para manutenção da ordem do Estado, concebido como um projeto incompleto, que deve ser sempre reafirmado através da invocação da ameaça da falta de leis e desordem, que viria tanto de fora como de sua própria jurisdição.

As autoras sugerem que as ações dos governos e do aparato legal são, em grande medida, determinadas pela reconstituição do Estado e sua infraestrutura nas margens através do uso da vigilância e da violência sancionada pelo pelo mesmo. Ao exercer o poder em territórios à margem, onde diz ter pouco controle, o Estado mantém e/ou fortalece sua base centralizada de poder através do uso da violência e vigilância – pelo menos temporariamente.

Das e Poole ainda mostram que, visto a partir da perspectiva das ‘margens’ ou do ‘oprimido’, o Estado de emergência não é exceção, mas sim a regra e que as negociações em

²⁹ Esta concepção está inserida na Política nacional para pessoas em situação de rua, construída por um grupo de trabalho interministerial, que era composto por diferentes ministérios. Cf. <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>

³⁰ Para visualizar o quadro nacional, ver Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) 2008: <http://www2.camara.gov.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/196187-DEFICIT-HABITACIONAL-NO-BRASIL-E-DE-5,5-MILHOES-DE-MORADIAS.html>

torno da linha tênue que divide o legal e o ilegal são parte da vida cotidiana nessas comunidades. É precisamente porque os documentos podem ser falsificados e usados fora de contexto, e porque os processos burocráticos e legais não são legíveis mesmo para os agentes de sua implementação, que as autoras argumentam que o Estado pode penetrar na vida da comunidade e ainda assim permanecer elusivo. Por sua vez, a racionalidade burocrática pode evocar os fatos de sua ilegibilidade aos pobres como principal forma de defesa. As autoras mostram como a lógica burocrática do Estado desloca a noção de irracionalidade e pânico ao público crédulo e, portanto, constrói a si mesmo como racional, em sua deliberada ausência de transparência.

Das e Poole (2008), enfatizam que o Estado é sempre um projeto incompleto, que deve ser constantemente enunciado e imaginado, que invoca os limites do fora, do lugar do selvagem, do vazio e do caos. Deste modo, é preciso pensar menos em fronteiras como espaços limites e periféricos ao poder central e mais como margens que se multiplicam e se deslocam tanto na periferia quanto no centro. Assim sendo, talvez as populações em situação de rua sejam objeto privilegiado dessas políticas, em que buscando levar o controle do Estado às populações que estão mais distantes dessa normatividade, são reguladas a todo o momento.

A imagem do Estado tida como forma administrativa de uma organização política racionalizada, tende a debilitar-se ou desarticular-se somente ao longo de suas fronteiras territoriais e sociais, e repensar os limites entre centro e periferia, entre o público e o privado, entre o legal e o ilegal, traz a possibilidade de analisar tais linhas de tensão que atravessam tanto as democracias liberais, completas ou incompletas. Se a violência e as práticas estatais ordenadoras são chaves para se pensar o problema das fronteiras/margens, também as são as práticas administrativas, as múltiplas linhas de divisão do legal e do ilegal, do normal e do desviante, do cidadão e do não-cidadão, bem como as resistências, as formas de pluralidade legal, econômica, cultural.

No âmbito desta dissertação, que pretende discutir também pontos de tensão entre populações em situação de rua e as políticas de segurança pública e de uma estética de cidade, parte-se dos seguintes pressupostos: populações em situação de rua estão sujeitas a múltiplas vulnerabilidades³¹ e contextos de violações de direitos; a vida nas ruas em si já se configura

³¹ "O não acesso às políticas sociais, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, ao usufruto dos serviços urbanos, ao direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos/às brasileiros/as expressam as discriminações sofridas por essa população" (trecho extraído do CFESS Manifesta, do Conselho Federal de Serviço Social, no âmbito do 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua, Brasília, 19 de março de 2012). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf.

como uma violação de direitos humanos e fundamentais, especialmente nos casos de crianças e adolescentes; as políticas direcionadas a estas populações – especialmente, mas não apenas, as de segurança pública – devem respeitar as normativas e tratados nacionais e internacionais dos direitos humanos.

No caso da presente proposta, o foco se localiza nas questões dos impactos da ocorrência dos grandes eventos no contexto de vida das populações em situação de rua, problematizando de que forma o Estado produz violência, de que forma as políticas de segurança pública implantadas pelo Estado promovem o aumento da violência contra as populações em situação de rua, como o legal e o ilegal andam juntos e como o Estado pode produzir novas margens. Em muitas experiências a serem observadas mais profundamente, compreende-se que além da vida e da integridade física, tem sido negado a essas pessoas o direito à cidade, ou mais que isso, elas não fazem parte de um novo paradigma estético/demográfico urbano.

2.2- A população em situação de rua no Rio de Janeiro em números

A seguir, exponho dados que demonstram a quantidade da população em situação de rua, seu perfil e acesso a equipamentos da rede de serviços – em dois momentos. São eles: abrangendo o município do Rio de Janeiro no ano de 2014 e, especificamente em Campo Grande no ano de 2015. Tais dados se comparados com o primeiro Censo de população em situação de rua no ano de 2013³², colocam em evidência a grande disparidade na quantidade levantada em 2013.

O levantamento abaixo se refere aos dados de abordagem social na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 2014, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS e Subsecretaria de Proteção Social Especial. As abordagens são feitas pelos CREAS, Centro Pop, Proximidade e abordagem social.

CENSO 2013	Abordados - 2014
Trabalho realizado em parceria com o IETS – técnico e teórico	Realizada pelos 14 CREAS e equipe especializada de abordagem

³² Para acesso ao Censo 2013 sobre população em situação de rua, ver: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf>

Mapeamento dos pontos críticos realizado pelas 10 CDS	Diário pelos CREAS
542 pontos críticos	24hs pelas equipes especializadas
96 roteiros estabelecidos e visitados	Realizado durante um ano inteiro
Realizado em uma semana – segunda/terça – quinta/sexta	Criação do Proximidade – abordagem nas cenas de uso de drogas
Realizado nos turnos manhã, tarde, noite e madrugada	Copa do Mundo
5.580	17.427

Fonte: SMDS

Motivo de estar na rua	Frequência	%
Conflito familiar	6.156	35
Vontade própria	2.911	17
Alcoolismo/drogas	2.254	13
Desemprego	1.631	9,36
Violência comunidade	525	3
Trabalhador de rua	469	2,69
Perda residência	200	1,15
Migrante/nômade	56	0,34
Mora longe do trabalho	15	0,09
Criança/adolescente trabalho informal	32	0,18
Criança/adolescente exp. inf.	30	0,17
Outros motivos	1.019	5,85
Sem informação	2.129	17,9
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Naturalidade	Frequência	%
Rio de Janeiro	8.853	51
Outros municípios	2.923	17
Outros estados	4.53	26
Outros países	171	1
Sem informação	950	5
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Em 2013 o Censo apurou que 64% dos entrevistados eram naturais da cidade do Rio de Janeiro, 22,51% eram de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro, 12,83% eram de outros Estados do país e 0,24% de outros países.

Tempo de rua	Frequência	%
Menos de 03 meses	3.582	21
03 a 06 meses	1.378	7,91
06 meses a 01 ano	1.778	10
01 a 03 anos	3.825	22
04 a 06 anos	1.736	10
07 a 09 anos	1.182	6,78
Mais de 10 anos	1.316	7,55
Sem informação	2.63	15
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Em 2013 o Censo apurou praticamente os mesmos dados: 11,87% entre 06 meses e 01 ano e 64,80% mais de ano.

Área Abordada	Frequência	% em 2014	% em 2013 (Censo)
1° CDS – Centro	6.555	38	33,8
2° CDS – Zona Sul	3.01	17	15,3
3° CDS – Engenho Novo	941	5	8,4
4° CDS - Bonsucesso	1.42	8	15,6
5° CDS - Madureira	1.194	7	9,0
6° CDS - Irajá	261	2	4,1
7° CDS - Jacarepaguá	260	1	3,4
8° CDS - Bangu	312	2	5,2
9° CDS – Campo Grande	248	1	3,5
10° CDS – Santa Cruz	539	3	1,8
Sem informação	2.687	15	15
Total	17.427	100	100

Fonte: SMDS

Não houve grande variação do Censo de 2013 para 2014.

Bairro	Frequência	%
Centro	6.406	37
Copacabana	1.281	7,35
Bonsucesso	955	5,48
Tijuca	613	3,52
Meier	448	2,57
Santa Cruz	425	2,44
Irajá	320	1,84
Madureira	308	1,77
Botafogo	292	1,68

Flamengo	285	1,64
Demais bairros	3.407	20
Sem informação	2.687	15
Total	11.021	100

Fonte: SMDS

Esse dado revela somente o local de abordagem e acolhimento, não revelando os fluxos migratórios diários. Logo, as pessoas podem tanto dormir em um local por questão de segurança e passar o dia em outra região da cidade por relevância econômica.

Sexo	Frequência	%
Masculino	14.485	85
Feminino	2.582	15
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Gênero	Frequência	%
Heterossexual	15.22	87
Homossexual	126	0,72
Bissexual	24	0,14
Transexual	9	0,05
Travesti	2	0,01
Não definidos (crianças)	211	1,21
Não sabe/não informou	1.835	11
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Faixa etária	Idade	Frequência	%
Criança	0 a 11 anos	211	1,21
Adolescente	12 a 17 anos	1.24	7,12
Jovem	18 a 24 anos	2.818	16
Adulto	25 a 59 anos	12.503	72
Idoso	60 anos ou mais	639	3,67
Sem informação	-	16	0,09
Total		17.427	100

Fonte: SMDS

A situação parece mais expressiva nas duas faixas etárias: os jovens de 18 a 24 anos (16%) e os adultos, de 25 a 59 anos (72%).

Cor/raça	Frequência	%
Parda	9.063	52
Preta	4.741	27
Branca	3.131	18
Indígena	78	0,045
Amarela	16	0,09
Sem informação	398	2,28
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

A declaração de cor ou raça também segue a nomenclatura do IBGE, que estabelece classificações espontâneas mais difundidas segundo a cor da pele: branca, amarela, preta ou parda. A exceção é a opção “indígena”. A maior parte foi identificada como parda (52%) e preta (27%).

Vínculo familiar	Frequência	%
Possui	6.218	36
Não possui	11.116	64
Sem informação	93	0
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Documentação	Frequência	%
Possui	6.201	36
Não possui	10.838	62
Sem informação	388	2
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

É crescente a afirmação dos usuários de que não possui nenhum tipo de documentação. Sobre esse dado, pode-se dizer que ou para esconder um passado pregresso negativo, seja por conta de ainda ter algum tipo de dívida com a justiça ou mesmo por medo de revelar um histórico que desabone sua condição atual ou ainda sim pelo fato de estar nas ruas, serem roubados, furtados, se rasurarem pela chuva ou perdê-los.

Escolaridade	Frequência	%
Nuca estudou	1.141	6,55
Alfabetizado	2.085	12
Fundamental incompleto	8.783	50
Fundamental completo	2.03	12

Médio incompleto	893	5,12
Médio completo	1.106	6,35
Superior incompleto	36	0,21
Superior completo	160	0,92
Sem informação	1.193	6,85
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Ocupação	Frequência	%
Possui	3.064	18
Não possui	13.181	76
Sem informação	1.182	6
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Renda semanal	Frequência	%
Não possui renda	11.513	66
Até R\$ 70,00	906	5,2
R\$ 70,00 até R\$ 140,00	723	4,15
R\$ 140,00 até meio salário mínimo	509	2,92
Meio salário mínimo até 01 salário	290	1,66
01 salário mínimo até 02 salários	169	1
02 salários mínimos	46	0,26
Sem informação	3.271	19
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Informam não possuir ocupação porque se referem no imaginário ao formalismo do mercado de trabalho. Contudo, produzem renda naquilo que convencionam de chamar de garimpo, seja através dos ‘bicos’ ou até mesmo de atividades ilícitas de baixo poder ofensivo a terceiros.

Problemas de Saúde	Frequência	%
Possui	1.615	9
Não possui	15.584	90
Sem informação	228	1
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Deficiência	Frequência	%
Sem deficiência	16.647	95,52
Motora	275	1,57
Intelectual/mental	187	1,07
Sensorial	159	0,91
Múltipla	9	0,05
Sem informação	150	0,85
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Revela que uma parcela um tanto que significativa se auto declara com problemas de saúde mental, invariavelmente agravadas pelo uso do álcool e drogas.

Tipos de doença	Frequência	%
Não há doença	15.584	89
Doença psiquiátrica	306	1,76
Hipertensão	239	1,37
Hiv positivo	172	1
Doença respiratória	160	0,92
Tuberculose	94	0,54
Diabetes	87	0,5
Cardiopata	66	0,38
Doença hepática	28	0,16
Doença dermatológica	26	0,15
Câncer	23	0,13
Doença renal	10	0,016
Doença autoimune	4	0,02
Doença hematológica	3	0,02
Outra doença	397	2,27
Sem informação	228	1,5
Total	17.427	100

Fonte: SMDS

Público de alta exposição a condutas de risco, incidência de tuberculose não diagnosticada, assim como transtornos mentais e psiquiátricos potencializados pelo uso abusivo de álcool e drogas.

Drogas	Frequência	%
Usa drogas	13.896	80
Não usa drogas	3.192	18
Sem informação	339	2

Total	17.427	100
--------------	---------------	------------

Fonte: SMDS

Uso disseminado de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, assim como o policonsumo, ou seja, uso de várias drogas ao mesmo tempo.

O levantamento abaixo se refere às planilhas mensais enviadas para a SMDS³³. Entre janeiro e novembro de 2015 foi registrado o atendimento de 321 pessoas diferentes em situação de rua no CREAS Zilda Arns Neumann, em Campo Grande.

Gênero:	Frequência	%
Masculino	250	77.88
Feminino	71	22.11

Fonte: SMDS

Faixa etária:	Frequência	%	
Entre 16 e 17 anos	05	1.55	
Entre 18 e 24 anos	61	19	95.32%
Entre 25 e 40 anos	139	43.3	
Entre 41 e 45 anos	47	14.64	
Entre 46 e 50 anos	25	7.78	
Entre 51 e 59 anos	34	10.59	
Acima de 60 anos	10	3.11	

Fonte: SMDS

³³ Esses dados tive acesso através de Marcelo Jaccoud, assistente social do CREAS Zilda Arns Neumann, em Campo Grande.

Última referência de moradia antes de ir para a rua:	Frequência	%
Zona Oeste*	198	61.68
Zona Norte	25	7.78
Centro	13	4.04
Zona Sul	04	1.24
Outros municípios do RJ	13	4.04
Outros estados	12	3.73
Não responderam	56	17.44

* desses 198 da ZO, 117 são de Campo Grande.

Fonte: SMDS

Escolaridade:	Frequência	%
Nunca estudou	20	6.23
Fundamental incompleto	165	51.4
Fundamental completo	45	14.01
Médio incompleto	42	13.08
Médio completo	34	10.59
Não respondeu	14	4.36

Fonte: SMDS

Documentação:	Frequência	%
Pessoas que não possuem qualquer documento.	90	28.03

Fonte: SMDS

Vínculo familiar:	Frequência	%
Têm vínculo familiar	174	54.2
Não têm vínculo familiar	144	44.85
Não respondeu	03	0.93

Fonte: SMDS

Benefícios:	Frequência	%
Bolsa Família	44	13.7
Pensão, aposentadoria, auxílio doença ou BPC	12	3.73
Não possui benefício	261	81.3

Fonte: SMDS

Relataram algum problema de saúde:	Frequência	%
Alguns exemplos: câncer, cardiopatia, dependência química, diabetes, doença dermatológica, doença hepática, doença neurológica, doença psiquiátrica, doença renal, doença respiratória, hipertensão, HIV+, pneumonia, sífilis e tuberculose.	70	21.8

Fonte: SMDS

Saúde 1	Frequência	%
Aparenta transtorno mental	23	7.16
Faz tratamento de saúde	34	10.59
Faz uso de medicamento de uso contínuo	36	11.21
Declarou que tem algum tipo de deficiência	40	12.46

Fonte: SMDS

Saúde 2 - Álcool de outras drogas	Frequência	%
Declarou ser usuário de drogas ilícitas	163	50.77
Faz uso de álcool e, ou cigarro / tabaco	53	16.51
Não respondeu	14	4.36

Fonte: SMDS

Acolhimento institucional:	Frequência	%
Nunca esteve acolhido institucionalmente	135	42.05

Fonte: SMDS

Em situação de rua (tempo):	Frequência	%
Menos de 3 meses	82	25.54
Entre 3 e 6 meses	31	9.65
Entre 6 meses e 1 ano	35	10.9
Entre 1 e 3 anos	46	14.33
Entre 4 e 6 anos	36	11.21
Entre 7 e 9 anos	10	3.11
Há mais de 10 anos	35	10.9

Fonte: SMDS

Motivo declarado que os levou para a rua:	Frequência	%
Conflito familiar	161	50.15
Álcool e drogas	47	14.64
Desemprego	33	10.28
Violência na comunidade	28	8.72
Vontade própria	13	4.04
Despejo ou perda da residência	08	2.49
Trabalho infantil	01	0.31

Fonte: SMDS

Estabelecendo um comparativo entre o Censo de 2013 e o levantamento de abordagens em 2014 pelos equipamentos da SMDS, até 2013 não era possível através dos instrumentos de coleta de informações distinguir – acessados e abordados – quem são. Os instrumentos de coletas de informações não eram uniformizados até 2013. Não havia estudos sobre este tema que pudesse subsidiar a gestão para a tomada de decisão. Com o primeiro Censo de população de rua (de 2013), puderam-se ter mais instrumentos para realização de análises e subsidiar as políticas, apurar um número mais próximo da realidade quanto às pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Há diferença técnica entre abordagens, em que os técnicos acessam as pessoas que se encontram nas ruas por um determinado fator momentâneo, e pessoas que estritamente encontram-se em situação de rua, ou seja, pessoas que se utilizam das ruas e constroem suas identidades sociais, afetivas, culturais e econômicas em logradouros públicos e, por pressuposto, dormem nas ruas. Em 2013, por exemplo, os técnicos da SMDS realizaram 43.081 abordagens. Porém, na época, não era possível identificar a partir dos instrumentos disponíveis de quantas pessoas estavam falando.

CAPÍTULO II - Campo Grande e as instituições

- 3.1 Conhecendo Campo Grande**
- 3.2 Instituições e entidades: seus papéis e ações voltadas para as populações em situação de rua**
- 3.3 Rio Acolhedor Paciência – sua proximidade com Campo Grande**
- 3.4 Cenas e situações: vida nas ruas e os limites da experiência humana**

No presente capítulo apresento as instituições e entidades visitadas, seus papéis e ações voltadas às populações em situação de rua, bem como atividades que pude presenciar e participar. Mais adiante, a apresentação do Rio Acolhedor Paciência; os relatórios de visitas realizadas junto a abrigos municipais para a população em situação de rua nos anos de 2010 e 2012. E por fim, as trajetórias e situações sobre a vida nas ruas.

A ida para Campo Grande partiu da hipótese de que um número considerável de pessoas em situação de rua se deslocara para essa área, conforme reportagens, conversas com funcionários de equipamentos públicos de assistência e os relatos coletados em audiências públicas³⁴. Para este campo o CREAS³⁵ é fundamental para entender essa nova dinâmica e acesso a esta, mas devido a questão burocrática – documentos, autorizações, contatos na instituição, por exemplo – de acesso ao equipamento público e seus dados, decidi seguir por outras vias ao longo da pesquisa, pelas entidades religiosas. Realizei levantamentos em sites da Prefeitura do Rio de Janeiro e do Ministério do Desenvolvimento Social, além de visitas que realizei para fins de trabalho ao CREAS, para reunir material de descrição de suas atividades e na tentativa de encontrar dados no que se refere às pessoas em situação de rua, conforme item 2.2. Tais dados foram acessados no final da dissertação, através de um dos

³⁴ Como no Seminário "Ninguém mora na rua porque gosta", em 10 de junho de 2014, ocorrido no Ministério Público do Rio de Janeiro e na Audiência pública sobre população em situação de rua e as Olimpíadas de 2016, em 17 de setembro de 2015, ocorrida na Câmara Municipal do Rio de Janeiro – aos quais serão apresentamos mais a diante.

³⁵ O CREAS é uma unidade pública, de abrangência municipal ou regional, que é referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social – aqui estão incluídas populações em situação de rua –, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Seu funcionamento compreende um conjunto de aspectos, entre eles, serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

assistentes sociais do CREAS de Campo Grande que tem envolvimento direto na temática.

Há uma certa dificuldade em conseguir aproximação e abordagem na rua com essas pessoas. Desta forma, foi mais produtivo ocupar os espaços das duas instituições religiosas, seja com entrevistas e/ou me apresentando para manter uma aproximação com a instituição.

No campo na zona oeste (Campo Grande), ocorreram os seguintes acontecimentos: reunião com diretora do CREAS Zilda Arns Neumann (Campo Grande); contato com a Igreja Evangélica Congregacional Campograndense; contato com a Paróquia de Sant'ana (Campo Grande); contato com um homem que realizava por conta própria ações de distribuição de comida e roupas no centro de Campo Grande e posteriormente minha participação em uma de suas ações no Recreio dos Bandeirantes (bairro também localizado na zona oeste); contato e visita ao Centro de Convivência Monte Alverne (Centro de Atendimento Maria José); Fraternidade O Caminho; Casa de Lázaro.

No período entre agosto de 2015 a outubro de 2015, participei de reuniões e atividades nas ruas em noites de sextas-feiras com a Pastoral de Rua da Fraternidade O Caminho (Fraternitas Beato Charles de Foucauld, casa de acolhida).

Como colocado anteriormente, a escolha para a entrada no campo se deu mediante a experiência anterior à pesquisa na época de minha graduação. Com ela, posso dizer que tive uma melhor habilidade para tratar com determinadas questões inerentes ao campo e ao tema, bem como minha inserção. E sendo assim, realizei o campo diretamente com populações em situação de rua nas ruas, pontos de alimentação ou de descanso – com abordagem direta – e em instituições religiosas, as quais pude presenciar que possuem maior aceitação na abertura a conhecer o espaço e as ações locais.

Se tratando de aceitação e maior tempo em cada uma delas para aproveitamento da pesquisa, as instituições religiosas se tornaram referências para tal. E tendo a estratégia do voluntariado, mesmo que por um espaço de tempo, pude ter percepções da rotina institucional bem como contato maior com os internos. O acesso às pessoas também é feito de maneira rápida, pois com apresentação, explicação da pesquisa e pedido para que elas participem, em quase sua totalidade tive boa receptividade e pronta aceitação pelos coordenadores e diretores. Tal fato não só dinamizou a pesquisa como otimizou o aproveitamento do espaço.

Já o campo realizado diretamente nas ruas, pontos de alimentação ou de descanso – com abordagem direta, também traz questões e percepções diferentes de uma instituição. Fatores externos – sem paredes, mesas, com a luz do sol, calor ou o frio da noite, as ruas vazias –, sensações de ambas as partes e percepção do que acontece na rua, fazem com que a conversa seja diferente, no sentido de maior liberdade para falar não só de suas vidas, mas de

como são tratados, seus medos e desejos e pelo que passam. Nas ruas há a possibilidade de ver de maneira mais direta as relações entre as pessoas, agentes e situações diversas.

Contextualizando as ações por parte de agentes do Estado e o período da Copa do Mundo de 2014, o relatório ‘Violações de direitos da população em situação de rua nos meses que antecedem a realização da copa do mundo’ de 2014, organizado pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH)³⁶, apresentou um registro de violações no contexto que antecedeu a Copa do Mundo de 2014. As denúncias registradas pelo CNDDH tiveram como fonte o Disque 100 – Serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituições de segurança pública, polícia civil, Ministério Público, sociedade civil organizada, movimentos sociais, bem como denúncias espontâneas feitas diretamente ao CNDDH e busca ativa em veículos de comunicação. As denúncias vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre.

No que diz respeito ao Rio de Janeiro, segundo o relatório,

O CNDDH registrou em 2014, na Capital, a manutenção das ações higienistas. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), juntamente com instituições de segurança pública do Município e do Estado, realizaram operações de retirada e recondução de pessoas em situação de rua que ocupavam espaços públicos próximos a diversas avenidas e viadutos do Rio de Janeiro. Há relatos de casos de encaminhamento para Delegacias de Polícia para identificação, bem como a serviços socioassistenciais de abrigo sem a concordância dos abordados.

Em 09 de fevereiro de 2014, por meio de uma Força Tarefa composta pelas secretarias municipais de Governo, Desenvolvimento Social e Ordem Pública, Comlurb, Guarda Municipal e Polícia Militar, pessoas em situação de rua foram literalmente recolhidas das ruas de maneira arbitrária e sem a garantia de seus direitos fundamentais. Também ressaltamos que alterações no espaço urbano resultaram na retirada de pessoas em situação de rua das regiões próximas ao estádio do Maracanã.

Diante das remoções forçadas pessoas foram encaminhadas a força para abrigos. Nessas condições foi deflagrada a ineficiência das políticas públicas voltadas para o acolhimento da população em situação de rua no Município, com o registro de denúncias sobre a precariedade dos serviços de acolhimento, notadamente o Abrigo de Paciência, Rio Acolhedor³⁷. O Abrigo sofre constantes denúncias em razão da superlotação do local (com capacidade para 150 pessoas recebe o número de até 400 pessoas), precariedade da estrutura e dos serviços, além da falta de segurança.

No dia 06 de junho de 2014, um grupo de Promotores de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, flagrou cinco vans da Prefeitura do

³⁶ Relatório “violações de direitos da população em situação de rua nos meses que antecedem a realização da copa do mundo”: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>

³⁷ Ver item 3.1 - letra g.

Rio de Janeiro chegando ao Abrigo de Paciência com 26 pessoas em situação de rua, que relataram uso de força pelos funcionários da prefeitura. Os Promotores de Justiça denunciaram ainda a situação precária e degradante do Abrigo de Paciência.

Ainda segundo o relatório, em todas as cidades a população em situação de rua relatou medo em razão da insegurança, possibilidade de retiradas forçadas, prisão arbitrária e retirada de pertences. Foi enfatizado o fato de que muitas das violações não são denunciadas, levando em consideração a situação de vulnerabilidade e insegurança das pessoas em situação de rua, além da dificuldade de conhecimento e/ou acesso a programas de proteção.

As denúncias, em sua grande maioria trataram da violência institucional cometida pelo poder público com caráter de limpeza urbana, apresentando relação com a preparação para a Copa do Mundo, de acordo com a percepção de quando fui às ruas da cidade para a pesquisa de campo.

3.1- Conhecendo Campo Grande

O bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro abriga 328.370 habitantes (IBGE, 2010), sendo o mais populoso da cidade. Sua área de grandes extensões, com 11.912,53 hectares, faz fronteira com nove bairros e com a cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A região acolhe parte do Parque Estadual da Pedra Branca e o Parque Municipal da Serra do Gericinó-Mendanha.

Enquanto zona rural (séc. XVIII), suas principais atividades foram a plantação de cana-de-açúcar, a pecuária e um pouco mais tarde o café. A laranja veio nos primeiros anos do século XX. Na década de 1960, se concentrou o crescimento urbano da região, com reconfiguração espacial e o surgimento dos Distritos Industriais na Zona Oeste. Em 1946 foi construída a Avenida Brasil, se tornando na época o principal eixo de ligação entre o Centro e as novas zonas industriais, que contemplava também Campo Grande. Nos anos 1950 e 1960, houve a expansão dos meios de transporte na região, como a linha férrea e a malha urbana, o que contribuiu para o crescimento urbano de Campo Grande e conseqüentemente comercial.

Em 1964, deu-se início às políticas públicas para geração de habitações para classe de baixa renda. O aumento da população e a desvalorização de áreas da região pelo mercado geraram invasões, loteamentos ilegais sem serviços urbanos como luz e saneamento. Nos anos 1990, Campo Grande apresentou uma taxa de crescimento demográfico maior que 20%

(IBGE, 2000), também devido ao adensamento populacional da classe média na região que fez o mercado imobiliário avançar. Em 1997 com a construção do West Shopping, a oferta de infraestrutura e serviços urbanos favoreceu mais o crescimento do bairro, em contrapartida impulsionou ainda mais a população de baixa renda para ocupações irregulares e favelas.

Porém, Campo Grande é um bairro pobre e desvalorizado em relação ao Rio de Janeiro, devido à grande distância em relação aos principais polos de trabalho, entretenimento e serviços, em boa parte localizados em áreas específicas da cidade, principalmente Centro e Zona Sul. No entanto, diversas mudanças sofridas pelo bairro nas últimas décadas, entre elas o crescimento de seu centro comercial – o ‘calçadão’ e seu entorno – e principalmente na área da habitação com condomínios de luxo e populares, fizeram de Campo Grande uma centralidade entre os bairros próximos como Guaratiba, Santíssimo e Santa Cruz, e os municípios da Baixada Fluminense mais próximos: Seropédica, Itaguaí, Paracambi e Nova Iguaçu. Para estes lugares, Campo Grande representa um centro de comércio, serviços bancários, instituições de ensino públicas e particulares, em conjunto ao atendimento médico, representado por hospitais e clínicas de diversas naturezas. Em seu interior, como um dos maiores bairros da cidade, também há desigualdades consideráveis de atendimento à população. Há localidades com aparências bastante diferentes, compostas por casas sem acabamento e não dispendo de asfalto, sistema de esgoto ou água encanada, e outras repletas de casas em boas condições e localizações, ruas arborizadas e lixeiras públicas pelas ruas. Portanto, Campo Grande está repleto de condições desiguais de habitação, reproduzindo em seu interior lógica semelhante a que rege a alocação de recursos na cidade do Rio de Janeiro, com a própria desvalorização da zona oeste e outras áreas onde estão concentrados os mais pobres.

Em minhas idas a campo, pude notar os contrastes de algumas localidades do bairro. Ao longo da área do calçadão de Campo Grande, há a concentração de lojas populares e pela rodoviária há um grande número também de vendedores informais, transportes irregulares, pessoas em situação de rua (em quantidade reduzida em relação ao período da noite) e também pedintes. Essa figura muda na área dos empreendimentos de classe média – em sub-bairros inclusive considerados de classe média. A desigualdade pelas áreas é sensível. É visível também a atuação da milícia local nas regiões mais pobres e no centro comercial, nos transportes informais, segurança e controle dos vendedores ambulantes.

Já pela noite, o centro comercial vazio, lojas fechadas, a concentração de pessoas em situação de rua é na área da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, pela marquise do Banco da Caixa Econômica Federal, próximo ao supermercado Guanabara e no entorno da rodoviária

de Campo Grande. Com relatos de pessoas em situação de rua pela localidade e de membros da Pastoral de Rua, milicianos que fazem a segurança da localidade para comerciantes locais, ameaçam constantemente as pessoas para que não durmam sob marquises de lojas e também pela Paróquia do Desterro, para que não tenha concentração no local. Em uma das ações da Pastoral de Rua que participei, numa rua próxima ao supermercado Guanabara, enquanto realizávamos entrega de lanche a dois rapazes, um carro passou em alta velocidade com o motorista nos xingando e reclamando de nossa atividade com os rapazes. Esse é um ponto que a milícia, há pouco tempo atrás, proibiu pessoas em situação de rua de permanecerem, segundo relato de um homem numa de nossas entrevistas.³⁸ Essas localidades, contudo, são foco de diversas ações de diferentes entidades religiosas para as pessoas em situação de rua.

3.2- As instituições e entidades: seus papéis e ações voltadas para as populações em situação de rua

Para este ponto, elenquei algumas das visitas às instituições que realizei no período de junho de 2014 a dezembro de 2015. Esta seção e a seguinte são da entrada no campo, onde para se ter uma compreensão do trajeto percorrido até chegar nas instituições e pessoas, farei de forma breve o relato de idas anteriores a campo.

As instituições são tidas como instrumentos reguladores e normativos das ações humanas, as quais reúnem um conjunto de regras e procedimentos que são reconhecidos pela sociedade. Elas normatizam os grupos sociais, determinam as regras e procedimentos dos grupos, as quais estão baseadas em padrões, papéis, valores, comportamentos e relações entre membros da mesma cultura. E além de participar da organização da sociedade, ela pode atuar como instrumento de controle social.

Contextualizando as ações direcionadas às populações em situação de rua, na redemocratização do país iniciaram-se as primeiras iniciativas de organização das populações em situação de rua, indo de contrário à crença realizada pelas práticas de caridade e assistencialistas a qual este segmento da população não teria força de mobilização para buscar politicamente transformações individuais e coletivas. Às iniciativas e mobilizações uniram-se organizações, movimentos religiosos, estudiosos no tema, entre outros.

³⁸ Entrevista no item 3.4 - letra g.

Nesse mesmo período se articularam no país, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Esses projetos, desenvolvidos por organizações da sociedade civil, constituíram a base da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, em 1985. Seguindo a mesma direção, a Pastoral do Menor realizou de 1981 a 1992, a Semana Ecumênica do Menor, que reuniu aproximadamente mil pessoas na defesa dos ‘meninos de rua’ e na organização da luta por direitos de cidadania para este segmento.

Nesse contexto, as instituições de apoio e ajuda à população em situação de rua direcionam-se para a afirmação do acesso desta população ao direito humano à vida e à dignidade. Estas instituições buscaram também trabalhar para superação do caráter assistencialista e repressor da ação junto às pessoas em situação de rua em meio ao trabalho cotidiano, introduzindo uma nova maneira de lidar com a questão, que consistia em priorizar a organização e o protagonismo como instrumento de resgate de direitos de cidadania das populações em situação de rua. Foi através da ação das Pastorais do Povo de Rua que essas populações passaram a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida.

Um símbolo da luta da população em situação de rua foi o Grito dos Excluídos, promovido pela Pastoral Social com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil. Em 1995, o ato mobilizou indivíduos, organizações e movimentos sociais a fim de dar maior visibilidade aos direitos e necessidades da população que tinha as ruas como seu espaço de moradia e sobrevivência.

Com a morte violenta de pessoas em situação de rua da região central da cidade de São Paulo nas noites de 19 a 22 de agosto de 2004, vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil expressaram a necessidade de se organizarem enquanto movimento social, com a reivindicação da participação no controle social da política pública de assistência social e principalmente na elaboração de uma proposta de política nacional para as populações em situação de rua.

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, em que participaram representantes de diversos municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua e organizações não governamentais, além de representantes do próprio MDS tendo como objetivo conhecer os desafios e definir estratégias na construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

Após o I Encontro Nacional de População em Situação de rua foi aprovada a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para as pessoas que vivem em situação de rua, procedendo à alteração no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Em 25 de outubro de 2006, foi instituído, por Decreto Presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. Considerou ainda a necessidade de articulação entre os níveis de governo e da participação da sociedade civil organizada nesse processo. Desse modo, em 2007, iniciou-se o processo de discussão e elaboração do texto da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) e em 2009 foi publicada no II Encontro Nacional sobre População de Rua, de posse dos resultados da Pesquisa Nacional, concluída em 2008, e das aprendizagens e experiências do I Encontro Nacional e seus desdobramentos.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) enfoca a intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas objetivando a formação de uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua estabelece, através de seus princípios, diretrizes e objetivos, a integração entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais, bem como as ações desenvolvidas pela sociedade a fim de que elas possam atuar juntas, sistematizadas e voltadas a esse segmento. Estabelece também, ser possível firmar parcerias com entes privados e públicos, conforme o artigo quarto dessa política:

Art. 4º: O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua. (DECRETO 7.053, 2009).

As instituições aqui se apresentam com importante papel de acolher as pessoas em situação de rua e viabilizar o acesso aos direitos básicos, sendo um instrumento para tal. Aqui está inserido um conjunto de organizações não estatais, mas que recebem recursos do Estado ou são mantidas por filantropia ou renúncia fiscal e que acabam substituindo a função do Estado, consolidando a população em situação de rua não como uma exceção, mas como

regra.

Antes de seguir para as instituições que tive acesso, faço a apresentação da quantidade de dispositivos da área central da cidade do Rio de Janeiro com a área do bairro de Campo Grande, na zona oeste da cidade. O levantamento foi realizado em páginas da internet – como por exemplo da prefeitura, blogs das áreas programáticas da saúde, páginas de entidades religiosas –, de pesquisa com pessoas envolvidas com a temática da situação de rua³⁹.

A cidade é dividida em Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS) e suas Áreas Programáticas (AP)⁴⁰. São elas:

Área Programática 1.0: formada por 15 bairros, com 4,6% da população carioca - 268.280 habitantes, segundo o Censo 2000 - e 2,8% do território (34,39 km²). Região composta pelos bairros de Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão, Saúde e Vasco da Gama.

Área Programática 2.1 e 2.2: formada por 25 bairros distribuídos por 6 Regiões Administrativas, representa 17% dos cariocas - 997.478 habitantes, segundo o Censo 2000 - e ocupa 8,2% do território - 100,43 km². Para a área da saúde ainda se subdivide na AP 2.1 e AP 2.2.

AP 2.1 - Botafogo, Copacabana, Lagoa e Rocinha (RA), Catete, Cosme Velho, Flamengo, Gávea, Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Laranjeiras, Leblon, Leme, São Conrado, Urca e Vidigal.

AP 2.2 - Tijuca e Vila Isabel.

Área Programática 3.1, 3.2 e 3.3: possui 80 bairros distribuídos em 13 Regiões Administrativas, que correspondem a 16,6% do território municipal - 203,47 km² - e a 40,2% do total da população residente no Rio de Janeiro - 2.353.590 habitantes, segundo o Censo 2000. Para a área da saúde esta subdividida em três:

AP 3.1 - Ramos, Penha, Vigário Geral, Ilha do Governador, Complexo do Alemão e Complexo da Maré.

AP 3.2 - Méier, Inhaúma e Jacarezinho.

³⁹ Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeConteudo?id=2813694>

⁴⁰ Fonte: <http://cvasrio.blogspot.com.br/2012/02/areas-programaticas-bairros.html> e http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4128745/PMS_20142017.pdf

AP 3.3 - Irajá, Madureira, Anchieta e Pavuna.

Área Programática 4.0: formada por 19 bairros distribuídos por três Regiões Administrativas (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus). No conjunto da cidade, a AP 4.0 corresponde a 24% da área - 293,79 km² - e 11,6% da população carioca - 682.051 habitantes, segundo o Censo 2000.

Área Programática 5.1, 5.2 e 5.3: formada por 20 bairros. Corresponde a 48,4% do território do Município - 592,45km² - e abriga cerca de 26,6% da população carioca. - 1.556.505 habitantes, segundo o Censo 2000. Para a área da saúde está subdividida em três:

AP 5.1 - região composta pelos bairros de Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Jardim Sulacap, Realengo, Padre Miguel, Bangu e Senador Camará.

AP 5.2 - região composta pelos bairros de Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba, Inhoaíba, Cosmos, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba.

AP 5.3 - região composta pelos bairros de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.

Equipamentos públicos

Para o Centro Pop e CREAS, foram elencados somente os das áreas correspondentes à pesquisa (1^a 41, 2^a 42, 9^a 43 e 10^a 44 CDSs).

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Rio de Janeiro/RJ

CDS	Nome	Localização
1 ^a	CREAS Centro Pop Bárbara Calazans	Centro

Fonte: CADSUAS/MDS

⁴¹ Pertencente à **AP 1.0** - Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão, Saúde e Vasco da Gama.

⁴² Pertencente à **AP 2.1** - Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Gávea, Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Rocinha, São Conrado, Urca e Vidigal.

⁴³ Pertencente à **AP 5.2** - Barra de Guaratiba, Campo Grande, Cosmos, Guaratiba, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos e Pedra de Guaratiba.

⁴⁴ Pertencente à **AP 5.3** - Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.

Unidades da Rede de Proteção Social Especial - Rio de Janeiro/RJ

CDS	Nome	Localização
1ª	CREAS Simone de Beauvoir	Centro
2ª	CREAS Maria Lina de Castro Lima	Laranjeiras
9ª	CREAS Zilda Arns Neumann	Campo Grande
10ª	CREAS Padre Guilherme Decaminada	Santa Cruz
10ª	CREAS João Manoel Monteiro	Paciência

Fonte: CADSUAS/MDS

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)⁴⁵

2ª CDS	CAPSad II Centro-Rio (estadual)	Botafogo
10ª CDS	CAPSad II Júlio César de Carvalho	Santa Cruz

Fonte: CADSUAS/MDS

Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS são unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Os centros oferecem um atendimento interdisciplinar, composto por uma equipe multiprofissional que reúne médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas. O serviço é diferenciado para o público infante-juvenil, até os 17 anos de idade, através do CAPSi, e para pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas pelo CAPSad.

A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro conta com 13 CAPS⁴⁶, 06 Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (CAPSad) - dois deles com unidades de acolhimento adultos (UAA) - e 07 Centros de Atenção Psicossociais Infantis (CAPSi), totalizando 26 unidades especializadas próprias. Outras 03 das redes estadual e federal completam a rede de 29 CAPS dentro do município do Rio de Janeiro.

⁴⁵ Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/caps>

Fonte: https://docs.google.com/file/d/0B_HpM8Lq6o5MWXZieWotLTY1YWw/edit?pref=2&pli=1

⁴⁶ O encaminhamento para os CAPS pode ser realizado através de demanda espontânea, por intermédio de uma unidade de atenção primária ou especializada, após uma internação clínica/psiquiátrica, ou ainda por indicação da assistência social ou por ordem judicial. O tratamento pode ser feito de forma individualizada ou coletiva, através de oficinas e grupos terapêuticos.

Na área do Centro do Rio de Janeiro não há CAPSad. Já em Santa Cruz fica localizado o CAPSad II Júlio César de Carvalho que atende Campo Grande e Santa Cruz (AP 5.2 e 5.3). Na zona sul, no bairro de Botafogo fica localizado o CAPSad II Centro-Rio (estadual) que atende parte da Zona Sul (AP 2.1).

Entidades filantrópicas religiosas e não religiosas⁴⁷:

Área do Centro do Rio de Janeiro	Área de Campo Grande – zona oeste
Associação Beneficente São Martinho	Albergue Casa de Lázaro
Central de Oportunidades	Centro de Convivência Monte Alverne
Igreja Batista Farol da Lapa	Pastoral de Rua (da Fraternidade O Caminho)
Instituição Missionárias da Caridade	Igreja Evangélica Congregacional Campograndense
	Sant’ana na Pista (da Paróquia de Santana)

A partir daqui, apresento as instituições as quais tive acesso diretamente e realizei parte do campo de pesquisa.

a) Irmãs Missionárias da Caridade

O encontro no dia 20 de junho de 2014 – dia do ato em comemoração a um ano da manifestação de 20 de junho de 2013⁴⁸ – seria inicialmente com Deise, que conheci no seminário do Ministério Público, para me contar sua trajetória e abordagens da polícia e/ou equipamentos da assistência (prefeitura). Ela havia aceitado participar da pesquisa, no entanto, neste dia acabou por acontecer a visita à instituição das Irmãs Missionárias da Caridade⁴⁹, que desenvolve trabalho social à população em situação de rua no centro da cidade.

Mesmo não possuindo objeto de pesquisa com essa instituição, visto que não a conhecia, assumi conhecer o trabalho desenvolvido.

Chegamos mais uma vez pela Cinelândia, com um número maior de pessoas em

⁴⁷ Essas foram com as quais tive acesso direta e indiretamente, realizando levantamento para a pesquisa e posterior contato, inclusive as que não realizei contato, como no caso de algumas da área central da cidade. Há, pelo menos na área do Centro da cidade bem mais que o indicado nesse quadro.

⁴⁸ Neste dia, contei com o auxílio de Pablo Araújo para ida a campo e participação na pesquisa.

⁴⁹ A instituição das “Irmãs Missionárias da Caridade”, pertence às Irmãs da Congregação de Madre Teresa de Calcutá, à Rua Travessa do Mosqueira, nº 14, bem próximo aos Arcos da Lapa, Centro do Rio de Janeiro.

situação de rua e também de policiais militares, por conta da manifestação⁵⁰. De lá seguimos em direção ao local marcado com Deise, os Arcos da Lapa. Fizemos um giro, próximo ao Passeio, percorrendo parte da Rua do Riachuelo e voltando pela Mem de Sá, para os Arcos da Lapa. Avistamos logo na chegada número significativo de pessoas que suspeitamos estarem em situação de rua – devido à vivência no convívio e pesquisa –, cerca de quarenta pessoas. Logo após retornarmos dessa volta, o número havia aumentado. Ficamos parados próximos aos Arcos, esperando por Deise e observando. Após determinado tempo, pelas características e ações, tivemos certeza de que se tratavam de pessoas em situação de rua, sentados e conversando entre si, mas em posição de fila que aos poucos crescia.

Alguns minutos depois eles se levantaram de repente. Mais a frente vinha um carro da polícia militar, não esperando por aquelas pessoas. Em seguida apareceram duas senhoras com vestimentas similares as de Madre Teresa de Calcutá, uma idosa e outra mais nova. Pararam na frente, então em pé em forma de fila e falaram algo que não deu para escutar pela distância e começaram a distribuir algo, um pedaço de papel para cada um e eles logo atravessavam a rua, um a um.

Fomos aos poucos nos aproximando até que a fila terminasse e perguntamos se poderiam nos falar do que se tratava a ação. Elas prontamente responderam que se tratava do jantar para as pessoas em situação rua. Falaram que eram Irmãs Missionárias da Caridade e que se localizavam ali próximo. Perguntei se poderíamos ir com elas, a fim de conhecer o espaço e a ação. Elas responderam positivamente e as seguimos até lá, em uma rua estreita da Lapa, onde se localizava o convento Irmãs Missionárias da Caridade e um anexo com um tipo de albergue de oito lugares para homens. Sua atividade principal é distribuir toda segunda, terça, quarta e sexta-feira jantar a pessoas em situação de rua. Perguntei se eram permitidos homens e mulheres e a resposta foi que antigamente ambos os sexos poderiam, mas verificaram que dessa forma havia muita confusão e acabaram por restringir apenas aos homens, mas que a entrada seria liberada caso viessem acompanhadas dos respectivos parceiros.

A irmã Maria, uma das irmãs de caridade que distribuiu as fichas na Lapa, nos mostrou a parte interna do espaço. As senhas foram divididas em duas turmas de jantar, pois havia comparecido um número grande de pessoas. A primeira turma, 72 pessoas e a segunda, 60. Ouviam inicialmente na capela uma palavra do padre e em seguida iam ao refeitório para

⁵⁰ Dia do ato em comemoração a um ano da manifestação de 20 de junho de 2013. Ler mais em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/22/manifestacao-do-dia-20-de-junho-no-rio-de-janeiro-dados-percepcoes-no-fino-do-espelho-social/>

jantarem. O jantar consistia de sopa e nos demais dias de alimentos sólidos. Ela nos disse para ficarmos à vontade para participar. Então respondemos que participaríamos da ação, recebendo as instruções e os aventais. Auxiliamos na distribuição de sopa, água e pão inicialmente. Nas mesas, havia alguns potes com sal e copos que já estavam com água.

Eu me senti um pouco apreensiva pelo fato das pessoas presentes estarem com fome e terem de esperar a palavra do padre para receberem a alimentação. A palavra do padre – como chamei aqui – era como uma curta missa com leitura e comentário de alguns versículos da Bíblia e uma oração ao final. Após todos se acomodarem, os pratos foram distribuídos de dois em dois do final do refeitório para a frente. Cada voluntário em corrente passaria de dois em dois os pratos para as pessoas até chegarem ao final. Dois pães eram distribuídos por um voluntário enquanto outro ficava com garrafa de água caso alguém pedisse mais um pouco de água. Mas o tempo parecia ser corrido, pois o outro grupo esperava na rua. Terminando, levavam os pratos e copos para uma senhora próxima da porta e saíam. Ela colocava os restos numa lixeira e juntava as pilhas de pratos e copos para serem lavadas, secadas e reutilizadas em seguida pelo próximo grupo. Outros voluntários limpavam as mesas e reorganizavam tudo novamente. Na cozinha, as demais voluntárias terminavam o sopão e aguardavam os pratos para preencherem com a sopa. E assim repetimos a ação.

Ao fim, auxiliamos com a limpeza das mesas, chão e reorganização do espaço do refeitório. Fomos conversar com a irmã responsável pelo local. Falei rapidamente da pesquisa e perguntei se poderíamos retornar para conversar com as irmãs e também com algumas pessoas em situação de rua. Ela respondeu positivamente e disse que seríamos bem-vindos, inclusive para repetir a ação daquela noite. O terceiro grupo com cerca de seis senhores chegou ao refeitório aos poucos para tomar um café e lanche. Era o grupo dos que dormiriam no local.

Perguntado sobre os homens que permaneciam para dormir, ela informou que todos eram homens idosos em situação de rua, que permaneciam por necessidade e eram livres para sair. O espaço anexo é composto por oito vagas, no andar de cima. Para estes, além da sopa, havia o atendimento de profissionais de várias áreas da saúde, como oftalmologista, cardiologista, dentista e clínico geral, além da possibilidade de banho no local. Todo esse trabalho é oferecido por profissionais que voluntariamente prestam esses serviços.

Ela citou o caso de um homem que ficou por algum tempo, vindo de São Paulo e pediu ajuda para retornar a sua cidade natal, onde o aguardavam sua esposa e três filhos. Elas ajudaram, mas pediram que sua esposa telefonasse para as irmãs e informasse de sua chegada. Ela ligou no dia seguinte e as irmãs ficaram felizes por ter dado tudo certo.

A outra irmã nos convidou a conhecer o local onde os homens dormiam e estava um senhor mais idoso e cego, que jantou no quarto. Ela nos contou que ele estava lá há muito tempo e ajudava como uma espécie de porteiro da instituição e que agora era ajudado por elas. Ao fim agradecemos e avisamos que voltaríamos tanto para as ações como para a pesquisa.

A fraternidade das irmãs é composta apenas por quatro religiosas (uma brasileira, duas indianas e outra mexicana) e não conta com nenhum funcionário. Todo o trabalho é desenvolvido por elas próprias com a ajuda de voluntários. Elas dedicam-se desde o atendimento de portaria, preparação da sopa, lavagem da louça e talheres até a limpeza do espaço.

Conforme irmã Maria, o número de atendidos varia bastante. De acordo com ela, isso acontece por causa da característica das populações em situação de rua, na mobilidade constante entre um serviço e outro oferecido pelas mais diversas instituições, públicas ou privadas. Mesmo assim, aproximadamente mais de cem pessoas frequentam o serviço diariamente, chegando a trezentas pessoas em alguns momentos.

Desde nossa apresentação e pedido para conhecer a dinâmica e local, as irmãs e demais voluntárias perguntavam sobre o que estávamos fazendo na Lapa e de onde vínhamos ou se éramos turistas, pois segundo ela, não costumavam receber pessoas da localidade que queriam participar dessas atividades. Um pouco surpresas quando respondíamos que éramos da cidade e estávamos inicialmente passeando, disseram que seríamos muito bem-vindos caso quiséssemos retornar.

Nessa ação, até pelo fato de todos estarem agitados aguardando para jantar, preferi não conversar sobre suas vidas ou sobre o tipo de abordagem nas últimas semanas seja pela polícia ou pelos agentes da prefeitura. Como houve uma resposta positiva para nosso retorno, preferi por algo mais organizado para a pesquisa em uma segunda visita.

Sobre esse aspecto há que sinalizar a questão das regras nessa instituição. Em Goffman (1974) as instituições totais – instituições de tratamento psiquiátrico, colégios internos, instituições religiosas e quartéis – organizam, a partir do binarismo entre equipe dirigente e grupo controlado, a totalidade da experiência cotidiana de um interno, viabilizando que o *continuum* das vivências se dê em um mesmo espaço-tempo: os internos dormem, fazem as refeições, vêem televisão, tomam medicamentos, não havendo rupturas como é comum em nossa experiência cotidiana, remetida à descontinuidade dos lugares em que fazemos nossas refeições, nos sentamos para conversar com alguém, consumimos e dormimos.

As instituições totais não configuram evidências de uma sociedade disciplinar geral, mas são espaços sociais instituídos que comportam uma lógica social interna, própria. A dinâmica do agente social com a estrutura deve ser buscada nas formas de ser e agir produzidas e significativas num *locus* interacional com fronteiras físicas e morais discerníveis.

É importante salientar que Goffman não recusa a existência de traços culturais e sociais comuns ao conjunto de uma sociedade, mas ao compreender as instituições totais, por exemplo, não objetiva ‘explicar’ a sociedade na qual elas se inserem, e sim os traços comuns destas instituições em determinada sociedade, pois se elas “parecem reunir muitos aspectos em comum – na realidade, tantos são esses aspectos que para conhecê-los é aconselhável considerar também outros” (GOFFMAN, 1974, p. xx).

O horário para receber as senhas, entrar na instituição, a espera – pela missa, a entrada para sentar-se à mesa, receber a água, os pães e, finalmente, a sopa – todo o processo tem uma determinada ordem. Também o processo de levar os talheres, pratos e copos até uma bacia próxima da saída e assim ser liberado ou permanecer caso se queira repetir mais uma vez a sopa. Tudo isso, num processo disciplinar, seguindo as regras da instituição, onde o não cumprimento significa ser convidado a retirar-se e não mais voltar. Não há um código escrito, logo as regras estão subentendidas, repassadas pelas irmãs e também pelas pessoas que já tiveram acesso anterior à instituição àquelas que chegam pela primeira vez.

Nesse sentido, Becker (2008) trata a questão do desvio. O desvio ou transgressão face a regras socialmente estabelecidas é característico de todas as sociedades e de todos os grupos sociais em que se estabeleçam normas, princípios e valores morais que guiam a vida das pessoas, e servem como padrões de conduta. Quando alguns indivíduos não agem em conformidade com o padrão são classificados como desviantes.

A Teoria da Rotulação (*Labelling Theory*) consiste na sistemática imputação de marcas ou atributos a uma pessoa ou grupo, de modo que tais atributos sejam admitidos por seus portadores e outros com quem se relaciona. Essas características podem ter valoração positiva ou negativa. No caso da Sociologia do Desvio⁵¹, o rótulo é sempre negativo e associado ao estigma, e conforme Goffman, os atributos indesejados são considerados estigmas.

⁵¹ Becker recusa a definição de sociologia do desvio, questionando inclusive o próprio termo. Para ele é mais adequada a nomeação teoria interacionista do desvio.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. Desta forma, é preciso tomar cuidado com as nomeações, pois na maior parte das vezes elas implicam numa cadeia de rotulações das quais o pesquisador necessita se desvencilhar.

É condição imprescindível para a sociedade que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, normas incorporadas pelos agentes. Quando uma regra é quebrada surgem medidas restauradoras estipuladas tanto por meios formais, como as leis ou informalmente, através de sanções morais que a sociedade estipula para determinados tipos de conduta.

Becker (1963) argumentou que o desvio é um fenômeno mais comum do que se pensa e refuta como incorreta a visão segundo a qual os desviantes seriam indivíduos patológicos. Eles seriam participantes de um sistema de relações e interações, construído na própria vida social. *Outsiders* persiste como a obra central da teoria da rotulação, a primeira em que esta nova perspectiva aparece consolidada e sistematizada e se formula sua tese central (*Labelling Theory*). Becker utiliza o termo *outsider* para descrever “aquele que se desvia das regras de grupo”, os indivíduos em não-conformidade com as normas socialmente estipuladas.

De acordo com Becker, o desvio é criado pela sociedade. Não no sentido das causas do desvio estarem ligadas a fatores sociais que os levam a agir de tal maneira. Mas sim, “que grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*” (BECKER, 1963, p. xx). Ou seja, o desvio não é uma característica da ação de uma pessoa, mas consequência da aplicação por terceiros de regras e sanções a um infrator. Sendo assim, o desviante é aquele a quem aplicaram esse rótulo com sucesso e o comportamento desviante é aquele rotulado pelos subgrupos como tal. Dessa forma, a consequência mais importante das teses de Becker é olhar para a relação e para aqueles que rotulam os desviantes, os ‘empreendedores morais’.

Falando da forma como é retratada a violência, é importante trazer a protagonizada por agentes da Segurança Pública que se refere ao plano simbólico, a violência verbal, a partir de provocações e xingamentos. Esta forma de expressão da violência é associada com o preconceito e o estigma projetados sobre as pessoas em situação de rua, por parte da sociedade como um todo. Processos de estigmatização identificados nas pessoas em situação de rua, a partir da percepção de sua ‘invisibilidade social’, como um traço da relação destes

grupos com diversos outros segmentos da sociedade, também são percebidos os processos de criminalização, vistos como perigosos e permanentemente suspeitos.

Mesmo na instituição das Irmãs Missionárias foi observado alguns olhares reprovadores a certas falas das pessoas que ali estavam para se alimentar. Falas também, num sentido discriminatório – reclamou da forma como as pessoas que ali se alimentavam falavam da comida e demora em servi-la, dizendo que eles não tem nada e ainda sim querem exigir, que tinham que ficar quietos e comer –. Aqui ponto que foi de uma pessoa apenas, mas que mesmo em locais para atender a esse público existe tal prática.

b) Igreja Batista Farol da Lapa

A ação seguinte do campo foi em 15 de junho de 2014 na Cinelândia e Arcos da Lapa, dia de jogo na cidade: Argentina e Bósnia. Este primeiro dia do campo o objetivo foi observar a rua, o policiamento e pessoas em situação de rua e ações – violência, tratamento, instituições agindo no local – para com elas⁵².

No Estatuto da Convenção Batista Carioca (2011), as Igrejas Batistas do Rio de Janeiro que são filiadas à convenção, tem um tipo de organização e ligação entre elas:

Artigo 1º - A Convenção Batista Carioca, anteriormente Convenção Batista do Estado da Guanabara (neste estatuto, chamada de Convenção), foi fundada em 1º de janeiro de 1905, por tempo indeterminado, e é uma organização religiosa, de fins não econômicos, instituída pela vontade da Comunhão das Igrejas Batistas da cidade do Rio de Janeiro (doravante chamada de Comunhão das Igrejas), constituída de um número ilimitado de igrejas a ela filiadas, sediada a Rua Senador Furtado, número 12 – Praça da Bandeira, CEP. 20.270-020, e foro na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Parágrafo Único - A Comunhão das Igrejas Batistas da Cidade do Rio de Janeiro (neste estatuto, chamada de Comunhão das Igrejas) é o conjunto das igrejas filiadas à Convenção.

Artigo 2º - A Convenção é uma instituição de serviço à Comunhão das Igrejas e, assim, sujeita em todas as suas instâncias às determinações da sua Assembleia Geral ou, no interregno das reuniões desta, às determinações do Conselho Geral de Administração (neste Estatuto, chamado de Conselho).

Parágrafo Único - A relação da Convenção com as igrejas filiadas é tão somente de natureza cooperativa, não envolvendo obrigações outras senão as que estejam disciplinadas neste Estatuto e em suas normas e regras complementares, além daquelas formalmente expressas em documentos assinados pelas partes.

⁵² Neste dia, contei com o auxílio de Pablo Araujo para ida a campo e participação na pesquisa, seguindo o entendimento que poderia não ser seguro estar sozinha no campo, no início de horário noturno e dias decretados feriado pela prefeitura municipal.

Artigo 3º - A Convenção tem as seguintes finalidades: I - servir à Comunhão das Igrejas, para a realização da sua missão e visão; II - administrar o programa cooperativo mantido pela Comunhão das igrejas; III - contribuir, por todos os meios condizentes com os princípios cristãos e as doutrinas batistas, para preservar a comunhão e a identidade dos batistas, bem como para aperfeiçoar, aprofundar, atualizar e ampliar a visão e a ação da Comunhão das Igrejas, visando a edificação dos crentes e a expansão do Reino de Deus no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. Parágrafo Único - O programa de ação cooperativa, concebido pela Comunhão das Igrejas e administrado pela Convenção, compreende as seguintes áreas: evangelização e missões, educação cristã e missionária, ação social cristã, música, educação geral e comunicação. (REFORMA DO ESTATUTO DA CONVENÇÃO BATISTA CARIOCA, 2011).

As igrejas batistas defendem os princípios:

- 1º) A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta;
 - 2º) O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas;
 - 3º) A separação entre igreja e Estado;
 - 4º) A absoluta liberdade de consciência;
 - 5º) A responsabilidade individual diante de Deus;
 - 6º) A autenticidade e apostolicidade das igrejas.
- (DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, site).

E dessa maneira se organizam na cooperação entre suas igrejas. Eles se baseiam no princípio da cooperação voluntária das igrejas, realizam obra geral de missões, evangelização, educação, ação social e beneficência. Estão inseridas nessa convenção a Igreja Batista Farol da Lapa e a Primeira Igreja Batista de Campo Grande – com o trabalho do albergue Casa de Lázaro –, esta última apresentada logo mais.

Ao chegar à Cinelândia, não havia muitas pessoas em situação de rua (em torno de 10), mas sim polícia militar, guarda municipal e duas viaturas do BOPE num clima de aparente tranquilidade. Dois homens em situação de rua acompanhavam o jogo do outro lado de uma das calçadas, pela tv do bar. Adiante, seis homens e uma mulher com carrinho de bebê conversavam. Um outro homem e seu cachorro dormiam nas escadarias da Câmara Municipal. Todos em situação de rua. Mais uma vez essas afirmações demonstram que a construção do estigma em relação às populações em situação de rua é relacional e não está marcado por nenhum traço específico a não ser determinados cenários, como por exemplo, os citados acima.

Seguimos para os Arcos da Lapa a fim de observar e se possível, conversar com

algumas pessoas em situação de rua, além de encontrar a Igreja Batista Farol da Lapa⁵³. Lá, havia mais dois carros da polícia militar e um da guarda municipal, mas nenhuma pessoa em situação de rua. Seguimos pela Rua do Riachuelo, onde nos informamos com um senhor em situação de rua sobre a localização da Igreja. Ele estava sentado em uma marquise, atrás de uma viatura da Polícia Militar.

Na igreja, localizada na Rua do Riachuelo, nos apresentamos a Cátia, responsável pela ação social que nos fez uma breve apresentação sobre o atendimento que conta com cultos religiosos, assistência, saúde, escuta e alimentação. Às quintas-feiras realizam atendimento a esses indivíduos, com lanche no final. Fornecem jantar nos dias de segunda, quarta e quinta.

Disse que a igreja é aberta, mas que hoje em dia a quase totalidade é de pessoas em situação de rua, completando que "é difícil uma pessoa querer assistir a um culto ao lado de outra suja e cheirando mal" – esse não é um traço comum e geral às pessoas em situação de rua dado ao que encontrei na pesquisa de campo. Pude perceber que tem diferenças no que diz respeito ao tempo em que estão nas ruas, se trabalham e na questão de saúde. Cátia relatou que há oito anos está à frente da ação social da igreja e que já pensou em parar por ser muito cansativo e tomar muito de seu tempo, mas que não consegue e leva a ação adiante. Ela também organiza as festividades da igreja entre membros e as pessoas em situação de rua no Natal, ano novo, festa junina e demais festividades. Disse ainda que faltam voluntários para essa obra.

c) CREAS Zilda Arns Neumann

Em dezembro de 2014, em reunião no CREAS para assuntos de trabalho, aproveitei para conhecer as ações dessa instituição e conversar com a diretora sobre a pesquisa. A diretora foi bem receptiva e falou um pouco sobre o dia a dia na instituição e as demandas das pessoas em situação de rua, bem como os serviços oferecidos pelo aparelho. Estava se iniciando o período de recesso e assim sendo, me orientou a procurar a Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social (RJ) para que fizesse o pedido de autorização de pesquisa acadêmica. Em janeiro o fiz, mas tive como resposta que necessitaria de algumas documentações, inclusive parecer do comitê de ética, o que levaria algum tempo para se conseguir e, posteriormente, o retorno da coordenadoria.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade

⁵³ Igreja evangélica missionária, cuja missão é evangelizar as pessoas em torno da Lapa e em especial as pessoas em situação de rua.

pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Sobre os serviços ofertados, a unidade deve obrigatoriamente ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Além de orientar e encaminhar as pessoas para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também se pode ter acesso a informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo à mobilização comunitária.

O CREAS tem como público atendido famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

O acesso pode ser via demanda espontânea e/ou também ser encaminhada ao CREAS pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, por outros serviços da assistência social ou de outras políticas públicas e por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (como o Ministério Público).⁵⁴

A unidade de serviço que melhor receberia pessoas em situação de rua é o Centro Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, que é um serviço voltado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Ele tem como finalidade oferecer atendimento e acompanhamento especializado, com atividades direcionadas para o fortalecimento de vínculos sociais e/ou familiares, a organização coletiva, mobilização e participação social, bem como a construção de novos projetos de vida. Oferece orientação individual e em grupo, e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. O serviço promove também o acesso à

⁵⁴ Informações de funcionamento dos CREAS obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Social: www.mds.gov.br

documentação civil e a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal e de alimentação. Esses serviços devem ser ofertados no Centro Pop, mas em Campo Grande não há e sendo assim o CREAS de Campo Grande assume essa missão atualmente.

Há atividades que são desenvolvidas por uma equipe composta por profissionais de diversas áreas de atuação. Esta equipe é responsável por desenvolver atividades de atendimento, identificando as principais necessidades do usuário, além de acompanhamento especializado, orientação sobre direitos, oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização, encaminhamento para a rede de serviços, estímulo ao convívio familiar, social e em grupo.

*d) Centro de Convivência Monte Alverne (Casa de Atendimento Maria José)*⁵⁵

A Casa de Atendimento Maria José trabalha com mulheres adultas em situação de rua. Realiza oficinas, rodas de conversa e aulas de artesanato. As diretoras e fundadoras Noranei Souza e Gloria Miranda contam que o centro recebe mulheres em situação de rua em sua maioria do entorno, Campo Grande.

Sua localização em Campo Grande, próximo a uma ocupação⁵⁶, faz com que algumas pessoas em situação de rua frequentem a localidade. Essa ocupação conta com espaço de venda e uso de drogas e prostituição. Noranei me convidou para o Fórum de população em situação de rua da Zona Oeste que acontece com a participação de entidades e órgãos com a temática das pessoas em situação de rua.

Na ocupação citada acima – chamada de Jambalaia, cerca de 400 famílias vivem junto a montanhas de lixo, esgoto a céu aberto, porcos, cavalos e roedores. Os prédios construídos por uma empresa privada estão abandonados há cerca de 25 anos, segundo alguns dos moradores do local. São seis prédios localizados entre a Avenida Manoel Caldeira de Alvarenga e a Rua Valdemar Medrado Dias. Local de degradação, insalubridade, esgoto a céu aberto, roedores e em um dos prédios, dois andares cedidos, o que fez com que os prédios fossem condenados na época e então abandonados – pois havia-se tido a promessa de que agentes da Secretaria da Habitação iriam cadastrar as famílias ali presentes no Programa Minha Casa, Minha Vida. Um dos prédios está interditado por ficar sobre um brejo e estar

⁵⁵ Quando visitei a instituição ela estava com apenas três meses de vida, dessa maneira não teve muito a pesquisar na instituição.

⁵⁶ Ocupação na Estrada do Campinho (no bairro de Campo Grande), mais conhecida como “Esqueleto” ou “Jambalaia”.

afundando literalmente. Os outros têm a estrutura bastante danificada. Buracos entre as juntas nos corredores, andares que cederam, vão do elevador sem qualquer tipo de proteção, abertos, fiações expostas pelos cômodos. Essa é a situação enfrentada por quem não tem para onde ir. Parte de um prédio chegou a desabar em 2013.

Segundo reportagem do Jornal Extra de 21/03/2015:

A Secretaria estadual de Habitação informou que, em 2013, foram cadastradas 52 famílias. Destas, 34 atendiam o perfil sócio econômico da faixa 01 do programa “Minha casa, minha vida” – renda de um a três salários mínimos – e foram contempladas com apartamentos do Conjunto Habitacional Haroldo de Andrade, em Barros Filho. Em 2014, houve nova invasão e outra visita foi realizada ao local para avaliar a situação, mas nenhum novo cadastro foi feito. A Companhia Estadual de Habitação afirmou que estuda a inclusão das famílias em futuros projetos habitacionais, mas não deu uma data para isso acontecer. (JORNAL EXTRA, 21/03/2015)

Além dos perigos estruturais dos prédios, as doenças são grandes ameaças para quem ali vive. Há um único chuveiro improvisado no conjunto de prédios que fica ao ar livre. Ali também se lava a louça. A água, assim como a luz chegam aos prédios por meio de ligações clandestinas. As crianças brincam e andam descalças pelo local insalubre. O local, com muito lixo e ratos, também abre portas para a leptospirose e, além disso, a proliferação de mosquitos traz o risco de focos e casos de dengue, além de outras variedades de doenças cujo *Aedes Aegypti* é o vetor.

Conforme mais uma reportagem sobre o local:

Há quatro anos, cerca de 200 famílias de um condomínio no Bairro Nova Cidade, em Campo Grande, com vários animais que também moram em apartamentos no mesmo prédio. Moradores vivem em condições precárias, com esgoto no interior dos apartamentos, vários tipos de animais e riscos de desabamento, já que grande parte dos prédios apresenta várias rachaduras. No dia 06/04 os moradores acamparam em frente a um condomínio da Minha Casa Minha Vida na Estrada do campinho e fizeram um protesto exigindo moradia digna.⁵⁷ (Site Jornal ZO Factual RJ, 04/2016)

Mesmo com as promessas, nota-se que a situação dessas famílias é a mesma, senão pior em que a cada semana que passa a condição do local e da saúde dos que ali estão piora. Eu estive no local para atividades de trabalho e pude presenciar o descaso para com os que ali vivem. Presenciei uma das contagens e identificações para cadastro, na época informado

⁵⁷ Site com reportagem e vídeo: <http://jornalzo.com.br/sos-dos-bairros/item/1254-moradores-do-condominio-jambalaia-dividem-moradia-com-animais>

como sendo para o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas que até o presente momento desta pesquisa não houve retorno. Pessoas com suas esperanças no fim, desacreditadas de que sairão logo dali. Uma reunião que partiu da ideia de um dos diretores de uma escola próxima contou com a presença de representantes da saúde, educação, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, mas os únicos convidados a não estarem presentes foram os da Prefeitura e Subprefeitura. Um sentimento que vem à tona quando fiquei de frente a esses prédios e posteriormente nas reflexões foi o de abandono.

e) Fraternidade O Caminho – Pastoral de Rua (em Campo Grande)

A Pastoral de rua tem como missão levar comida aos pobres e pessoas em situação de rua. É oferecido alimento e a palavra de Deus. Aqueles que aceitam largar os vícios, largar as ruas e seguir um novo caminho, vão para o sítio da fraternidade e iniciam um tratamento. É uma equipe de leigos – pessoas que abraçam a causa e auxiliam nas pastorais de rua – e religiosos que sensibilizados com o sofrimento das pessoas em situação de rua, realizam ações de abordagem daqueles que vivem nas ruas, convivendo de forma fraterna e solidária.

Nas ações da Pastoral de Rua, o grupo reunido que contém membros da pastoral, grupo de jovens e leigos vão às ruas levando alimentos, geralmente suco e um lanche e tendo conversas sobre a vida pessoal de cada um e o fator culminante para a sua chegada até as ruas, onde as pessoas em situação de rua buscam alternativas de sobrevivência, mas em muitos dos casos acabam perdendo suas referências, perdem a comunicação com a família, sem endereço fixo, não conseguem emprego, perdem documentos e a própria identidade. Também há o momento de louvores e orações. Em outras ações há atividades para higiene pessoal, com corte de cabelo, aparando barbas e unhas e fazendo curativos. Há também o encaminhamento de algumas pessoas às ‘Casas de Passagem’ – pois permanecem por determinado tempo, no mínimo seis meses –, onde homens em situação de rua são acolhidos, recebendo roupas limpas, banho e alimentação.

A oportunidade de participar, no período entre agosto a outubro de 2015, de atividades nas ruas em noites de sextas-feiras, que costuma durar de 20h30 às 0h30, com a Pastoral de Rua da Fraternidade O Caminho (Fraternitas Beato Charles de Foucauld – esta funciona como casa de acolhida) se deu em conversa durante atividades de trabalho em um Centro Municipal de Saúde em um sub-bairro de Campo Grande. Uma das técnicas (pedagoga do CRAS local) faz parte da fraternidade e falou sobre seu trabalho. Dessa forma falei da pesquisa e recebi o convite para participar das atividades nas ruas de Campo Grande com a Pastoral de Rua.

Realizam-se pastorais nas ruas, viadutos, praças, onde conversam, rezam, louvam e distribuem alimentos (cachorro-quente e suco). Há oportunidades em que os freis cortam cabelo, fazem barba, curativos e tentam encaminhar aos hospitais locais. Há o acolhimento de homens em situação de rua na ‘Casa de Passagem’ ou de acolhida, onde recebem roupas limpas, tomam banho e se alimentam.

Em 02 de outubro de 2015, conheci, observei e conversei com algumas pessoas em situação de rua. Iniciamos no ponto de encontro, em frente à Paróquia Nossa Senhora do Desterro.

Estive a trabalho no ano de 2014 na Paróquia Nossa Senhora do Desterro, para conhecer a paróquia e suas atividades para a comunidade, para inseri-la como parceira no projeto onde trabalho. Naquela ocasião fui recebida pelo Pe. Paulo Roberto (Pároco) que apresentou algumas das ações da paróquia. Entre elas a de que há mais de 15 anos a praça onde fica localizada a paróquia é local onde as pessoas em situação de rua permanecem, sobretudo à noite. Ele contou que no início a paróquia realizava sopões, mas que ele reparou que essas pessoas eram sempre as mesmas e que em nada mudava suas situações. Foi decidido então o término da distribuição de sopões. Em suas palavras, “eu quero que essas pessoas mudem seu estado, não quero vê-las acomodadas”. Ele disse que não as impede de ficar na praça e nem dentro da paróquia, embora há cerca de três anos, milicianos da região fizeram uma série de ameaças, inclusive de morte para que essas pessoas em situação de rua não permanecessem mais sob as marquises das lojas. A paróquia fica muito próxima do centro comercial de Campo Grande. Ele contou ainda que como a praça da paróquia é gradeada, as pessoas em situação de rua pediram para ficar nesse espaço e ele permitiu, pois sabe que elas querem apenas dormir em segurança. Mas que alguns desses milicianos também foram na paróquia para falar sobre a situação e que algumas das pessoas que ali dormiam, deixaram de ficar lá, com medo de que algo lhes acontecesse.

Em março de 2015, um rapaz foi esfaqueado em frente a esta paróquia. Pessoas que presenciaram a cena acusaram um usuário de crack de ter esfaqueado o rapaz, fazendo alusão às pessoas em situação de rua que ficam na praça da paróquia.

Estavam presentes em sua maioria jovens com no máximo 18 anos⁵⁸. Cheguei pouco antes das 20h30 e lá fui recepcionada e apresentada aos demais. Recebemos algumas instruções e logo em seguida houve o momento de oração, reza e louvor. Dalí, seguimos para

⁵⁸ Rute, que me convidou para participar da ação com a pastoral de rua, havia me falado que a participação massiva era de adolescentes, guiados por responsáveis pela pastoral de rua e do frei responsável.

a praça próxima do ponto de encontro. Pude identificar três pontos na praça em que as pessoas ficam. No primeiro, havia quatro rapazes em uma mesa de concreto para jogo de damas, que conversavam, bebiam e jogavam cartas. No segundo, mais próximo ao centro da praça e da entrada principal da paróquia estavam três homens e uma mulher visivelmente alterada. No terceiro, duas mulheres (uma delas grávida) e um homem. Para as três ocasiões a ação de abordagem foi a mesma: uma ou duas pessoas chegavam próximo de uma das pessoas em situação de rua e iniciava-se uma conversa, geralmente sobre a vida dessas pessoas – sobre como estavam naquele momento, saúde, família, como vieram parar naquela situação. Ressalto que nos pontos de parada da Pastoral, a grande maioria se encontrava naqueles pontos há um tempo, logo já eram conhecidos dos membros da Pastoral. Um pouco depois os que abordaram iam buscar o lanche para eles. Por fim, o frei trazia uma palavra bíblica e oração e seguiam para o próximo grupo ou parada. Aqui, a abordagem teve como função dar lanche às pessoas em situação de rua, também passar a palavra de Deus e palavras de conforto, ouvi-los e em alguns casos, levar homens para a casa de passagem da Fraternidade, quando há vagas.

No que diz respeito à questão da abordagem social, diferente da realizada pela Pastoral, há o Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009⁵⁹ (BRASIL, 2009, p. 20), o qual é ofertado de forma continuada e programada, com o intuito de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Tem como usuários crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

No ponto seguinte, não mais na praça, nos dirigimos para a marquise de uma agência da Caixa Econômica Federal, cerca de 450m⁶⁰ de distância do primeiro ponto. Ali estavam doze pessoas em situação de rua, em sua maioria homens. A aproximação e abordagem se deram da mesma maneira que na primeira parada. Dessa vez me aproximei de uma das

⁵⁹ Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

⁶⁰ Fonte da medição de distância: Google Maps. Vide mapa ilustrativo no Anexo III.

mulheres em situação de rua e comecei a conversar⁶¹.

Em 09 de outubro de 2015, em minha segunda ida, iniciamos no ponto de encontro, em frente à Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Como na semana anterior estavam presentes entre os voluntários, jovens de no máximo 18 anos, junto de alguns dos responsáveis pela pastoral de rua e um frei, diferente do que estava conosco na semana passada⁶². Cheguei pouco antes das 20h30. Para o começo das atividades houve o momento de oração, reza e louvor. Dali, seguimos para a praça da paróquia. No primeiro conversavam dois rapazes perto da mesa de concreto. O primeiro a se aproximar foi o frei, que pediu para conversar, entregou o lanche e chamou os demais para rezar e louvar. No segundo, mais próximo a área central da praça e da entrada principal da paróquia estavam um homem e uma mulher grávida. Estavam deitados, e dois dos jovens se aproximaram para entregar o lanche. No terceiro, uma mulher com uma criança. Ao fim da entrega dos lanches, rezas e louvores, seguimos para a próxima parada.

No ponto seguinte, não mais na praça, nos dirigimos para a marquise da agência da Caixa Econômica Federal, cerca de 450m⁶³ de distância do primeiro ponto. Ali estavam dezesseis pessoas em situação de rua, em sua maioria homens. A aproximação e abordagem se deram da mesma maneira que na primeira parada. Aproximei-me de uma das mulheres em situação de rua e comecei a conversar.

Ainda nesse grupo, o frei chamou a todos para cantar parabéns a um dos rapazes em situação de rua que aniversariava nessa data. Dali seguimos para a parada seguinte a cerca de 850m⁶⁴ de distância do segundo ponto, em uma rua ao lado de um famoso supermercado e relativamente próximo à Rodoviária de Campo Grande. Rua vazia e praticamente sem iluminação, com caixas de papelão e madeira e alguns alimentos estragados oriundos do supermercado ao lado. Nessa noite havia apenas um senhor em situação de rua. A entrega do lanche foi feita, assim como o louvor e oração. Aproximou-se um casal que também recebeu o lanche.

Na última parada, a cerca de 240m⁶⁵ de distância do terceiro ponto, já passava da meia-noite, bem mais próximo da Rodoviária de Campo Grande e da passarela que leva até o

⁶¹ Ver esta entrevista no item 3.3 – Trajetórias e situações: vida nas ruas e os limites da experiência humana.

⁶² Rute, em nossa primeira conversa em campo falou da Fraternidade e que havia três freis que eram os responsáveis pela Casa de Acolhida e que dois deles faziam revezamento nas atividades da pastoral de rua.

⁶³ Fonte da medição de distância: Google Maps. Vide mapa ilustrativo no Anexo III.

⁶⁴ Fonte da medição de distância: Google Maps. Vide mapa ilustrativo no Anexo III.

⁶⁵ Fonte da medição de distância: Google Maps. Vide mapa ilustrativo no Anexo III.

outro lado da linha do trem, estavam inicialmente quatro pessoas em situação de rua, e em seguida chegaram seis. Dessas dez pessoas, três mulheres e sete homens, sendo três idosos. Nessa parada, a maioria dos presentes da pastoral ficou desse lado da rua, mais iluminado. Do outro lado da rua, abaixo da passarela, havia um grupo de pessoas em situação de rua que não consegui contar com exatidão devido à distância e falta de iluminação.

Finalizadas as atividades dessa parada, os jovens da pastoral de rua também lancharam, oraram e se despediram rumo às suas casas. Nesse momento conversei com Wagner, há dois anos na pastoral de rua. Perguntei o motivo de apenas três pessoas irem à passarela e ele me contou que para lá só seguiam o frei e mais duas pessoas e que ele observa e escolhe na hora – o frei vai primeiro, por ser conhecido das pessoas e em seguida os dois jovens escolhidos os acompanha –, por ser uma parte avaliada pelo grupo como perigosa, pois beira a rua de grande movimento de ônibus e que essas pessoas que ali permanecem são em sua maioria usuárias de drogas mais pesadas e mais violentas com quem as aborda.

Não pude deixar de notar que havia mais quatro entidades religiosas⁶⁶ com ações similares nas mesmas localidades. Duas delas com a entrega de quentinhas, uma com entrega de lanche e outra com entrega de agasalhos e cobertores, além do lanche.

Nas abordagens da pastoral de rua é possível perceber a diversidade do universo das pessoas em situação de rua e como o que se percebe como violência depende dos contextos e lugares onde são realizadas as abordagens. Nos quatro pontos de parada é possível perceber grupos e ações distintas que fazem com que se consiga identificar cada grupo em relação a cada espaço ocupado por eles. Na primeira parada, no espaço da praça da paróquia, pelos bancos há mais jovens com suas bebidas e pelo gramado homens e também mulheres com seus filhos. Na segunda parada, na marquise da Caixa Econômica, mulheres e homens de meia idade. Na última parada, mas na primeira parte, em sua maioria homens de meia idade e idosos. Na segunda parte, embaixo da passarela próximo da rodoviária fica o grupo daqueles que consomem drogas constantemente e vistos pelos membros da pastoral como pessoas mais agressivas devido ao uso abusivo das drogas. Eles enxergam como motor de violência pessoas que estão sob o uso de drogas, em local específico – embaixo da passarela próxima da rodoviária. Pelo percurso e tempo nessas atividades, eles já sabem identificar em que parte da região cada grupo se localiza.

⁶⁶ Entidades religiosas de denominação evangélica.

f) Casa de Lázaro

A Casa de Lázaro⁶⁷ é um albergue noturno que funciona entre 20h e 07h que acolhe homens entre 18 e 59 anos para auxiliá-los a seguir seus caminhos para a saída das ruas. É mantido pela Primeira Igreja Batista de Campo Grande (PIBCG)⁶⁸ – de denominação evangélica. A Casa tem espaço para receber até 20 homens. Os hóspedes têm uma cama e um armário, um endereço de referência, jantar e café da manhã, atendimento social, visando ser um ambiente acolhedor para dar a esses homens a perspectiva de que é possível sair dessa situação.

As primeiras informações sobre a Casa é que só funcionava à noite, o que dificultou as visitas. Quando consegui contato da Secretaria da Primeira Igreja Batista de Campo Grande, consegui a informação de que a Casa abre duas vezes na semana (terças e sextas), a partir das 15h.

Em 01 de dezembro de 2015, próximo das 16h pude conhecer a instituição, suas ações e coordenação. Lá se encontravam o capelão (Sr. Jacob) e duas voluntárias (Giselda e Georgina). Conversei com eles sobre a instituição e suas ações, bem como as trajetórias de Jacob e Giselda.

Senhor Jacob se apresentou como o responsável no momento, pois o coordenador Marcelo não se encontrava. Disse que o albergue atualmente tem 24 albergados, embora haja vaga para 20 homens. Funciona todas as noites de 20h às 07h, recebendo homens nas idades entre 18 e 59 anos – esse recorte de idade procura evitar que estejam incluídos no ECA e Estatuto do Idoso, o que geraria outras implicações segundo Giselda. Às terças-feiras e sextas-feiras há atendimento a partir das 15h por Marcelo, que atende pessoas, orienta e encaminha para a rede de serviços e atendimentos de saúde e assistência (verbal e/ou por documento oficial). Aos domingos há um culto no fim da manhã seguido de almoço, que é livre, para além dos albergados. Não há uma fila de espera documentada, mas aos que precisam e querem ficar no albergue, necessitam ir todas as noites (por volta de 19h30) no albergue saber se alguma vaga nova surgiu, pois caso algum albergado não compareça em no

⁶⁷ Fica localizada na Estrada do Cabuçu, em Campo Grande. Mais informações: <http://pibcgrj.org.br/casa-de-lazaro-traduzindo-o-evangelho-para-quem-mora-na-rua/>

⁶⁸ O local da Primeira Igreja Batista de Campo Grande foi no bairro de Santa Cruz. Em 1900 um grupo de irmãos da “Igreja Evangélica Batista do Engenho de Dentro” hoje, Segunda Igreja Batista do Rio de Janeiro, iniciou um ponto de pregação do evangelho. Em 1920, a igreja transferiu-se para o bairro de Campo Grande. A PIBCG caracterizou-se por sua contínua vocação para pregar o evangelho e organizar igrejas estruturadas sob os seguintes pontos de vista: totalmente legalizadas, autossustentáveis, com templos próprios, com lideranças definidas e comprometidas.

máximo três dias seguidos, sua vaga é repassada a outra pessoa. Nessas noites, mesmo não conseguindo a vaga, é permitido que tomem banho.

A Casa conta com cerca de 08 voluntários. Há os funcionários efetivos remunerados pelas atividades – Marcelo (coordenador), Jacob (capelão) e mais dois educadores sociais responsáveis pela Casa no período noturno, revezando-se em escala.

O albergue é mantido pela PIB de Campo Grande, com apoio da Associação de Igrejas Batistas do Oeste Carioca. Funcionando desde novembro de 2013, já passaram pela Casa de Lázaro cerca de 180 homens.

Senhor Jacob também foi pastor da igreja. Conversa com os albergados, realiza orações e dá palavras (bíblicas). Seu horário e dia são às terças e sextas a partir das 15h, mas segundo ele há algum tempo comparece todas as noites, mesmo não tendo a obrigatoriedade. Está na instituição desde o início. É membro da PIB de Campo Grande.

Foi convidado pelo pastor atual da PIB de Campo Grande a participar, visto seu trabalho (não formal) de por conta própria dar alimentos, roupas e conversar com pessoas em situação de rua que ficavam no entorno da Rodoviária de Campo Grande – essas atividades com mais de 10 anos.

Giselda atualmente é voluntária do albergue. Conheceu a Casa de Lázaro quando estava para estagiar (Serviço Social) e foi indicada por uma amiga de faculdade e membro da Igreja que já havia estagiado na instituição. Atualmente ela é membro da PIB de Campo Grande. Há alguns meses terminou o estágio, mas continuou na Casa de Lázaro como voluntária. Ajuda na organização e elaboração dos lanches da tarde nas terças e quintas.

Georgina é membro da PIB de Campo Grande e voluntária da Casa de Lázaro. Está na Casa desde seu início e auxilia com organização e distribuição das roupas e material de higiene.

Em 05 de dezembro de 2015, foi a segunda visita à Casa de Lázaro para conversar com coordenador Marcelo Jaccoud da Costa (assistente social da PIBCG).

Segundo Marcelo⁶⁹, há pouco mais de dez anos atrás um grupo de jovens da Primeira Igreja Batista de Campo Grande inquietou-se com a situação das pessoas dormindo nas calçadas bem próximas da PIBCG. Aos domingos, especialmente antes e após o culto vespertino, para quem chegava ou saía da igreja pela rodoviária passava por dezenas de pessoas em situação de rua, dormindo ou aguardando o tempo embaixo de uma marquise em

⁶⁹ Marcelo Costa é assistente social e trabalhou no CRAS Aluno Marcelo, atualmente trabalha no CREAS Zilda Arns Neumann, ambos em Campo Grande, na PIBCG como assistente social e na Casa de Lázaro como assistente social e coordenador.

frente a um bazar de Campo Grande. Então esses jovens decidiram conhecer melhor essas pessoas para entender como viviam, o motivo ao qual as levou para as ruas e como eles poderiam contribuir para saírem daquela situação.

A partir daí tiveram a ideia de realizar uma pesquisa que mostrou que 80% dos que viviam na rua eram homens. Os principais motivos que levaram aquelas pessoas para as ruas foram conflitos familiares e desemprego. A maioria dos que moravam nas ruas tinham trabalho e baixa escolaridade e conseguiam água e comida por conta própria. O que mais os incomodava eram a indiferença, o preconceito e a discriminação.

Entre as ações e atividades relatadas por Jacob, Marcelo falou sobre outras. Entre 21h30 e 22h15 há uma roda de conversa sobre o dia a dia na rua ou sobre temas que os albergados sugerem debater ou ainda por temas iniciados pela coordenação do albergue. A participação na roda é voluntária, exceto uma vez por semana quando são debatidas as regras de convivência e gestão do albergue.

Essa roda de conversa é posta como um espaço para que os albergados reflitam sobre sua situação e sobre temas relevantes, cuja compreensão contribua de forma positiva em suas vidas. Para a Casa, a roda de conversa é um espaço onde quem vive na rua poderá ter sua voz ouvida e ouvir a voz dos demais companheiros de albergue. Essa comunicação tem o intuito de contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento a uma comunidade, cujos integrantes podem fortalecer-se mutuamente. Esse processo será importante para contribuir no atendimento à principal necessidade de quem está em situação de rua – o isolamento, que gera indiferença, preconceito e discriminação da sociedade.

Falando em atividades voluntárias, me mostrei receptiva para participar e ele respondeu positivamente. Fiquei nas sextas-feiras a tarde na Casa de Lázaro. Ele pediu que o auxiliasse nas questões referentes ao Serviço Social, uma vez que sou assistente social e ainda segundo ele, tem muitas demandas, o que o auxiliaria. E durante meu voluntariado, conversei com alguns albergados e voluntários da casa para fins da pesquisa de campo.

Em 11 de dezembro de 2015 foi a terceira visita e meu primeiro dia como voluntária na Casa de Lázaro. Acompanhei as entrevistas realizadas por Marcelo com homens em situação de rua que querem uma vaga no albergue. Presente estava também a estagiária do curso de Serviço Social, Carla. Foram entrevistados nesta data quatro homens.

Marcelo inicia sua apresentação aos candidatos à vaga no albergue, falando sobre a disponibilidade de vaga e regras a serem seguidas pelos albergados:

1ª) O albergado tem o tempo que precisar para permanecer na Casa, mas precisa lutar para sair dessa situação. Precisando realizar emissão de documentos, tratamento sobre questão

do uso de drogas (no CAPSad) e contato com a família para retomada dos laços afetivos.

2ª) É necessário ajudar na limpeza, onde a cada semana há uma escala entre os albergados, organizada pelos educadores sociais.

3ª) No albergue haverá armários para a guarda de pertences pessoais dos albergados. Cada albergado terá sua própria e única chave e cadeado para acesso ao armário. Porém, os funcionários do albergue poderão solicitar vistoriar os armários na presença do albergado sempre que necessário. Não poderão armazenar qualquer tipo de arma, drogas, materiais ilegais ou adquiridos de forma ilegal.

A seleção dos possíveis albergados não ocorre de maneira impositiva ou coercitiva, as regras são apresentadas, mas, sobretudo o que é essencial para a entrada é primeiramente a oferta de vagas, pois o albergue é muito procurado e a maioria das pessoas fica nele por um determinado tempo e a partir daí a conversa acontece individualmente buscando conhecer cada pessoa e a traçar planos para o futuro.

g) Igreja Congregacional Campograndense

A ida a esta igreja foi desdobramento de uma reunião de trabalho, em maio de 2015, na qual tinha como pauta as ações locais em prol das pessoas em situação de rua em vista do grande número de pessoas nessa situação em Campo Grande no intuito de formar uma rede que se comunicasse e agisse em conjunto. Essa reunião é dirigida pela 9ª CDS - Coordenadoria de Desenvolvimento Social. Contudo, nesta reunião estavam presentes poucas instituições que atuassem diretamente com essas pessoas e ficou então concentrada em apresentação das demais. Lá estava a Igreja Congregacional Campograndense - de denominação evangélica - com seu pastor como representante (Sr. Luiz), onde toda terça-feira realiza ação de banho, doação de roupas, culto e almoço - nesta ordem. Apresentei-me e pedi que me permitisse participar dessa atividade para conhecer a instituição e sua dinâmica nessa temática. Sendo assim, marcamos na semana seguinte de nos encontrarmos às 14h. Essa igreja fica a poucos metros da estação de trem de Campo Grande. Desse lado da linha do trem é mais confuso o trânsito e transportes informais, mas à noite é considerado perigoso por ser mais vazio. No dia marcado cheguei com 1h de antecedência e do lado de fora do portão aguardavam algumas pessoas. Entrei e me apresentei aos que ali estavam. Duas pessoas cuidando da organização das roupas e mais uma registrando (fotografando) a atividade. Logo chegaram mais voluntários, todos com mais de quarenta anos e membros da igreja. O pastor chegou e foi me apresentando aos voluntários. Um casal me chamou a atenção. Dona Rosa

com mais de sessenta anos foi a que deu materialidade à ação da igreja, era ela quem antes realizava por conta própria as atividades de alimentação e doação de roupas às pessoas em situação de rua e isso - contado pelo pastor - comoveu o corpo da igreja de tal forma, que assumiram a missão há cerca de 10 anos e dona Rosa realiza há mais de vinte anos. Um outro senhor, Marcos, de pouco mais de cinquenta anos trabalhou no Conselho Tutelar, porém, não trabalha mais na instituição, e disse que tem uma ligação muito forte com a questão social e isso fez com que continuasse, agora na igreja com essa atividade.

Chegada a hora, 15h, as pessoas com senhas e em fila iam entrando, quatro por vez, entregavam a senha, escolhiam as roupas - falavam o que queriam, o que estavam precisando e o tamanho - e quatro pessoas, inclusive eu, iam dentro da salinha cheia de roupas e poucas bolsas e calçados garimpar o que haviam pedido. Após a entrega, dava-se também um pedaço de sabonete, um copinho de café com condicionador para eles tomarem banho e aguardarem o culto para então almoçarem. O culto só começava quando todos estivessem no salão. Durou não mais que 30 minutos e ali mesmo no salão o almoço foi servido. Em sua maioria estavam presentes homens de meia idade e idosos. Consegui ver uma família composta de pai, mãe, duas crianças de aparentemente seis e sete anos e mais um bebê de colo. Cheguei perto deles e tentei conversar. Perguntei de onde eram e falaram que estavam perto da Caixa Econômica, mas que era momentâneo e logo se arrumaram e foram embora. Pr. Luiz disse que muitos não mudam de situação e estão assim há anos, mas que não pode deixar de ajudar nesse sentido, da alimentação principalmente e deseja que a situação deles mude, mas é preciso que tenham essa consciência. Ao final da atividade fui convidada a voltar mais vezes, mas o dia da atividade e horário me impediram.

A Igreja Evangélica Congregacional Campograndense, foi um de meus campos iniciais em Campo Grande, a partir de uma reunião de rede através de meu trabalho em que tive a oportunidade de conhecer o pastor dessa igreja e solicitei visita ao local e participar das atividades realizadas com pessoas em situação de rua e a partir dali, aumentei o conhecimento sobre a localidade e obtive mais informações sobre instituições religiosas locais com esse trabalho.

Com a Paróquia de Sant'ana tive a mesma intenção, em que conhecendo de perto o trabalho realizado pelo grupo 'Sant'anna na pista' que realiza ações nas ruas, teria um contato melhor nessas localidades. Sobre o homem (Vitor Lima) que realizava por conta própria ações de distribuição de comida e roupas no centro de Campo Grande e atualmente na área do Recreio dos Bandeirantes, vejo como de fundamental importância também, visto que há diferentes trajetórias das pessoas em situação de rua e a do próprio Vitor que teve em seu

percurso ações negativas por parte da milícia de Campo Grande, o que traz à tona a evidência dessas ações negativas pela localidade. A tentativa com o Centro de Convivência Monte Alverne (Centro de Atendimento Maria José), foi no intuito de ser um centro para atendimento às mulheres em situação de rua, sendo esse um diferencial importante, com a visita, conhecimento da instituição e suas características comparadas as outras instituições locais. Na Fraternidade O Caminho, meu acesso foi mais próximo ao final da pesquisa de campo, mas me trouxe de volta aquilo que acabei por não conseguir com a Paróquia de Sant'anna, que foi um contato melhor com localidades da área central de Campo Grande e passar algumas noites nas ruas no contato com pessoas em situação de rua e percebendo cenas e ações diretamente nas ruas, o que é diferente se a ação acontece dentro de uma instituição. Posso afirmar que Casa de Lázaro, mesmo sendo a inserção mais tardia durante a pesquisa de campo – o que fez com que se prolongasse por mais tempo –, foi meu melhor achado por estar mais próxima e integrada à instituição, bem como suas ações, regras, funcionários, voluntários e os albergados – uma experiência que levarei comigo.

3.3- Rio Acolhedor Paciência – sua proximidade com Campo Grande

Não houve visita a este equipamento público, porém avaliei necessário sua apresentação para melhor entendimento e contextualização, sobretudo no que foi relatado nos relatórios de audiências públicas, as quais serão expostas mais a seguir.

O Rio Acolhedor Paciência, conhecido entre as pessoas em situação de rua, movimentos e entidades, como um lugar com sérios problemas estruturais, está destinado a acolher provisoriamente adultos em situação de rua. O equipamento se localiza em uma extensa área que antes funcionava como um complexo de aprendizado profissional industrial do Serviço Social da Indústria (SESI) / Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), marcado por estruturas rígidas, semelhantes a uma fábrica, apresentando com muros altos e um grande portão de acesso ao local, longe dos parâmetros da política nacional para esse público que pressupõe locais com aspectos mais acolhedores semelhantes às residências, além de ser em local isolado.

No que diz respeito à mobilidade, o abrigo Rio Acolhedor é de difícil acesso, distante 1h45 do centro da cidade, o que implica, além de pouca oferta de transporte a dificuldade de circulação dos usuários inseridos.

A área do abrigo é intermediária entre duas favelas, uma conhecida pelo comércio de

drogas (Antares) outra pela milícia (Três Pontes) com conflitos constantes. Na parte interna há um posto de atendimento médico e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Posto de Saúde da Família (PSF) Professor Sávio Antunes.

A violência está presente no entorno do abrigo:

[...] Pessoas amontoadas, pouca ventilação num espaço restrito e uma parte externa onde há o comércio de drogas da Favela de Antares de um lado e a atuação de grupos milicianos do outro. O cenário do caos que descreve o abrigo de Paciência está num relatório feito, em 2013, pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, que foi criado na Alerj, por lei. No documento, o grupo de inspeção contou, inclusive, que, durante uma visita, uma equipe foi abordada na entrada da unidade por um homem portando um fuzil. (JORNAL O DIA, 14/05/2014).

[...] A unidade fica no entorno da favela de Antares e, não raro, tiroteios acabam impedindo que funcionários trabalhem. A violência no local já foi relatada em março. A estação de trem que dá acesso à comunidade está sob domínio de traficantes há pelo menos oito anos. No local, a venda de droga acontece em plena luz do dia. Bandidos gritam o valor do papelote de cocaína, sem constrangimentos. Alguns abrigados, inclusive, saem da unidade para comprar a droga e voltam, sem ser incomodados. (JORNAL O DIA, 07/08/2014).

Segundo apresentado no site e blog do Rio Acolhedor Paciência⁷⁰, o Rio Acolhedor Paciência – Unidade Municipal de Reinserção Social foi instituído a partir do Decreto Nº 34082, de 04 de julho de 2011, está localizado em uma área de 84.000m² divididas em dois prédios, totalizando 5.500m² de área construída. Conta também com grande área verde em forma de parques, estacionamento, dois campos de futebol profissional e um *society*, duas piscinas, uma semiolímpica, ginásio coberto com quadra poliesportiva, salas de aula prontas e em funcionamento, laboratório de informática, sala de leitura, auditório, sala para guarda de eventuais medicações, sala de convivência com TV para idosos, sala de convivência com TV para adultos.

O Rio Acolhedor Paciência foi concebido com característica de Central de Recepção de grande porte e capacidade inicial para 350 metas. Posteriormente esta capacidade foi aumentada para 400 metas, conforme Resolução SMAS nº 32, de 30 de Dezembro de 2011, e conta em seu quadro de funcionários, com 192 profissionais, distribuídos entre Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudióloga, Nutricionista, Enfermeira, Profissionais de Educação Física, Pedagoga, Educadores Sociais, Cozinheiros, Auxiliares de Cozinha, Técnicas de Enfermagem, Agente de Portaria, Auxiliares Administrativo, Cuidadores para idosos,

⁷⁰ Fonte: <https://riocolhedorpaciencia.wordpress.com/quem-somos/>

Auxiliares de Apoio Logístico, Auxiliares de Serviços Gerais, além da Equipe de Assessores da Direção e da Coordenação do Projeto, que são permanentemente capacitados para o melhor desempenho de suas atividades laborativas, certo que nossas condições atuais atendem plenamente esses números de metas, que para alcançar a sua totalidade estão assim descritos:

- I.** 47 (quarenta e sete) idosos, 37 homens e 10 mulheres, distribuídos em 05 quartos;
 - II.** 72 (setenta e duas) mulheres, distribuídas em 03 quartos e 01 triagem de 1º abrigo;
 - III.** 231 (duzentos e trinta e um) homens, divididos em 08 quartos e 01 triagem de 1º abrigo, assim distribuídos:
 - Quarto nº 01 – destinado aos Homossexuais – 14 vagas (quatorze);
 - Quarto nº 04 – destinado à pré-idosos e deficientes físicos – 24 vagas (vinte e quatro);
 - Quarto nº 09 – destinado a portadores de doenças infectocontagiosas – 18 vagas (dezoito);
 - Triagem de 1º Abrigo – 35 vagas (trinta e cinco).
- Nos demais quartos, ou seja, nº 02, 03, 05, 06, 07 e 08 estão distribuídos 140 vagas (cento e quarenta), totalizando 350 metas.

Contudo, para contrastar com o apresentado acima enquanto estrutura, funcionamento e atendimento, foram produzidos dois relatórios de visitas realizadas junto aos abrigos municipais para população em situação de rua (em 2010 e 2012) que tiveram como objetivo realizar uma análise da política de acolhimento da população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, a partir da realização de visitas a instituições que implementam tais políticas e do acesso a legislações e documentos acerca da temática.

Em 2010, de julho a novembro, os Conselhos Regionais de Serviço Social e de Psicologia, realizaram visitas de fiscalização na rede de assistência à população de rua que resultou em um relatório.

Em 2012, as visitas que resultaram no relatório foram realizadas durante a semana da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), enfatizando que a realização das inspeções aos abrigos visou também avaliar os impactos no que diz respeito ao acolhimento institucional às pessoas em situação de rua no contexto dos grandes eventos.

Os Conselhos Regionais de Serviço Social e de Psicologia realizaram no período de julho a novembro de 2010, sete visitas de fiscalização na rede de assistência à população de rua, incluindo o Abrigo Rio Acolhedor Paciência. Essa ação resultou em um relatório de

visitas realizadas junto aos abrigos municipais para população em situação de rua⁷¹, conforme trecho do relatório feito na visita ao abrigo Rio Acolhedor Paciência:

Abrigo Rio Acolhedor Paciência: a população atendida é composta por adultos de ambos os sexos. Destaca-se a superlotação e inadequação da estrutura física, tendo em vista que o local era um espaço escolar, no qual foi improvisado um abrigo sem nenhum preparo para esta finalidade. Como exemplo, podemos citar a ala masculina, onde todos os homens dormem em colchonetes dispostos no chão de um grande galpão. Muitos deles possuem doenças infectocontagiosas, necessitando de cuidados médicos na rede de saúde, cujo acesso é precário. Além destas, verificamos dificuldades quanto à realização do trabalho da equipe técnica em função da indefinição sobre a natureza do equipamento de acolhimento por parte da Gestão. Observamos, também, número de banheiros insuficientes e em péssimas condições e falta de ventilação nos quartos. Causa-nos preocupação o fato da instituição estar localizada próxima a um ponto de comércio de drogas ilícitas e o perfil dos residentes, onde, segundo a equipe técnica, há um grande número de dependentes químicos (cerca de 70% da população do abrigo), donde se destaca especialmente aqueles portadores de dependência de crack. Afirmamos que as condições estruturais deste equipamento são calamitosas, e na nossa opinião tende a reproduzir uma lógica perversa que considera aqueles que estão nas ruas como indivíduos apartados de qualquer direito, salvo o de terem um direito qualquer em qualquer condição.

Já em 2012, o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ)⁷², juntamente com a participação de integrantes do Conselho Regional de Serviço Social/7ª Região (CRESS/RJ) e Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro/5ª Região (CRP-RJ), além da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (ODHPL) realizaram visitas que ocorreram no período de 18 e 22 de junho de 2012 durante a semana em que se realizou nesta cidade a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e resultaram em um relatório de visita aos abrigos da secretaria municipal de assistência social do Rio de Janeiro⁷³. Foram três visitados no total, entre eles o Abrigo Rio Acolhedor Paciência, este conforme abaixo.

De acordo com a direção a co-gestão é realizada pela ONG CEACA Vila

⁷¹ Fonte: <http://www.crprj.org.br/publicacoes/relatorios/Relatorio1.pdf>

⁷² Órgão vinculado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro implementado através da Lei 5778 de 30 de junho de 2010. O MEPCT tem como objetivo planejar, realizar e conduzir visitas periódicas e regulares a espaços de privação de liberdade, qualquer que seja a forma ou fundamento de detenção, aprisionamento, contenção ou colocação em estabelecimento público ou privado de controle, vigilância, internação, abrigo ou tratamento, para verificar as condições em que se encontram submetidas as pessoas privadas de liberdade, com intuito de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes.

⁷³ Fonte: <http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/abrigos-final-5.pdf>

(Centro Comunitário Lídia dos Santos)⁷⁴, sendo esta responsável pela situação trabalhista do regime de prestação de serviços da grande maioria dos profissionais que lá atuam, com exceção dos assistentes sociais que são concursados. O equipamento conta com 182 funcionários entre psicólogos, profissionais da área de saúde e educadores (Auxiliar de serviços gerais, porteiro, ajudante de cozinha, auxiliar de cozinha, cozinheiro, educadores, professor de educação física, sociólogo, fonoaudiologia, enfermagem, técnico de enfermagem, nutricionista e psicopedagoga). A escala dos educadores é de 12 por 36 horas. Há uma separação entre idosos e adultos.

Segundo relatos, há uma grande rotatividade de pessoas reproduzindo o ciclo rua, abrigo e rua/abrigo. Questionado sobre a movimentação em consequência da Rio+20, foi informado que não houve aumento do número de pessoas acolhidas, embora como outros equipamentos da SMAS, os profissionais desta secretaria estivessem em regime de plantão. Os acolhimentos são feitos a partir de abordagens na rua por educadores da SMAS especialmente na área do centro e zona sul foi relatado também que Secretaria de Ordem Pública (SEOP) faz a abordagem especialmente no horário noturno. Na entrevista com os abrigados, foi relatada certa “coação” dos profissionais da prefeitura à submissão ao abrigamento, chamou atenção também o porte físico (altos e fortes) dos educadores.

Quanto aos serviços de saúde, os usuários são encaminhados de acordo com a demanda para hospitais da região.

Cabe destacar que a grande distância geográfica do abrigo para o Centro da cidade é um fator que impõe mais dificuldades na obtenção de emprego e renda para os usuários do RA que se encontram em situação de extrema pobreza. Foi observado um cenário de ociosidade na maior parte do dia e reduzido número de atividades.

Em entrevista com os usuários parte deles afirmaram que ao serem recolhidos naquela semana, os profissionais teriam pedido para que “ficassem ali até o término da Rio+20”.

Quanto à abordagem dos órgãos públicos aos usuários em situação de rua:

por parte da prefeitura a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) faz intervenções diuturnas através de educadores e técnicos, e a Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP) juntamente com a Guarda Municipal e Polícia Militar também fariam essas intervenções só que no turno da noite, denotando indistinções na condução da política, já que tal tipo de intervenções caberia exclusivamente a SMAS que poderia solicitar outros órgãos caso ocorresse risco em relação a segurança. Foram relatados, especialmente no atendimento com os adolescentes, uso excessivo da força e maus tratos por parte especialmente da Guarda Municipal e Polícia Militar. O poder físico dos educadores (altos e fortes) também chamou atenção nas

⁷⁴ ONG CEACA Vila (Centro Comunitário Lídia dos Santos) – nascido de uma mobilização comunitária nos anos 70, o Centro Comunitário Lídia dos Santos – Ceaca Vila é uma instituição, sem fins lucrativos que visa o trabalho com a Comunidade, Educação, Arte e Cultura. Tem como missão contribuir para promoção social e melhoria da qualidade de vida das comunidades de baixa renda, fortalecendo as políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente através de ações socioeducativas, culturais, esportivas e profissionalizantes. Tem como visão ser reconhecida como um referencial no trabalho social e na promoção da qualidade de vida de crianças, jovens e familiares de baixa renda em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Site: <http://www.ceaca.org.br>

visitas realizadas. (...) Observamos ainda uma maior frequência dos profissionais, atuando em regimes de plantão com maior carga horária durante o período da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), por conseguinte maior intensificação nas abordagens da população de rua, ocasionando um aumento da demanda nesse período.

Nos dois relatórios acima, é notória a disparidade em como são apresentados os equipamentos públicos – Rio Acolhedor Paciência, por exemplo – pelos sites da prefeitura do Rio e o que foi presenciado pelos integrantes da comissão que realizou as visitas aos equipamentos públicos.

Sobre as instituições, no que diz respeito à maneira como se constrói a rede de sociabilidade, a forma de atendimento e os serviços prestados por elas, faz com que se tornem ou não referências sociais nos locais de atendimento para as populações em situação de rua, quando estas populações conversam entre si, indicam essas instituições a outras pessoas – como aconteceu no meu caso, aonde cheguei por indicações de pessoas em situação de rua durante entrevistas.

Sobre as pessoas em situação de rua, para além de toda a oferta de atendimento oferecido por estas instituições, há nas falas uma reivindicação pelo reconhecimento enquanto seres humanos de valor e de dignidade, pessoas de direitos e de respeito.

Pode-se afirmar que no Brasil, a atenção do poder público às populações em situação de rua é recente e também em consequência de lutas sociais ocorridas nos últimos anos. O desinteresse do Estado traz à luz a contradição com que a sociedade e opinião pública tratam essa questão, com momentos de compaixão, de preocupação e até com assistencialismo, mas também com repressão, preconceito e indiferença.

É uma pobreza visível todos os dias, seja no cotidiano da cidade, seja divulgada com frequência pela mídia. Esse sentimento do senso comum, contraditório, tem permitido que parte das políticas oriundas do poder público voltadas para populações em situação de rua, sejam da esfera de ação da segurança pública, como ordenamento público, por exemplo. Então, a criminalização de comportamentos (Wacquant, 2001) e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social, sinalizados em dois relatórios.

Essa situação ao longo dos anos abriu espaço para que organizações da sociedade civil assumissem propostas solidárias de atendimento, mas em muitos dos casos de cunho assistencialista, distantes da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado.

Sobre a superlotação e carência estrutural dos abrigos da prefeitura, em reportagem de 05/01/2014, o assistente social Marcelo Jaccoud fez uma colocação sobre o déficit de vagas para adultos em toda a cidade, onde estima que “para adultos, são cerca de mil vagas, mas há mais de cinco mil vivendo nas ruas. Além disso, os abrigos existentes ainda são distribuídos em poucos bairros, que acompanham várias dessas unidades, como o Rio Acolhedor”.

O abrigo Rio Acolhedor Paciência (em Santa Cruz) está distante cerca de 70 quilômetros da área do centro da cidade, em que muitos ficam impossibilitados de deixar o local pela ausência do recurso para a condução e a distância torna-se um fator importante para isso.

3.4- Cenas e situações: vida nas ruas e os limites da experiência humana

Esta seção trata-se das trajetórias e situações em que se encontravam pessoas em situação de rua com as quais pude observar, conversar, conhecer e entrevistar. Tive como objetivo apresentá-las e analisá-las enquanto trajetória da situação de rua, como a violência, questões de saúde, laços familiares e contextos locais que atravessam o viver nas ruas. E ainda ilustrar o quanto as instituições locais religiosas e ações de pessoas engajadas com a temática tem fundamental importância nas vidas de muitos deles.

a) Vitor Lima – ações do ‘Fazendo o bem sem olhar a quem’

Vitor Lima⁷⁵, instrutor de stand up paddle, realizava suas ações de doação de alimentos e roupas para pessoas em situação de rua no Centro de Campo Grande, nas proximidades da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, por iniciativa própria, não contando com o auxílio de outras instituições. Há pouco tempo transferiu-se para os bairros de Guaratiba, Barra e Recreio, com o apoio de uma igreja evangélica local – Igreja Batista Atitude Central da Barra –, em razão de ameaças de milicianos para que parasse com a ajuda a essas pessoas. Com medo de represálias, mudou suas ações para Guaratiba, atualmente com apoio de uma igreja evangélica da Barra da Tijuca. Essas ações por parte da milícia local é bem comum segundo Vitor e também no que coletei em campo e em entrevistas com pessoas

⁷⁵ Dois meses após meu encontro com ele, houve uma reportagem sobre seu trabalho voluntário, de título: “Operação do Bem: instrutor de stand up paddle abre mão de parte do salário para ajudar pessoas carentes”. Link: <http://videos.r7.com/operacao-do-bem-instrutor-de-stand-up-paddle-abre-mao-de-parte-do-salario-para-ajudar-pessoas-carentes/idmedia/555e2aa60cf2d09eb618fb0b.html>

em situação de rua e alguns representantes de instituições religiosas – conforme será exposto no capítulo III.

Ele contou que via essas pessoas nas piores situações possíveis e não quis mais passar por elas sem nada fazer. Começou por conta própria a entregar comida e roupas, pedindo doações de amigos, restaurantes e igrejas, sempre à noite, depois das 22h e terminando conforme as pessoas que encontra na caminhada.

‘Fazendo o bem sem olhar a quem’ é uma página de rede social criada por Vitor para aqueles que gostam e podem ajudar com contribuições às pessoas em situação de rua. Nela, ele pede doações, divulga seu trabalho com fotos, vídeos e depoimentos. Ele realiza campanhas virtuais de arrecadação de roupa, comida, fraldas, móveis, ações de cortes de cabelo, pede indicação de locais que possam receber pessoas em situação de rua para tratamento contra o uso de álcool e outras drogas – geralmente em centros de recuperação. As parcerias que surgem são cotidianas:

Toda sexta-feira o pessoal da Igreja Batista Atitude Central da Barra distribui quentinhas para os moradores de rua do Posto 12, aqui do Recreio.

Nosso grupo abraçou esta causa e, através do grande parceiro e amigo Vitor Gato, também vem tentando ajudar e amenizar um pouco o sofrimento desses nossos novos amigos...

Levamos para eles doações de roupas, calçados e roupas de cama e tentamos tirá-los das ruas e levá-los para abrigos ou, se possível, para suas famílias.

Felizmente, já conseguimos levar dois deles, o Ricardo e o Jeferson, de volta para casa, em Resende, e alguns outros para o Centro de Ressocialização Libertos, em Santa Cruz.

Este é um ato de amor que é muito gratificante para todos nós... E quem quiser participar e ajudar será muito bem-vindo.

Muito obrigado! (Grupo Unidos Pelo Bem).

Em uma de suas últimas campanhas, ele conseguiu arrecadar o suficiente para juntar com o que já tinha de dinheiro para comprar uma Kombi para levar pessoas em situação de rua para centros de recuperação e passeios.

Sobre uma história que lhe marca, em meio a muitas, Vitor falou sobre uma:

Já ajudei três pessoas que vieram ao Rio tentar trabalho e, por não encontrarem, acabaram virando moradores de rua. Um dia, eu estava no Posto 12 e um deles me abordou. Eu não me lembrava dele, ele me explicou que tinha vindo de São Paulo. Lá, ele estava empregado, ganhando bem, e veio aqui só para me agradecer. Foi muito legal. (relato de Vitor Lima).

Com auxílio e apoio, criou a casa de recuperação Libertos, no bairro de Urucânia. Trabalha com quatro abrigos: Vida Plena, Pr. André Assis e Escolhidos do Senhor – todos no Pingo d’Água, próximo a Campo Grande; além do Libertos, na Urucânia, próximo a Santa

Cruz. Já conseguiu atendimento médico e odontológico por profissionais voluntários às pessoas em situação de rua, assim como oportunidade de emprego para alguns outros. Além disso, ele faz um trabalho de acompanhamento para aqueles que conseguiram sair das ruas ou voltar às suas famílias, para assim tentar ficar mais perto e evitar que algo os faça voltar à vida nas ruas. Como ele parou com parte de seu trabalho de instrutor de stand up paddle, ele confecciona pequenas pranchas de surf (em miniatura) para vender e ajudar na renda destinada às pessoas em situação de rua.

Em 05 e 06/03/2015, estive com ele para observar, participar e conversar com algumas pessoas em situação de rua. Ficamos das 22h às 02h no total das atividades e paradas. Estavam lá cerca de quinze homens em situação de rua, entre jovens, de meia idade e um idoso. Estávamos preparando uma festa-surpresa a um dos rapazes que fica debaixo do viaduto com mais alguns outros homens em situação de rua. Os seus amigos chegaram aos poucos com doações de bolo, doces, salgados e enfeites. E rapidamente a mesa ficou pronta. O aniversariante chega e logo se emociona. Agradece aos presentes pelo carinho com que ele e seus colegas são tratados ali. Há o momento dos parabéns, seguido de oração e por fim a distribuição das comidas. Aproximei-me de um homem bem falante e perguntei se poderia me sentar perto dele para conversarmos, Matheus.

b) Matheus

Matheus, tem 29 anos e há três mora nas ruas. Rapaz franzino, pardo, com aparência cansada depois de um dia de trabalho, estava arrumado para a comemoração surpresa de um de seus amigos em situação de rua que dorme próximo dele no grupo. Trabalha como ajudante de descarregador de cargas em uma loja de material de construção, com carteira assinada, mas que ficou na loja com seu patrão desde que iniciou o trabalho. Perguntei sobre o salário e ele não soube me dizer ao certo quanto ganha – não sabe ler nem escrever –, mas ressaltou que seu patrão é um homem muito bom por ter-lhe dado o emprego. Perguntei o motivo da carteira de trabalho estar retida com o patrão e me respondeu que não tinha que ficar desconfiada e que não fosse denunciá-lo. Eu disse que era uma pergunta apenas para saber mesmo e segui para outro assunto. Sobre sua família, tem um pai e um irmão que moram em Guaratiba. Afirmou que querem que retorne a morar em casa, mas como fica nervoso com algumas atitudes do pai – que o tranca em casa, mas não quis me dizer o motivo durante nossa conversa –, um dia pulou a janela e muro de casa e fugiu. Mas enfatizou que quando quiser pode voltar, que esse apenas não era o momento.

c) Sebastião

Do Recreio, com algumas sobras da festa, nos dirigimos para outro ponto do mesmo bairro. Lá se encontravam oito homens e jovens e uma mulher em situação de rua. Todos conheciam Vitor e nos receberam alegres. Era uma madrugada de frio. Lá, conversei com Sebastião, de 62 anos, que me disse que a família mora em Santa Cruz. Ele saiu de casa devido a problemas familiares e esgotamento da possibilidade em permanecer em casa e tem trabalho fixo e carteira assinada no terminal de trens de Deodoro. Afirmou que vai e volta todos os dias e dorme por ali por ser um local seguro e de amigos. Sobre abordagem policial, disse que comumente são violentos ordenando que saiam daquela marquise, mas no final da tarde. À noite não aparecem. Sobre abordagem de aparelhos da assistência, declarou que são simpáticos e que já foi umas duas vezes na van para um CAPS, devido à simpatia da psicóloga que conversa durante essas abordagens, mas que lá é monótono e acaba por voltar para as ruas, pois para ele a rua é seu lugar.

d) Simone

Em 02 de outubro de 2015, durante a pesquisa de campo com atividades da Pastoral de Rua da Fraternidade O Caminho, em Campo Grande, conheci Simone, 43 anos, casada, que me recebeu com um sorriso no rosto sentada na escada de entrada da agência bancária. Ela contou que está na rua há pouco mais de um mês devido a problemas financeiros (estelionato entre a família) o que desencadeou também problemas familiares. Tem três filhas que estavam pela localidade e que também estava por lá para ficar mais perto delas. Já com a mãe a relação é conturbada, dizendo que prefere ficar nas ruas a brigar com ela, uma vez que residia no mesmo terreno. Quando perguntado sobre violência na rua, disse que não sofreu até o momento, pois conseguiu ficar num grupo onde todos se respeitam e se ajudam, principalmente durante a noite. Sobre o acesso às redes de atendimento e serviços do Desenvolvimento Social, afirmou que nunca os viu nas ruas e que também não conhece o CREAS. Quando voltamos a falar sobre sua relação familiar, ela disse que é esposa de Silvio Santos e que suas três filhas estão nos Estados Unidos para estudar. Sobre a questão de higiene ela contou que fica às vezes na Paróquia de Nossa Senhora do Desterro onde o padre os deixa tomar banho. Ela declarou que o padre de lá é uma boa pessoa e que se preocupa com pessoas como ela. A partir daqui, com falas repetidas e um pouco confusas, falou da elaboração de um documentário sobre a vida nas ruas e que a paróquia tem ajudado com a locação da paróquia e de sua praça, bem como para guardar os materiais de filmagem. O tempo naquela parada havia findado e assim me despedi de Simone e seguimos. Já era

próximo das 23h e por motivos de trabalho cedo na manhã seguinte, me despedi de todos e combinei de voltar na semana seguinte.

e) Dalila

Em 09 de outubro de 2015, na segunda ida à pastoral de rua, estive com Dalila, de 38 anos que está na rua há cerca de três meses por não ter mais condições de pagar o aluguel da casa onde morava. Não trabalhava e separou-se recentemente de seu companheiro. Tentou emprego, mas até o momento não conseguiu. Sobre parentes e familiares, ela disse ter uma boa relação com sua mãe e irmãos, mas mesmo assim ficou nas ruas. Quando perguntada sobre questão de violência na rua, ela disse que não sofreu até o momento, mas sabe de situações ocorridas e tem medo. Afirmou que o grupo onde fica dá segurança, principalmente durante a noite. Sobre abordagem policial, declarou que os policiais são amigos e até prefere quando estão por perto, pois assim não fazem maldades. Sobre o acesso às redes de atendimento e serviços do Desenvolvimento Social, disse que não conhece e nem os viu nas ruas e não conhece o CREAS e seu trabalho.

f) Marcela

Durante a grande roda que ocupou a fachada e calçada da agência bancária e da academia ao lado, vi uma mulher em situação de rua que me chamou atenção, me era familiar. Ela é irmã de um menino que atendo no meu trabalho, onde todos os familiares, inclusive o menino tem problemas mentais. Sobre ela (de 27 anos), Rute e mais uma assistente social do Centro Municipal de Saúde que solicitou há uns meses atrás a visita domiciliar – pelo trabalho ao qual faço parte – havia me relatado que teve quatro filhos, três deles em abrigos distintos e o último, uma menina, foi trocada por uma televisão e nunca mais se soube de seu paradeiro, era recém-nascida na época do ocorrido. Depois disso o CMS se movimentou para realizar laqueadura dessa jovem, que toma medicamento controlado e injetável, mas que quando vai para as ruas, não o toma. Nessa ocasião apenas a cumprimentei de longe, ela estava acompanhada do namorado, me contou Rute.

Cerca de três meses depois em uma de minhas idas à Casa de Lázaro, lá estava Marcela com seu namorado – ele buscando uma vaga no albergue masculino. O ouvi de longe reclamando que a presença dela o atrapalharia a conseguir uma vaga. Cheguei perto e perguntei como estava seu sobrinho e irmã e ela disse que estavam todos bem, embora sua irmã a maltratasse e esse seria o motivo de não estar mais em casa – essa situação me foi relatada pelo namorado dela que tomou a palavra. Perguntei por onde viviam e os dois me

responderam que estavam em uma casa, mas que tiveram que entregar por não ter mais como pagar aluguel e que assim estava necessitado de uma vaga no albergue. Perguntei sobre Marcia, para onde iria sem ele e me respondeu que voltaria a morar com a irmã – mesmo a maltratando porque não tinha para onde ir. Nas ruas Marcia fica sem tomar a medicação controlada indicada pelo CAPS.

g) Anderson

Em 11 de dezembro de 2015, durante ida à Casa de Lázaro e participação nas atividades, entrevistei⁷⁶ Anderson, 38 anos. Anderson é casado e tem dois filhos. Sua mãe mora em Duque de Caxias e sua esposa e filhos em Bonsucesso. Ele já esteve albergado anteriormente na Casa e nessa primeira vez permaneceu por sete meses até sair devido as divergências com as regras do albergue. Ele pediu para voltar por não ter mais o emprego da época de sua primeira albergada e por estar com dores na coluna. Mas não compareceu ao CREAS para encaminhamento ao CAPSad conforme orientado por Marcelo para realizar tratamento devido ao uso de drogas que faz. Contou que na noite anterior ele e mais três pessoas em situação de rua, entre essas duas mulheres, levaram uma ‘dura’ de milicianos em um ponto onde ficavam na rua atrás do supermercado Guanabara do centro de Campo Grande – próximo à Rodoviária –, onde deitaram no chão, foram revistados, agredidos fisicamente e proibidos de permanecer naquele local ou sofreriam as consequências.

Ele contou que faz uso de todo tipo de drogas e não consegue parar. Trabalhava para a milícia no centro de Campo Grande atravessando drogas e isso foi um dos motivos para que perdesse a vaga no albergue na época. Está fora do albergue há quase três meses. Se sustenta do dinheiro da milícia e também do dinheiro que sua mãe idosa leva para ele na rua. Segundo Marcelo, ela tem problemas mentais e disse que o filho se aproveita da situação. Para que tenha acesso mais uma vez à vaga no abrigo, Marcelo impôs três condições: sair de vez das atividades com a milícia; ir realizar tratamento no CAPSad para a questão do uso de drogas e conversar com sua mãe para não mais receber dinheiro dela. Após essas situações se resolverem, Anderson poderá voltar ao albergue que terá sua vaga garantida. Para esta noite ele não conseguiu vaga.

Marcelo contou que devido a questões de segurança do albergue, foi decidido na época que Anderson não poderia mais permanecer, pois fazia uso de drogas e havia suspeita de que

⁷⁶ Nesta entrevista estavam presentes comigo o coordenador Marcelo e a estagiária Carla, visto que ele estava tentando uma vaga no albergue.

usava dentro do albergue, e também de sua ligação com a milícia – onde em uma ocasião os milicianos tentaram invadir o albergue em busca de um albergado, pois segundo eles o homem havia feito algo de errado e queriam pegá-lo. O capelão e mais um educador tiveram que conversar bastante até convencê-los a não levar o homem albergado.

Na semana seguinte, em 18 de dezembro de 2015 o entrevistei mais uma vez, no momento da tentativa de vaga e também para a pesquisa, com uma entrevista mais completa.

Nesta data ele disse que conseguiu resolver as condições colocadas por Marcelo e assim poderia voltar ao albergue. Anderson contou que saiu do trabalho que estava com a milícia, conversou com sua mãe e foi ao CAPSad tentar atendimento para tratamento. Ele recebe Bolsa-Família e só tem esse valor para se sustentar. Contou que está na rua há um ano, quando teve problemas onde morava, na Maré – tinha envolvimento com o tráfico – nos primeiros três meses ficou na rua, em seguida conseguiu vaga no albergue por sete meses, depois ficou mais três meses na rua por ter saído do albergue. Ainda não conseguiu parar de usar drogas.

Sobre o futuro, afirmou não ter perspectivas, pois se tiver que realizar tratamento no CAPSad, não vai poder trabalhar. Quer voltar para esposa e filhos, mas somente depois de estar tratado das drogas.

h) Fabrício

Na mesma data em que entrevistei Anderson, entrevistei Fabrício, de 19 anos. Ele contou que está na rua há dois anos, mas que sua família não sabia disso até pouco tempo atrás. Sua família é do sub-bairro Carobinha, em Campo Grande e por problemas com os milicianos da área, ele saiu fugido de lá, não podendo mais retornar.

Nesse meio tempo já trabalhou como ajudante de obras, em estacionamento e entregando filipetas. Faz bicos. Quer uma vaga no albergue. Está trabalhando em um estacionamento do centro de Campo Grande, mas do dinheiro que recebe, tem que dar parte aos milicianos locais – ele disse que todas as pessoas que trabalham informalmente e comerciantes são obrigados a pagar taxa aos milicianos para que lhes seja permitido trabalhar no local. Disse que dependendo do valor não tem como pagar aluguel e tem ficado pela rua. Sua mãe sabendo da situação, quer tentar ajudá-lo pagando aluguel. Foi lhe dado por Marcelo contatos de pessoas por perto da área do albergue que alugam quitinetes a preços mais acessíveis. Fabrício, por hoje também não conseguiu a vaga.

i) Gabriel

Nessa mesma data entrevistei Gabriel, de 22 anos. Veio do Sul do país e está há seis anos pelas ruas. Faz bicos para sobreviver, mas é cozinheiro de profissão. Quando trabalhou em um restaurante – sem saberem de sua situação de rua – ele chegou a ficar cinco dias em um hotel, mas como era caro, acabou o dinheiro e foi para as ruas de novo. Um dia, um dos patrões o viu dormindo sob uma marquise em um dia chuvoso e o demitiu. Disse que não tem problemas com álcool e outras drogas. Gabriel conseguiu a vaga.

Na semana seguinte, em 18 de dezembro de 2015 o entrevistei mais uma vez. Ele me contou que veio de Curitiba (onde ficou um período com sua avó) e que há seis anos está pelas ruas. Começou a ficar em situação de rua em Goiás, pois havia ido morar com um tio, mas teve problemas com a esposa do tio e então saiu de casa. Por lá ficou dois anos e seis meses na rua e depois foi para Mato Grosso do Sul. Lá morava com os pais, mas sua mãe cometeu suicídio devido à traição do marido e Gabriel em conflito com o pai saiu de casa. Foi para Santa Catarina e lá conseguiu emprego em um restaurante, mas apenas por uma temporada (oito meses) e foi demitido após o término da temporada. Sem dinheiro, voltou para a rua mais uma vez. De lá foi para Porto Alegre e ficou por um ano em situação de rua. Depois partiu para Uruguai, Chile e Argentina – nestes permaneceu um ano e três meses nas ruas – e depois voltou para Santa Catarina, trabalhando em um restaurante de luxo. Mas seu pai descobriu onde estava e fez confusão no restaurante e assim Gabriel fugindo de seu pai, abandonou a casa onde morava e veio para o Rio de Janeiro há quatro meses. Chegou e ficou pelo morro da Providência. Para se locomover antes do Rio de Janeiro, contou que era mais fácil conseguir carona, caso não, fazia grandes trechos a pé. Já no Rio de Janeiro, todos os trechos foram a pé, pois não conseguia carona. Da Providência foi para Angra dos Reis e montou uma barraca em uma das praias, mas não sabia da proibição e foi agredido por policiais militares que o abordaram e queimaram sua barraca com mercadorias em sua frente. Ele então veio até Itaguaí a pé. Lá, um rapaz o abordou na rodoviária e ofereceu abrigo em Sepetiba. Por lá permaneceu cerca de um mês.

Veio para Campo Grande e estava na rua há dois meses. Ficava na praça da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro. Nesse local ele disse que nunca sofreu violência, mas que já presenciou, uma vez em que jovens usavam drogas e estavam espalhados pelo local, funcionários da Comlurb limpando o local e como os jovens não saíam, guardas municipais os agrediram com chutes e empurrões para saírem. Já sofreu violência uma vez em Campo Grande, em frente ao fórum, por parte da polícia que o abordou já o agredindo fisicamente e

diziam que ele e mais alguns outros não poderiam ficar no local e depois bateram novamente. Ele foi ficando pelo centro de Campo Grande até ir ao CREAS e saber da Casa de Lázaro e ficar tentando insistentemente uma vaga até conseguir na semana passada – tentou por vinte dias.

Já usou drogas, mas antes de ir para a rua – usava ecstasy, lança-perfume e maconha. Quando foi para a rua não usou mais.

Sobre a família, tem boa relação com a avó e seu sobrinho – filho do irmão mais velho falecido há dois anos em um acidente com sua namorada que faleceu também. Veio para o Rio de Janeiro movido por um sonho de se formar em gastronomia e o fato de os restaurantes contratarem não só por temporadas e assim ter um emprego estável.

Para ele é muito importante e confortante ter uma cama para dormir e poder tomar banho – antes em Campo Grande ele tomava banho em uma torneira do lado de dentro da linha do trem e soube de uma pessoa que apareceu morta ali, dizendo alguns que tinha sido assassinado.

Almeja no futuro ter emprego fixo, seu curso de gastronomia e contato melhor com sua avó e seu sobrinho.

Nesse entendimento de refazer os laços familiares com sua avó e seu sobrinho, telefonou para a casa deles, mas quem atendeu foi seu pai. Gabriel se sentiu em pânico e tentou suicídio na rua. Pessoas o pegaram e levaram para emergência. Lá o encaminharam para psicologia e psiquiatria e precisa tomar remédios antidepressivos.

j) Estevão

Em 11 de dezembro de 2015 entrevistei Estevão, de 38 anos. Era casado, pai de três meninos. Atualmente é albergado (há duas semanas) e estava há dois meses em situação de rua. Chegou a essa situação devido a então esposa ter contraído sem ele saber dívida com a milícia de Sepetiba. Foi contado a ele que sua esposa devia valores de produtos de beleza e drogas. Ele contou que chegando do trabalho (era motorista de ônibus), estavam na porta de sua casa homens da milícia procurando pela esposa e ele não sabia. Eles o ameaçaram e como viram que não sabia mesmo, pegaram tudo de valor que tinha na casa e levaram. O senhorio da casa ao saber do que aconteceu, pediu a casa de volta e ele ficou sem ter para onde ir. A mulher fugiu de casa com os três filhos para a favela do Rola, em Santa Cruz. Ele soube disso um tempo depois. Sem saber de sua família, ele ficou desorientado e foi dormir nas ruas, no BRT de Santa Cruz. Neste local, um grupo da Igreja Internacional da Graça de Deus o viu e falou da Casa de Lázaro e ele então veio tentar vaga.

Afirmou que vai na próxima semana começar o treinamento para motorista de ônibus e está muito feliz por estar retomando sua vida.

Para o futuro, ele deseja estar estabilizado, com seus filhos e casado com outra mulher. Um de seus filhos, de 14 anos foi apreendido na praia do Arpoador, quando contataram a família e souberam da situação de Estevão, foi comunicado pelo Conselho Tutelar que devido a situação dele, que seu filho permaneceria em um abrigo até se estabilizar. Ele já conseguiu a guarda provisória e assim que alugar uma casa, pois emprego já conseguiu, vai ter seu filho de volta. Seu próximo passo é tentar a guarda dos outros dois filhos mais novos, que moram com a mãe, mas estão na rua durante todo o dia pela favela e os pais tem medo que durante algum conflito com o tráfico, polícia, os meninos sejam atingidos por bala perdida. Estão também sem ir à escola.

l) José

José, 55 anos, branco, solteiro e há cerca de três anos está fora das ruas. Está no albergue Casa de Lázaro desde sua fundação. Quando chegou no albergue não tinha todos seus documentos nem emprego. Sua família é da área do Complexo do Alemão desde seu início, sendo removida de onde viviam na área central da cidade. O pai de José também esteve em situação de rua, pouco antes de conhecer sua futura esposa e assim irem para o Alemão. José é filho único e morava com seus pais. Sua mãe faleceu há cerca de 10 anos e após seu pai falecer, José foi para as ruas e não quis mais ficar em sua casa, tendo envolvimento com álcool e outras drogas. Permaneceu pouco tempo nas ruas até ir para o albergue. Ele considera que tem amigos somente no albergue e não consegue ainda pensar em morar sozinho, mas se restabeleceu quanto a estar empregado e tem poupado suas economias. As referências que ele tinha eram seus pais. Sem elas, foi para as ruas. Atualmente entende os funcionários e abrigados como suas novas referências de família.

m) Fabio

Fabio tem 46 anos, negro, solteiro, tem dois filhos e permaneceu quinze anos em situação de rua. Ele sofreu violência física por parte de seu pai desde criança, com severos castigos. Vivia em uma comunidade da zona oeste e lá se envolveu com o tráfico ainda adolescente. Tornou-se usuário de cocaína e lidava com a contabilidade do tráfico, em que depois de determinado tempo começou a fraudar as anotações sem ser descoberto. Em um dos encontros na comunidade com dois policiais para entregar o 'arrego' (propina), ele foi detido no local com a promessa de ser solto quando chegasse mais dinheiro, em 10 minutos. Como o

tempo passou e ninguém apareceu, ele pensando em ser morto e com medo da descoberta da fraude com o tráfico, se jogou morro abaixo e foi atingido por seis tiros pelos policiais que estavam com ele, caindo no final do barranco. Caiu perto de um muro onde funcionava na época uma clínica, sendo resgatado e levado para o hospital. Retornou à comunidade ainda com os metais em uma das pernas e não participando mais do tráfico local. Passou por outras comunidades de mesma facção, mas em um episódio onde viu traficantes jogando futebol com a cabeça de um suposto traidor decidiu sair da vida do tráfico e sem ter como se sustentar e não querendo voltar para a casa da mãe, desde então ficou em situação de rua.

Fabio passou por locais como Centro da cidade, Ilha do Governador, Bangu e Campo Grande, dormindo nas ruas e recolhendo para vender materiais recicláveis. Sobre os abrigos municipais, por serem de péssimo estado, entre eles o Rio Acolhedor Paciência com sujeira, maus tratos pelos funcionários e tráfico de drogas dentro e fora da instituição, ele optou por ficar nas ruas. Devido ao uso de drogas passou também por algumas casas de recuperação. Em Campo Grande vivenciou situações de violência entre eles próprios e por parte da segurança das ruas do centro do bairro – os milicianos. Em uma delas, um homem matou o outro com uma pedrada por causa do local na fila no chão – para dormir, por ali ser mais seguro – em frente a uma loja próxima da rodoviária, e, para não chamar atenção, um dos seguranças da rua pagou para levarem o corpo para a linha do trem e lá o primeiro trem da manhã passou por cima e pareceu um acidente. Para ele isso é normal não só com quem está nas ruas, mas para assaltantes quando são pegos e mortos – o destino é o mesmo. Ele reconhece o domínio que a milícia tem pela localidade.

Atualmente, está fora das ruas há quatro anos e sem usar drogas há dois. Milita pelo MNPR e trabalha em uma rádio evangélica que recebe casos de pessoas envolvidas com drogas e que queiram sair dessa situação – pesquisa casas de recuperação com vaga o os leva até elas. Pensa em ter uma casa, morar novamente com seus dois filhos e continuar seus estudos.

n) Mariangela

Mariangela, 55 anos, negra, solteira, nascida no Paraná. Veio para o Rio de Janeiro na década de 1980 para se dedicar ao esporte – futebol. De família humilde do interior, teve contato com o álcool ainda criança com seis anos. Bebia vinho nas festividades da família e quando em determinada época do ano em colocavam um copo de aguardente para um santo, ela bebia escondido esse copo. Já no Rio de Janeiro se envolveu com outras drogas e foi para as ruas. Mariangela presenciou cenas de violência de todo tipo e pensa ser normal nesse meio

e por conta disso sempre preferiu ficar mais isolada do que em grupo e procurava locais mais seguros para passar a noite como marquises e locais iluminados. Na década de 1990, passou por vários abrigos – públicos sobretudo, pela zona norte, sul, oeste, centro e fluminense; e de origem religiosa para banho e alimentação, conforme ia acabando o período máximo de permanência ia buscando outro abrigo para assim passar o menor tempo possível nas ruas novamente – e equipamentos de assistência, onde teve oportunidades de empregos e seguiu por essa caminhada. Trabalhou como auxiliar de serviços gerais e em obras, também com trabalho pesado. Contou sobre as regras em instituições católicas, com o momento das missas em que somente após é que podiam se alimentar e isso os deixava muito ansiosos devido ao tempo grande sem se alimentarem em muitas das vezes e suas corridas pelos pontos de doação de lanches, pratos e sopões, onde saía de um ponto e já ia logo para outro para ficar bem alimentada para os próximos dias. Ainda por essa década, passou por tratamento psiquiátrico e para as drogas, mas só após os anos 2000 conseguiu vencer de vez o vício, período em que passou pela antiga fazenda modelo em Guaratiba – quando era abrigo para pessoas em situação de rua, hoje centro de animais com serviços como castração e vacinação. Hoje mora em uma casa – a mesma desde 2006 –, que um homem que ajudava pessoas em situação de rua a chamou para morar com ele e mais uma pessoa. Esse homem faleceu e seus familiares permitiram até os dias de hoje que permanecesse no local. Ela tem o sonho de conseguir comprar essa casa, pois é seu desejo ficar nela. Hoje em dia continua trabalhando, mas buscando sua aposentadoria.

CAPÍTULO III – Ações da sociedade civil

4.1 Seminários e audiências públicas

4.2 Manifestações da violência, Segurança Pública e poder paralelo – milícias

Neste presente capítulo apresento parte das ações da sociedade civil, abordando aqui seminários e audiências públicas ligadas às pessoas em situação de rua e suas discussões. Tratarei também no presente capítulo das questões de violência, relacionadas à Segurança Pública e ao poder paralelo, milícias que ocupam e dominam algumas regiões de Campo Grande.

4.1- Seminários e audiências públicas

a) Seminário ‘Ninguém mora na rua porque gosta’

Em 10 de junho de 2014, ocorreu o Seminário ‘Ninguém mora na rua porque gosta’, ocorrido no Ministério Público - Centro da cidade, que visou o debate sobre a violação dos direitos da população em situação de rua nas cidades sede da Copa do Mundo. O seminário debateu a transgressão de direitos da população de rua nas cidades-sede da Copa do Mundo, principalmente no Rio de Janeiro. Organizado pelo Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH, Comissão Especial sobre População em Situação de Rua da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ – NEPP-DH e Ministério público do Estado do Rio de Janeiro. O encontro discutiu em duas mesas de debates o agravamento dos casos de violência com a chegada de um grande evento, além da falta de políticas públicas para tratar do problema.

Constatou-se durante o evento, um agravamento dos casos de violência contra as populações em situação de rua com a chegada dos megaeventos, além da falta de políticas adequadas promovidas pelo Estado, que integrem as áreas de habitação, saúde, educação, assistência social e trabalho. O movimento avaliou as promessas feitas pelos poderes públicos desde há quatro anos. Promessas não cumpridas. Ao final do encontro, foi elaborada a nota pública, assinada pelas instituições participantes:

CARTA DO RIO DE JANEIRO

As entidades abaixo-assinadas, participantes do Seminário “NINGUÉM MORA NA RUA PORQUE GOSTA”: violação de direitos da população adulta em situação de rua nas cidades sede da copa do mundo, realizado em 10 de junho de 2014, vêm a público expor a grave condição de vida porque passam homens e mulheres que se encontram em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

Em junho de 2010, homens e mulheres que vivem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios do estado estiveram presentes no Seminário Estadual do Rio de Janeiro, promovido pelo Movimento Nacional de População de Rua com o apoio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Instituto Pólis, Governo Federal, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e vários outros parceiros discutindo “Os Impactos dos Megaeventos no Rio de Janeiro.

(...) Após as exposições, discussões em grupos e debates sobre o Decreto presidencial nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e cria o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional, os participantes chegaram a algumas considerações, e dentre elas destacamos:

(...) Fica evidenciada a situação de profundo desrespeito, violências e violações dos direitos humanos nas principais cidades do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista experiências comuns de maus-tratos, truculência policial, agressões, rejeição, discriminação, extravio e retirada de pertences pessoais por parte da polícia, desumanidade, julgamento preconceituoso e uso de denominações acusativas e preconceituosas.

Foi detectada também grande preocupação com relação às ações promovidas pela polícia do Choque de Ordem e com o processo de higienização que, mascaradamente, se inicia visando preparar ou “limpar” o Rio para os Megaeventos que estão por iniciar nos próximos anos.

Em síntese, o Seminário constatou que as pessoas em situação de rua vivem um cotidiano de extrema violação de direitos.

(trechos da Carta aberta da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, junho 2010, assinada por várias entidades)

Junho de 2014, que realidade se apresenta?

O quadro exposto em 2010 em nada se alterou. As ações higienistas continuaram acontecendo; diariamente agentes dos órgãos de segurança municipais e estaduais passam pelos locais de maior aglomeração das pessoas em situação de rua recolhendo seus pertences, efetuando operações de retirada dos espaços públicos pelo uso da força, recolhendo-as para um único abrigo, o Abrigo Municipal Rio Acolhedor, em Paciência, inóspito, insalubre e sem as mínimas condições humanitárias de atendimento à pessoa humana.

Denúncias e relatórios não têm sido poucos, entretanto, pode-se constatar, na cidade do Rio de Janeiro, o caráter de reiteratividade de práticas de total desrespeito aos direitos humanos e de precariedade de políticas públicas de atenção aos que se encontram em situação de rua.

A cidade sede da copa do mundo não apresenta efetivamente políticas públicas que se dirigem para o direito à moradia, trabalho, saúde, educação, capacitação profissional, transporte, cultura, esporte, lazer, integridade física e psicológica dentre todas as essenciais à autonomia individual e dignidade humana.

A única política presente no cotidiano dos que se encontram em situação de rua é a de incriminação despropositada, da truculência e do desrespeito à vida e à solidariedade.

Não podemos permitir que estas práticas perseverem.

Alinhados ao MINISTÉRIO PÚBLICO, que em seu documento intitulado “MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO EM DEFESA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A COPA DO MUNDO” sugere várias diretrizes de atenção a essa população, também exigimos a observância de todos os princípios basilares da Constituição Federal que recomendam resguardar a observância dos direitos humanos, o respeito e a solidariedade para os que se encontram em situação de precariedade e vulnerabilidade.

Nesse sentido, conclamamos a sociedade e os meios de comunicação a não permitirem que atos de violação dos direitos sejam direcionados a qualquer cidadão que se encontre em situação de rua.

Rio de Janeiro, 10 e junho de 2014⁷⁷.

Durante perguntas dos ouvintes, pude presenciar o relato de Deise, em situação de rua, recém-chegada de Macaé e que vive no Castelo com mais um casal. Deise tentou ficar em dois abrigos e em igrejas, mas só aceitavam homens. Relatou ter sofrido tentativa de violência sexual e física na rua. Ao final do seminário conversei sobre a pesquisa e ela se interessou em participar. Ficamos de nos comunicar. Ela me falou sobre o trabalho em uma igreja com pessoas em situação de rua na Lapa (Igreja Batista Farol da Lapa), localizada quase em frente a um posto de gasolina. Realizam atendimento psicológico e distribuem lanches às quintas-feiras.

Deise, 38 anos, solteira, em situação de rua, se apresentou como lutadora pelos direitos, dignidade e igualdade para mulheres que se encontram na mesma situação que a sua.

⁷⁷ Assinaram a carta: Ministério Público do Rio de Janeiro; Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua RJ; Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH); Comissão Especial sobre População em Situação de Rua da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida/ UFRJ (NEPP-DH); Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC/ UFRJ); Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/ RJ; Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ.

Falou de seus desejos, pela criação de um abrigo separado dos homens, somente para mulheres, um abrigo de mulheres grávidas e mulheres com crianças, separados dos demais, e os asilos. E também a criação de albergues onde possam passar a noite e guardar pertences. Deise disse que estudou na rua e lutou contra o preconceito nas escolas e hospitais, contra o preconceito com a população de situação de rua, até mesmo dentro das instituições religiosas e pelos direitos desta população. Mesmo em situação de rua, Deise também cozinhava para seus irmãos da rua, juntava roupas e sapatos e até procurava centros de recuperação, desde que aceitassem mulheres e crianças.

No que diz respeito a questão do maior número de abrigos serem destinados aos homens – dado à pesquisas e levantamentos demonstrarem que a porcentagem maior tem se mantido quanto aos homens serem maioria na situação de rua –, leva a crer que as instituições privadas sobretudo se direcionem para esse público. Porém, dessa forma as mulheres acabam desassistidas com poucos abrigos. Essa dimensão de gênero dado as dificuldades das mulheres em situação de rua, que são minoria, mas existem em número significativo, de acordo com os relatos levantados para esta dissertação, mostram que a política de atendimento a essas populações não apenas tem os problemas de controle e repressão, como é profundamente voltada para o atendimento aos homens.

b) Fórum de população em situação de rua da Zona Oeste

O fórum acontece a cada última sexta-feira do mês, na Igreja Nossa Senhora do Desterro, em Campo Grande. O fórum age com o intuito de conseguir unir a participação efetiva e sistemática de pessoas em situação de rua, de instituições da sociedade civil, técnicos e educadores de órgãos governamentais a fim de conhecerem seus trabalhos e se unirem em prol de questões que envolvam as pessoas em situação de rua. Estive presente em uma das reuniões que aconteceu em uma sexta-feira chuvosa e esvaziada de membros presentes. Contou com apresentação, informes e rápida fala de um vereador local. Nessa data nenhuma pessoa em situação de rua esteve presente, embora a praça onde fica localizada a Igreja seja local em que um número concentrado destas pessoas costumam ficar.

O fórum da zona oeste é oriundo de um outro fórum, criado no ano de 2000 – o Fórum permanente sobre população em situação de rua do RJ – que também conta com a participação efetiva e sistemática de pessoas em situação de rua, de instituições da sociedade civil e técnicos e educadores de órgãos dos governos estadual e municipais. E tem sido feito movimentos no intuito de dialogar com o Município a fim de tratar da política nacional para

pessoas em situação de rua que envolve um trabalho integrado entre as áreas de habitação, saúde, trabalho, educação e assistência social. Acontece a cada última terça-feira do mês, no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) no Centro do Rio de Janeiro. Este fórum vem realizando estudos, promovendo o debate público e a capacitação dos profissionais envolvidos em programas de atendimento a essa população.

c) Audiência pública sobre população em situação de rua e as Olimpíadas de 2016, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A audiência ocorreu em 17 de setembro de 2015 na Câmara Municipal do Rio de Janeiro organizado pelo Movimento Nacional da População de Rua, Comissão Especial sobre População em Situação de Rua da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. A audiência pública teve como objetivo discutir direitos da população em situação de rua no contexto das Olimpíadas. Estiveram presentes à audiência vereadores do município, entre eles Reimont, o secretário de Desenvolvimento Social Adilson Pires, a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, representantes da Defensoria Pública, da Promotoria e do Movimento Nacional de População em Situação de Rua.

Entre as muitas violações de direitos causadas pelos megaeventos esportivos foi falado sobre a “higienização” das áreas nobres e centrais da cidade no que se refere à população em situação de rua. Em pauta esteve também a construção de quatro novos albergues públicos na cidade e a reforma dos já existentes até os Jogos Olímpicos de 2016, além de uma política inadequada de acolhimento dessa população apontada como preocupante.

Liderança do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (Rio de Janeiro) e ex-moradora de rua, Maralice dos Santos, fez a colocação de que nem sempre essa população é invisível, porém na maioria das vezes é desrespeitada. Em sua fala, expôs que durante o dia as abordagens ocorrem com tranquilidade, porém à noite e na madrugada a truculência da Guarda Municipal é regra, mas a falta de provas dificulta a punição de quem comete os abusos.

Segundo o vereador Reimont (PT), atualmente vivem nas ruas do Rio de Janeiro cerca de 15 a 17 mil pessoas, algumas delas nos abrigos da cidade. Reimont afirmou que uma das reivindicações é a implementação na capital fluminense do decreto presidencial 7053 de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Para ele, quando a prefeitura implementar essa política os direitos dessas pessoas poderão ser melhor

garantido.

Em 2014, dias antes do início da Copa do Mundo, 669 pessoas em situação de rua foram recolhidas no Rio. A contagem foi feita pelo MP-RJ (Ministério Público do Estado), que informou também que boa parte dessas retiradas foi feita contra a vontade, o que é ilegal.

Em diversas cidades-sede da Copa, os moradores de rua foram vítimas de expulsões e violações de direitos humanos durante o evento. Impedidos de transitar e permanecer em locais escolhidos para abrigo, os que vivem nas ruas foram removidos à força por agentes públicos, sofreram agressões e tiveram seus poucos pertences subtraídos. [...] No Rio de Janeiro, o destino de centenas de moradores de rua foi o Abrigo Rio Acolhedor, no bairro Paciência, na Zona Norte da capital, a 60 quilômetros da região central. (PÚBLICA – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, 15/07/2014).

Segundo Maralice, muitos são levados para o bairro de Santa Cruz, na zona oeste da cidade, mas não permanecem no abrigo (Rio Acolhedor), o que tem provocado um aumento expressivo da população que vive nas ruas dessa região. Ela ainda conta que as maiores necessidades dessas pessoas são capacitação profissional e tratamento médico.

4.2 Manifestações da violência, Segurança Pública e poder paralelo – milícias

Para situar o termo milícia e sua origem, Zaluar (2007) faz uma colocação do uso do termo ao longo da história mundial e seu uso equivocado recentemente. A palavra *militia* tem raízes latinas que significam ‘soldado’ (miles) e ‘estado, condição ou atividade’ (itia) e que, juntas, sugerem o serviço militar (ZALUAR, 2007). Já a palavra milícia, como coloca a autora, é comumente usada para designar uma força militar composta por cidadãos ou civis que pegam em armas para garantir sua defesa, o cumprimento da lei e o serviço paramilitar em situações de emergência, sem que os integrantes recebam salário ou cumpram função especificada em normas institucionais.

Os indivíduos que compõem as milícias – de ex-policiais – são militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que fornece treinamento e armas a eles enquanto policiais. São os que têm ou tiveram a função de garantir o cumprimento da lei, mas agem contra a lei, não só para fazer da segurança um negócio lucrativo, mas também para

explorar aqueles mais vulneráveis entre os trabalhadores urbanos, que não têm garantias legais na habitação, sem acesso à Justiça e à informação.

A milícia na zona oeste do Rio de Janeiro tem como perfil o controle exercido sobre o território e o envolvimento com atividades comerciais que extrapolam a venda do serviço de segurança, tais como a cobrança de taxa indevida das cooperativas de transporte alternativo, a venda inflacionada de botijão de gás, a venda do gatonet (sinal pirata de TV a cabo), a cobrança de pedágios e de tarifa para proteção.

Delegado da Polícia Civil, então titular da 32ª DP (Taquara), Pedro Paulo Pinho explicou na CPI da Alerj os níveis de milícias, surgidas a partir dos anos 1990:

No nível 01 estariam os grupos paramilitares de extermínio criados nos moldes da milícia de Rio das Pedras, vinte anos atrás. Na ausência do Estado, os próprios moradores se organizaram para impedir a entrada de traficantes, assaltantes e ladrões, constituindo também as Associações de Moradores.

No nível 02, os líderes comunitários passam a sobreviver das associações e, para tal, iniciam a cobrança de taxas para quem deseja entrar na comunidade. As associações passam a apoiar candidatos a cargos parlamentares como forma de ter um representante de suas reivindicações nos poderes constituídos, como o Legislativo.

No nível 03, os líderes comunitários veem a possibilidade de novos ganhos e passam a cobrar pelos serviços de distribuição do gás, TV a cabo, transporte alternativo. As associações não são mais necessárias e os milicianos passam a disputar as eleições. (JORNAL O DIA, 03/09/2015).

No que diz respeito ao transporte público em Campo Grande, sua distância da área central da cidade é de cerca de 50 Km, com condições de deslocamento dificultadas pelo pequeno número da frota de ônibus, precariedade da conservação, longos trajetos, ônibus lotados, engarrafamentos, acaba por não atender o grande número de pessoas que utilizam o serviço. Desse quadro, acaba por abrir a porta para serviços de baixa qualidade e a informalidade trazendo consigo o fortalecimento do poder de organizações criminosas – milícias – que controlam esse tipo de serviço na região, e que é alvo de inúmeras investigações feitas pelo poder público. Segundo o Ministério Público:

A existência de um grupo miliciano autodenominado “Liga da Justiça” na Zona Oeste do Rio de Janeiro foi confirmada pelos promotores de Justiça Jorge Magno e Bruno Stibich à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio que investiga a atuação das milícias, durante reunião nesta quinta-feira (17/07). Os promotores afirmaram que a milícia controla o transporte alternativo, os serviços de fornecimento de gás e TV a

cabo e negocia segurança particular, entre outras atividades⁷⁸. (Alerj Notícias, 2010).

Quanto à violência:

“O número de homicídios na região é muito alto. E a maioria não é solucionada porque ninguém quer depor contra a milícia”, contou o Promotor de Justiça Jorge Magno que trabalha na região desde 2001. Segundo os promotores, o inquérito para investigar a atuação da milícia em Campo Grande surgiu exatamente pelo grande número de homicídios cometidos por policiais contra policiais (Alerj Notícias, 2010).

Muitos casos de violências e até assassinatos não são registrados, nem noticiados ou informados. É uma população invisível para a Justiça, para as políticas de segurança e para os governantes. Desse modo, a falta de atenção do poder público e a impunidade acabam por aumentar ainda mais a vulnerabilidade de quem está na rua e em casos mais específicos como a zona oeste, a milícia atua dessa forma, com ameaças e controle do trabalho informal local. A violência torna-se regra nessas situações.

Em uma das entrevistas que realizei com um albergado, ele contou que em uma noite anterior ele e mais três pessoas, entre essas duas mulheres, levaram uma ‘dura’ de milicianos em um ponto onde ficavam na rua atrás do supermercado Guanabara do centro de Campo Grande – próximo da Rodoviária –, onde deitaram no chão, foram revistados, agredidos fisicamente e proibidos de permanecer naquele local ou sofreriam as consequências. Sua tentativa de voltar a ficar no albergue era para se distanciar dos milicianos e se sentir seguro, pois não foi a primeira situação que passou com a milícia local.

Atuam para além dessas localidades, também nas favelas. Outra situação com outro albergado na época foi a expulsão dele de sua casa por parte dos milicianos que tomaram sua casa e demais pertences como pagamento por dívidas de sua ex-mulher.

Em entrevista com um outro rapaz que estava trabalhando em um estacionamento no centro de Campo Grande, o mesmo afirma que do dinheiro que recebe, tem que dar parte aos milicianos locais. Por lá todas as pessoas que trabalham informalmente e comerciantes são obrigados a pagar taxa aos milicianos para que lhes seja permitido trabalhar no local. Disse que dependendo do valor não tem como pagar aluguel e tem ficado pela rua.

⁷⁸ No ano de 2008 foi instaurada a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa fluminense, presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo. Muitos políticos foram intimados a depor diante desta CPI, sendo acusados de envolvimento com os milicianos.

[...] Constantemente despojados de seus poucos pertences, instados a circular pelas ruas sem poder fixar-se, sobrevivem a cada dia de teimosos que são, insistindo em continuar vivos e a expor suas misérias no espaço público. Os que vivem nas ruas mostram ‘em carne viva’ as consequências objetivas e cotidianas dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas que reduziram, drástica e dramaticamente, o campo de possibilidades nas quais podem se movimentar e usufruir das riquezas produzidas e dos conhecimentos alcançados. (Escorel, 2003:139)

A desigualdade social marca radicalmente diferenças e distinções na qualidade de vida. É visível também a atuação da milícia local nas regiões mais pobres e no centro comercial – nos transportes informais, segurança e controle dos vendedores ambulantes.

Os números do faturamento da Liga da Justiça mostram que, além de Campo Grande e Santa Cruz, em Paciência, Sepetiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e na cidade vizinha de Seropédica, os moradores pagam R\$ 45 pelo sinal de "gatonet". De acordo com pesquisa da Associação Brasileira de TV por Assinatura, cerca de 25% dos consumidores compram sinal ilegal. Só com isso, a Liga fatura, R\$ 3,6 milhões em cerca de 80 mil domicílios dos 320 mil existentes.

No comércio de gás, o controle de criminosos sobre as vendas em áreas carentes alcança 90%, segundo dados do Sindicato dos Revendedores de GLP. Com um ágio de aproximadamente 20%, o que dá cerca de R\$ 10 por botijão, os paramilitares embolsam R\$ 2,9. (Jornal O DIA, 03/09/2015)

No centro comercial vazio à noite, a concentração de pessoas em situação de rua fica na área da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, pela marquise do Banco da Caixa Econômica Federal, próximo ao supermercado Guanabara e no entorno da rodoviária de Campo Grande. Milicianos que fazem a segurança da localidade para comerciantes locais, ameaçam constantemente para que não durmam sob marquises de lojas e até pela Paróquia do Desterro (para não ter concentração no local). Em uma das ações da Pastoral de Rua que participei, no momento em uma rua próxima ao supermercado Guanabara, enquanto realizávamos entrega de lanche a dois rapazes, um carro passou em alta velocidade com o motorista nos xingando e reclamando de nossa atividade com os rapazes. Esse é um ponto que a milícia há pouco tempo atrás proibiu de pessoas em situação de rua permanecerem, segundo relato de um homem tempos depois em uma das entrevistas. Essas localidades, contudo, são foco de diversas ações de diferentes entidades religiosas para as pessoas em situação de rua. Os que conseguem sobreviver por esses pontos das ruas em meio ao medo pela insegurança vão levando suas vidas.

Chamou-me atenção o número evidente de pessoas em situação de rua que tem questões com a milícia, sejam elas dominadas e vítimas. Ouvi relatos em que parte da

sociedade e donos dos comércios não gostam de sujeira e os tem como aquilo que deixa o espaço feio. E muitos desses comerciantes pagam a segurança privada – milicianos – para darem conta do ‘problema’, os retirando de suas marquises, o que acontece de forma violenta e com ameaças. Já em outra situação, quando trabalham informalmente pelo centro comercial de Campo Grande, são obrigados a repassar uma parcela de seus lucros aos milicianos – uma espécie de taxa pela permissão em trabalhar nos locais dominados pelos milicianos. Em um dos relatos, um rapaz contou que já deixou de se alimentar para pagar a taxa para não ter mais problemas, inclusive de circulação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que busquei nesta dissertação foi conhecer e entender as pessoas em situação de rua em suas trajetórias e seus deslocamentos de áreas do centro da cidade e zona sul para Campo Grande no contexto atual e período dos grandes eventos esportivos internacionais que ocorreram no país em 2014 e ao longo de 2015 e 2016 com a preparação para as Olimpíadas, e para isso a temática abordada está relacionada com o acesso pelas pessoas em situação de rua às diferentes políticas sociais e ações de instituições religiosas.

Essas trajetórias foram atravessadas entre outros, pela negação de direitos, violência, fragmentação de laços familiares, o não acesso à saúde – ligação com álcool e outras drogas. Situações que deixam à mostra a face daqueles que estão à margem da sociedade, dos que são invisíveis na maior parte do tempo, mas que se tornam visíveis quando são apresentados como um problema ou algo que não querem que os turistas vejam. Aqui entra o preconceito, evidenciado pelas ações de higienização da cidade – cidade turística –, agora em 2016 com as Olimpíadas e sua preparação com embelezamento de algumas áreas e as pessoas em situação de rua levadas aos mais distantes abrigos. E isso pude presenciar no momento do campo realizado pela região central da cidade em dias de jogos com locais onde é comum a presença das pessoas em situação de rua, no entanto, naqueles dias estarem quase vazias, presentes pela polícia e seus automóveis.

Em paralelo com meu trabalho na zona oeste, tive a oportunidade de observar o campo antes de entrar nele, seja passando por localidades em que há grande concentração de pessoas ou até mesmo meu trabalho com famílias que estavam em uma linha muito estreita à situação de rua. Dessa forma, chamou minha atenção para uma área distante do centro da cidade – a zona oeste – com um número considerável de pessoas em situação de rua cuja qual a grande mídia não compreende.

É possível pontuar questões sobre a temática das populações em situação de rua, tais como: dificuldades tanto de conceituar como de mensurar esta população que é transitória, flutuante e sem comprometimento por parte do Estado; e comumente, a moradia, o emprego – ou falta dele –, questões de saúde mental, conflitos familiares são apontados como os grandes determinantes para que pessoas se tornem em situação de rua. E também fatores para que a situação de rua aconteça.

A violência, por exemplo, com casos relativos à violência doméstica (em suas várias

formas, psicológica, física, preconceitos) em relação, principalmente, às mulheres, idosos, jovens e crianças. A relação com as drogas é outro fator, em que muitos dependentes químicos e/ou dependentes do álcool encontram nos locais públicos as formas e a liberdade necessária para manter o vício e não conflitar com seus familiares. Sobre o desemprego, há a situação daqueles que não conseguem gerar renda suficiente para atender a suas necessidades básicas de moradia. Na questão da saúde inclui-se um número considerável de doenças e deficiências que acabam por ser determinantes para a permanência das pessoas nas ruas. Sem dúvida, o maior número de indivíduos com problemas de saúde nas ruas são aqueles que apresentam algum tipo de sofrimento mental.

Na pessoa em situação de rua, a marginalidade é vista como algo latente. Em Tosta (2003), diz que:

A vinculação entre exclusão social e violência se faz por meio da identificação de pobreza com marginalidade. O excluído é percebido como socialmente ameaçador. É aqui que a exclusão se reforça, com a criação de representações sociais nas quais ora é objeto de pena e indiferença, ora de medo e eliminação. Assim, em um caso extremo no processo de exclusão social, sua eliminação passa a ser vista se não com aprovação, ao menos com indiferença. (TOSTA, 2003, p. 204)

A temática da limpeza da cidade em relação às pessoas em situação de rua tem estado presente em relatórios sobre ações da prefeitura e remoções forçadas a abrigos mais distantes das áreas turísticas e também presentes em organizações dos direitos humanos e em reportagens. Especialistas como Antônio Pedro Soares, do Mecanismo de Combate e Prevenção à Tortura, órgão independente que se reporta à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, acreditam que o Rio de Janeiro já vinha cometendo políticas de 'limpeza social' há algum tempo e que há uma correlação entre os grandes eventos sediados na cidade e o desaparecimento de pessoas em situação de rua das áreas turísticas. Segundo ele:

Temos verificado que sim, há um cruzamento de dados que mostra que esses processos de 'higienização' sempre ocorrem antes dos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro. Foi assim na Jornada Mundial da Juventude, na Copa das Confederações, e agora na Copa do Mundo. Eles tendem a fazer os recolhimentos à noite, dificultando o trabalho dos órgãos fiscalizadores." (BBC Brasil, 13/07/2014)

As ações de retiradas das ruas vêm se intensificando,

Jorge Luiz Costa de Souza tem 50 anos e vive nas ruas do Rio de Janeiro desde 1997. Estava por calçadas e praças da cidade quando ela recebeu a Jornada Mundial da Juventude em 2013 e a Copa do Mundo em 2014. Conhece a rotina de trabalho dos agentes municipais que lidam diariamente com os mendigos cariocas. Por tudo isso, diz estar se

preparando: ‘A Operação Cata Tralha vem aí, malandro. Vai ter Olimpíada e a prefeitura não vai querer ninguém dormindo na rua.’ [...]

Fernando José de Oliveira, 43 anos, dorme em calçadas há quatro anos. Chamou de ‘sequestro’ a abordagem de alguns agentes municipais realizadas antes e durante a Copa do Mundo. “Vi colega que foi acordado por guarda municipal. Quando percebeu, já estava com tudo o que tinha na van da prefeitura. O pegaram pelo braço e ele teve que ir para o abrigo”. (Site UOL, 04/09/2015)

Esse abrigamento forçado vem acontecendo em outros períodos pela cidade, mas fica mais frequente e evidente durante grandes eventos, em que pude presenciar durante minhas idas a campo no pré e durante o período da Copa do Mundo, em dias de jogos com o esvaziamento da presença de pessoas em situação de rua em partes da área central da cidade. É de profunda necessidade e importância que os órgãos de temáticas envolvidas continuem presentes acompanhando e fiscalizando as ações dos equipamentos da prefeitura para evitar ou pelo menos minimizar a violência e desrespeito.

No que se refere ao acolhimento das pessoas, as instituições religiosas se mostraram muito presentes e preocupadas com a questão da rua, da violência, saúde e famílias daqueles em situação de rua. São bem quistas e aceitas pelas pessoas que as acessam – sejam as de abrigamento, sejam as de alimentação. Há um número muito grande daquelas que distribuem alimentos junto da conversa sobre os ensinamentos bíblicos em comparação aquelas de abrigamento. E isso ficou evidente na pesquisa de campo em Campo Grande, onde um dos poucos abrigos – o que estive presente, sendo este um albergue – tem fila de espera para o acessarem. Nele, presenciei homens que iam a cada terça-feira e a cada sexta-feira na esperança de conseguir uma vaga e isso ocorreu por cerca de um mês até que surgisse uma vaga para ele. Muitos deles com a mesma fala sobre o motivo de não tentarem vaga em abrigos públicos da prefeitura, esses com tráfico de drogas dentro e fora do espaço, péssimas condições de conservação e higiene, além de relatarem serem maltratados pela maioria dos funcionários. Essas falas são a materialização do que foi apresentado em relatórios sobre as condições dos abrigos públicos municipais aos quais apresentei neste trabalho.

Campo Grande tem um cenário atípico em consideração aos demais – e isso é um diferencial nas demais pesquisas que abordam o tema – no que diz respeito à dominação local, especificamente nas comunidades e na região central de comércio. Neles estão os milicianos que realizam a segurança de comércios do centro de Campo Grande e predominam sobre o comércio informal com cobrança de taxas para os que ali trabalham, como por exemplo, dois dos entrevistados – um que trabalhava vendendo água e refrigerante e outro que trabalhava em um estacionamento –, contaram sobre esse tipo de cobrança para que pudessem trabalhar

na localidade, chegando para um deles em algumas das vezes a taxa da cobrança ser maior do que a do lucro e não ter tido como se alimentar naquele dia. A maioria das pessoas que entrevistei tem medo da milícia em Campo Grande, devido à violência e ações de repressão, sobretudo aos que dormem nas ruas.

Cada história de vida é única e seus motivos e caminhos percorridos até chegarem às ruas também. Expostos às dificuldades de se viver e manter nas ruas, é importante as pessoas em situação de rua se unirem aos setores do poder público que lutam pelos seus direitos para conseguirem romper com essa situação. E mais ainda, de que não precisam somente de abrigo e comida. Nas conversas e entrevistas ouvi muito deles, em desejarem ter uma nova chance, de conseguirem voltar ao mercado de trabalho, mas também das dificuldades que ainda existem tanto para conseguir emprego, como para ter acesso à saúde, uma vez que necessitam de documentação e de comprovação residência fixa, mas estão nas ruas. Não querem e não podem ser varridos da cidade em momentos que os megaeventos se aproximam na cidade. É necessário debater e concretizar de que forma serão incluídos na cidade que é de todos nós.

Mesmo com esse cenário, eu enquanto profissional do Serviço Social e pesquisadora tenho esperanças na melhoria da situação. Pude conviver por um tempo com instituições religiosas com ações efetivas em prol das populações em situação de rua, e que unidas aos movimentos, fóruns e Conselhos estão empenhadas em fiscalizar e não deixar adormecer discussões com vistas a efetivação dos direitos. Sigo nessa temática e na luta pelos direitos das pessoas em situação de rua, pelo respeito, direitos e visibilidade. Continuo também com trabalho em um dos abrigos ao qual realizei pesquisa de campo. Nele aprendi e venho aprendendo valores, adquirindo conhecimento e estreitando minha relação com a temática.

Quanto aos estudos futuros, penso em continuar na questão das populações em situação de rua tendo como foco o legado dos megaeventos, mais especificamente dos Jogos Olímpicos de 2016, no que diz respeito às políticas públicas, seus equipamentos públicos e espaços de discussão para legitimação de seus direitos, no que diz a Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto nº 7.053/2009.

Outras questões podem ser abordadas mais a fundo e que apareceram em minha dissertação. A questão da nomeação “população em situação de rua” que vem se transformando ao longo do tempo a qual configura um processo de disputa em torno de um nome e cabe pensar a que se deve tanta especificação.

No que diz respeito à gestão das políticas públicas, pensar a tensão entre o lexo dos direitos e da assistência colocando o que a rua diz enquanto espaço e o que significa a luta pelos direitos em um ponto de desmonte e violências, abordando a interação entre elas e as

dualidades.

Outra questão que é possível abordar futuramente é a relação entre Estado e religião, pois aqui se evidenciou muitas vezes os equipamentos do Estado e instituições em sua grande maioria religiosas que atuam no campo da assistência, no sentido de que antes de serem políticas públicas, essas ações faziam parte da religião.

Outro ponto alto é tratar a questão das milícias na zona oeste e como impactam diretamente espaços, pessoas e relações.

Meu sentimento é de que não se esgote aqui tais reflexões e análises, vendo em estudos e pesquisas futuras tais abordagens que possam consolidar um estudo mais completo e complexo dado de maneira mais ampliada em comparação ao recorte feito do meu objeto estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, H.; ESCOREL, S. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p. 99-115, 2012.

BARROS, J. da S. **Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. 2004. 117p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2004.

BECKER, H. S. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.177-188, 1996.

_____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 57 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília, DF: 2012. 97 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, DF: 2006. 98 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: 2009. 240 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: 2009. 43 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: 2008. 16 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf Acesso em

15/10/2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop.** Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua-centro-pop-e-servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua-1/05-caderno-centro-popfinal-dez.pdf> Acesso em 15/08/2014.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em 15/08/2014.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social.** Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.** Brasília, DF: CNMP, 2015. 141 p. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/todas-as-noticias/9011-publicacao-tratada-defesa-dos-direitos-das-pessoas-em-situacao-de-rua e http://www.cnmp.gov.br/portal_2015/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CN_MP_WEB_2015.pdf. Acesso em 17/02/2016.

CONVENÇÃO BATISTA CARIOCA. Reforma do Estatuto da Convenção Batista Carioca. Rio de Janeiro: 2011. 23 p. Disponível em http://batistacarioca.com.br/wp-content/uploads/2012/03/cbc_reforma_do_estatuto_da_cbc_NOVO_1.pdf Acesso em 20/02/2016.

CRESS. **Relatório de visitas realizadas junto aos abrigos municipais para população em situação de rua.** Rio de Janeiro: 2010. 8 p. <http://www.crprj.org.br/publicacoes/relatorios/Relatorio1.pdf>. Acesso em 08/08/2014.

CRES e CRP. **Relatório de visita aos abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 2012. 29 p. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/abrigos-final-5.pdf>. Acesso em 08/08/2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

DANTAS, M. **Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios**. 2007. 164 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2007.

DAS, V. e POOLE, D. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, n.27, pp. 19–52, 2008.

DOSSIÊ, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Recolhimento e internação forçados: a população em situação de rua como alvo do higienismo na cidade maravilhosa. In: **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2014, p. 114. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em 01/06/2015.

ENRIQUEZ, E. A perda do trabalho, perda da identidade. In: M. R. Nabuco; A. Carvalho Neto (Orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT, 1999. pp. 69-83.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 276 p.

_____. Vivendo de Teimosos – moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: Marcel Bursztyn (Org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 139- 171.

FELTRAN, Gabriel S. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.72, p. 495-512, 2014.

FERNANDES, A. Arte do contornamento e ocupação de moradia no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa: PB, n. 40, Abril de 2014, pp. 311-333.

FERREIRA, A. A. L. **Governamentalidade e práticas psicológicas: a gestão pela liberdade**. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 59-72, jan./jun. 2009.

FERREIRA, J. S. W. Um teatro milionário In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. ...[et al] **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1 ed. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014. 94 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões.** 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 288 p.

_____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber.** Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. pp. 203-222.

_____. **Nacimiento de la biopolítica:** curso en el Collège de France: 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 401 p.

FONSECA, P. R. e FRANÇA, S. L. A. O crescimento urbano e suas consequências na reconfiguração do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, v. 13, n. 24, pp. 24-34, 2011.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009. 361 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma, Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Manicômios, prisões e conventos.** 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1974. 316 p.

GONTIJO, D.; MEDEIROS, M. Adolescência, Gênero E Processo De Vulnerabilidade/Desfiliação Social: Compreendendo As Relações De Gênero Para Adolescentes Em Situação De Rua. **Revista Baiana de Saúde Pública,** Salvador, v.33, n.4, p.605-617, out./dez. 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2009/v33n4/a009.pdf>. Acesso em: 22/08/2014.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202 p.

LOVISI, Giovanni Marcos. **Avaliação de Distúrbios Mentais em Moradores de Albergues Públicos das cidades do Rio De Janeiro e de Niterói.** 2000. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

MATIAS, H.J.D. **Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a “gente de rua”.** 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2008.

MARTINEZ, Mariana. **Novas Abordagens de Rua:** algumas considerações sobre um

mecanismo de mapeamento e classificação da população de rua. In: III Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: ilegalismos e lugares morais. Fortaleza, 2011.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MINAS GERAIS, Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Cartilha Direitos do Morador de Rua**. Belo Horizonte: 2010. 76 p.

MINAYO, M. C. S., ASSIS, S. G., SOUZA E. R. (orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

PASTORAIS. Um Olhar sobre a População em Situação de Rua e Direitos Humanos no Brasil. In: **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas**. Passo Fundo: IFIBE, 2012. 464 p.

PRATES, J. C.; PRATES F. C. ; MACHADO S. Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.22, pp. 191-215, 2011.

REIS, M. **O Movimento Nacional da População em Situação de Rua de São Paulo: um diálogo com as políticas sociais públicas**. 2011. Trabalho de Graduação (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, UNESP, Franca, 2011.

RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio Acolhedor I (Paciência) – Unidade Municipal de Reinserção Social. **Perfil dos acolhidos: Origem da abordagem dentro do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2012. 10 p. http://www.mprj.mp.br/documents/112957/1449960/Levantamento_bairro.pdf. Acesso em: 01/10/2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto Municipal Nº 36356 de 23 de outubro de 2012. Institui o Programa Rio Acolhedor e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1906&page=6; http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1906&page=7. Acesso em: 01/10/2015.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004. 88 p.

_____. **A Efetivação de Políticas Públicas no Brasil: O Caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, CIESPI, 2011. 97 p.

_____. Crianças e menores - do pátrio poder ao pátrio dever. um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

RODRIGUES, P. G. **Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo.** 2009. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp120775.pdf>. Acesso em: 21/07/2014.

ROLNIK, R. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. ...[et al] **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1 ed. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014. 94 p.

ROSE, N. **Inventing our selves: Psychology, power, and personhood.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **R. Katál.** Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009. 293 p.

TOSTA, T. L. D. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 201-229.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de Rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

WACQUANT, L. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** 2ª ed. Rio

de Janeiro: Reva, 2003. 168 p.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro - que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf Acesso em 01/09/2015.

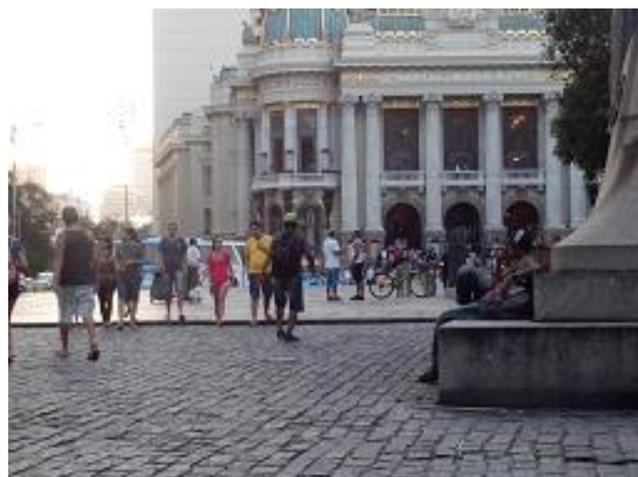
ANEXOS

Anexo I

Registros fotográficos



Seminário "Ninguém mora na rua porque gosta". Ministério Público RJ (10/06/2014)



Registros de observação em campo.
1º dia de ida a campo – Jogo Argentina e Bósnia.
Cinelandia, RJ (15/06/2014)



2º dia de ida a campo – desencontro e visita às Irmãs Missionárias da Caridade Cinelândia e Lapa, RJ (20/06/2014)



3º dia de ida a campo – dia de jogo na cidade: Bélgica e Rússia. Maracanã, RJ (22/06/2014)



2º momento de ida a campo (1º local da noite / madrugada) – zona oeste Recreio dos Bandeirantes, RJ (05 e 06/03/2015)



2º momento de ida a campo (2º local da madrugada) – zona oeste Recreio dos Bandeirantes, RJ (05 e 06/03/2015)



Reunião com a 9ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social, CREAS Zilda Arns Neumann e organizações da sociedade civil que atuam com pessoas em situação de rua em sua maioria (tema da reunião: pessoas em situação de rua) – zona oeste, Campo Grande / RJ (12/03/2015)



2º momento de ida a campo: participação nas atividades da Pastoral de Rua – Fraternidade O Caminho – zona oeste, em Campo Grande (02 e 09/10/2015).



Fonte: Jornal Extra.



Fonte pessoal.



Fonte: Jornal Extra.



Fonte: Jornal Extra.



Fonte: Jornal Extra.



Fonte: Jornal Extra



Fonte: Jornal Extra.



Fonte pessoal.

Fotos da ocupação Jambalaia – em Campo Grande



Fotos albergue Casa de Lázaro



Fotos albergue Casa de Lázaro



Fotos albergue Casa de Lázaro



Fotos albergue Casa de Lázaro



Fotos albergue Casa de Lázaro



Fotos albergue Casa de Lázaro

Anexo II

Roteiro de entrevistas

- **Roteiro para as pessoas em situação de rua (1º momento de campo)**

Roteiro livre, em seu início de escuta sobre sua trajetória e posteriormente seguindo com questões e temas direcionados, como violência nas ruas, violência por parte das polícias, acesso a equipamentos públicos de assistência.

- **Roteiro para as pessoas em situação de rua (2º momento de campo)**

Roteiro livre, em seu início de escuta sobre sua trajetória e posteriormente seguindo com questões e temas direcionados, como violência nas ruas, violência por parte das polícias e milícias, acesso a equipamentos públicos de assistência, relação com familiares, projeção de vida.

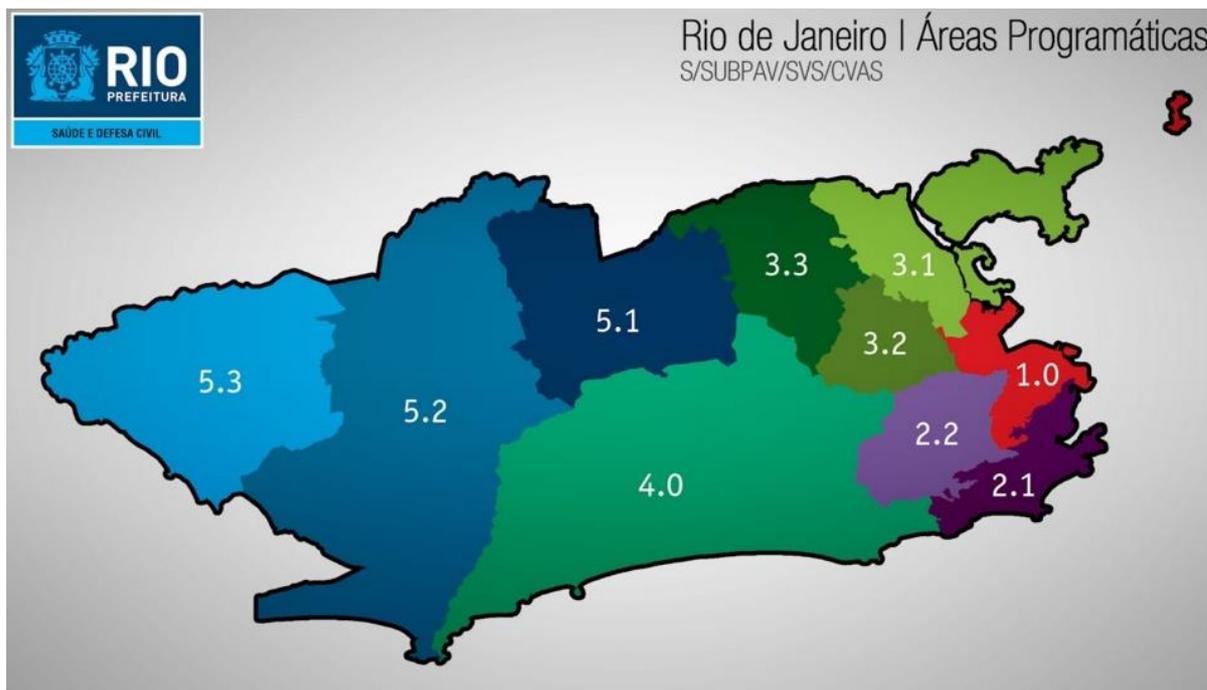
- **Roteiro para atores das instituições filantrópicas religiosas (1º e 2º momentos)**

- Questões para conhecimento da instituição: histórico da instituição, objetivo, ações realizadas, vínculos, público atendido, acesso e parceria com rede de serviços,

- Questões para seus representantes e voluntários: suas trajetórias, o que motivou o trabalho com pessoas em situação de rua, o que pensam sobre como são tratadas as pessoas em situação de rua pelos agentes do Estado, perspectivas para ações futuras.

Anexo IV

Mapa do Rio de Janeiro, segundo suas Áreas Programáticas (AP), pela Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

Anexo V

Marcos Normativos e Institucionais de Proteção às Populações em Situação de Rua

As populações em situação de rua dispõem formalmente dos mesmos direitos que os demais grupos sociais, cabendo ao poder público implementar mecanismos de garantias de direitos que atendam às especificidades de cada um. Como já colocado anteriormente, pessoas em situação de rua estão sujeitas a múltiplas vulnerabilidades e contextos de violações de direitos, incluindo-se "O não acesso às políticas sociais, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, ao usufruto dos serviços urbanos, ao direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos/às brasileiros/as expressam as discriminações sofridas por essa população"⁸². Considera-se, ainda, que a vida nas ruas em si já se configura como uma violação (potencial) de direitos humanos e fundamentais – especialmente nos casos de crianças e adolescentes – em um contexto de desigualdade e invisibilidade social, incidências de violências, maus tratos e ações de extermínio; projetos urbanísticos de concepções higienistas; políticas de expulsão, abrigamento e internação compulsórias, com a perda de pertences, documentos, e medicamentos.

Estão fixados parâmetros normativos de atenção a estas populações em diversos instrumentos internacionais atinentes ao campo dos direitos humanos. Aqui, especialmente se destacam os que tratam das dimensões: das garantias de direitos individuais, políticos, sociais e econômicos; a prevenção da violência e violações de direitos a que estão sujeitos; e as concepções do direito à cidade e ao uso dos espaços públicos.

Assim é que uma série de instrumentos tratam de diferentes perspectivas e contextos do direito à moradia, da não-discriminação e contra aos tratamentos degradantes. Por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948⁸³; o Pacto internacional sobre direitos civis e políticos⁸⁴; o Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais⁸⁵; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de

⁸² Trecho extraído do “CFESS Manifesta”, do Conselho Federal de Serviço Social, no âmbito do 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua, Brasília, 19 de março de 2012. Acesso em 15/02/2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf.

⁸³ Proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Ver, especialmente: artigo 25, parágrafo 1º.

⁸⁴ Adotado pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992.

⁸⁵ Adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966 e internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Vide, especialmente, o parágrafo 1º de seu artigo 11.

Discriminação Racial (1965); a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)⁸⁶; a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (1984); a Declaração sobre Progresso e Desenvolvimento Social (1969); a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos (1976); a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos (1996); o Programa Habitat (1996), a Declaração sobre Cidades e Outros Assentamentos Humanos no Novo Milênio (2001); a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986); a Declaração de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social e Programa de Ação (1995) e a Recomendação nº 115 da Organização Internacional do Trabalho sobre a moradia dos trabalhadores (1961). Também, com um caráter simbólico, os Objetivos do Milênio da ONU (2000) reconhecem a grave situação dos pobres urbanos no mundo, promovendo o esforço dos Estados-Membros para melhorar a vida de pelo menos 100 milhões de moradores em assentamentos precários no mundo para o ano 2020 (Meta 11 do Objetivo 7).

Há uma série de normativas que tratam mais especificamente sobre cada esfera dos direitos. Para este tema, destacam-se principalmente certas dimensões dos direitos individuais e sociais, do direito à cidade, à segurança e à assistência social.

Na assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁸⁷ e a Política Nacional de Assistência Social⁸⁸ trazem especificações dos serviços destinados às populações em situação de rua, reconhecendo a atenção especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A atenção parte de concepções de serviços que “possibilitem a organização de um novo projeto de vida, buscando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (PNAS, 2004, p.37).

Mais recentemente, os direitos das populações em situação de rua no Brasil vem adquirindo maior institucionalidade, a partir de ações do governo federal nos últimos anos. Em 2005 o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) realizou em Brasília o 1º Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, que contou com diversos representantes do Movimento Nacional do Povo de Rua (MNPR). E em 2006, foi criado Grupo de Trabalho

⁸⁶ Especificamente sobre instrumentos normativos de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente – nacionais e internacionais – consulte: Base Legis, do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/base/base-legis>

⁸⁷ Lei nº 8742/93 em cujo parágrafo único do artigo 23, inserido por meio da Lei nº 11.258/2005 e da Lei nº 12.435/2011, institui a prerrogativa segundo a qual deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua na organização dos serviços da Assistência Social.

⁸⁸ Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Interministerial (GTI) que, com a presença de diferentes ministérios de políticas direcionadas a essas populações, teve como objetivo a construção de propostas de políticas públicas para este segmento. Em 2009, foi realizado o 2º Encontro Nacional, onde se discutiu a Política Nacional a ser instituída.

Desse modo, em dezembro de 2009, foi instituída a *Política Nacional para a População em Situação de Rua*, por meio do Decreto nº 7.053/2009⁸⁹. A Política foi elaborada a partir de demandas históricas de movimentos que lutam pelos direitos das populações em situação de rua no sentido de promover ações articuladas e integradas para a defesa e promoção dos direitos de pessoas em situação de rua, articulando e integrando políticas públicas.

A partir de suas diretrizes⁹⁰, são objetivos da Política Nacional:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

⁸⁹ Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Vide: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

⁹⁰ “São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo; V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas; VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos” (Art. 6o, Decreto Nº 7.053/2009).

- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
- XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho. (Art. 7º, Decreto Nº 7.053/2009).

De acordo com a Política Nacional⁹¹, também em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais⁹² do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) trata do serviço especializado para pessoas em situação de rua, com a previsão da implantação dos *Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, os “Centro Pop”*⁹³ no SUAS, o que passou a ser apoiado pelo MDS a partir de 2010. Trata-se de unidade pública e estatal, de referência e atendimento especializado a estas populações, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, visando constituir-se espaço para o convívio social e a oferta de serviço especializado. Atualmente, são 219 Centros Pop

⁹¹ Consta na Política Nacional diretriz de se “implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social”; (art. 7º, XII).

⁹² Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social.

⁹³ Previsto no Decreto que cria a Política Nacional e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, “constitui-se em unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O Centro POP representa espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social”. Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua/centro-pop-institucional>

instituídos pelo país⁹⁴. Em geral, o acesso aos Centros Pop acontece por abordagens na rua ou busca espontânea dos usuários, seguido de entrevista social e encaminhamentos.

Também se estabeleceu a criação do *Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua*, que se constitui como canal de recebimento de denúncias e demandas, produção e divulgação de indicadores, proposição de políticas públicas e demais encaminhamentos no que tange a violações de direitos de populações em situação de rua⁹⁵.

Ainda no âmbito do MDS, foi promovida a inclusão desse público no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, por meio do Plano Brasil Sem Miséria⁹⁶, abrindo-se a possibilidade de indicação de endereços de abrigos e demais espaços de atenção a estas populações sem residência fixa⁹⁷.

Entre 2009 e 2011, os módulos de atendimento do Disque 100⁹⁸ teriam sido ampliados para acolher denúncias de violação de direitos de pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. No mesmo sentido, foi indicada portaria de 2010 que determina a destinação preferencial de 5% das vagas do Programa Minha Casa, Minha Vida para as populações de rua.

Partindo ainda desta Política Nacional, o Ministério da Saúde (MS) instituiu, em 2009, o *Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua*, por meio da Portaria nº 3.305/09, com a atribuição de propor medidas de acesso a atenção à saúde e ações programáticas ministeriais voltadas a estas populações. Neste sentido, o *Plano Operativo*

⁹⁴ De acordo com o portal 'Observatório Crack, É Possível Vencer'. Acesso em: 15/12/2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/index.html/cuidado/centro-pop.html>

⁹⁵ A este respeito, a Coordenação Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública (CGDHSP) indica que em 2010 foram firmados dois convênios para a implantação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável: com o Ministério Público de Minas Gerais (750.592/2010) e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (750.674/2010). A CGDHSP teria ainda firmado convênio com a Universidade de Brasília para criação do Observatório sobre violência contra População em Situação de Rua, assim como a Defensoria Pública da Bahia.

⁹⁶ Decreto Nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, com eixos de atuação no sentido da garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, de populações em situação de extrema pobreza.

⁹⁷ Cf. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/07/09/distrito-federal-inaugura-seu-primeiro-centro-de-referencia-para-moradores-de-rua>

⁹⁸ "O Disque 100, serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para receber denúncias sobre violações de direitos humanos, registrou, durante todo o ano passado, 453 denúncias relacionadas à violência contra a população de rua. Casos de tortura, negligência, violência sexual, discriminação, entre outros. As unidades da Federação com o maior número de denúncias em termos absolutos foram São Paulo (120), Paraná (55), Minas Gerais e o Distrito Federal, ambos com 33 casos." (V. "165 moradores de rua foram mortos no país desde abril de 2011", publicado por NE10, em 15.03.2012. 25/08/2013. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/nacional/noticia/2012/03/15/165-moradores-de-rua-foram-mortos-no-pais-desde-abril-de-2011-332330.php>

para *Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua*⁹⁹, para período de 2012 a 2015¹⁰⁰ tem como objetivo garantir o acesso aos serviços de saúde, dialogando com a estrutura do SUS, bem como a melhoria do nível de saúde dessas populações, “por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, idade, raça/cor, etnia, orientação religiosa e orientação sexual; a redução de riscos à saúde, decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida”.

Em termos dos equipamentos de atenção instituídos, no plano do acesso à saúde, se destaca os Consultórios de/na Rua. Observe-se que há indicações de diferenças quanto à nomenclatura. “Consultório *de* Rua” é indicado como originado desde finais da década de 1990, em Salvador (BA), para atender à população em situação de risco e vulnerabilidade social, principalmente crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas, apresentando um foco no atendimento no campo da saúde mental¹⁰¹. Os “Consultórios *na* Rua”, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica¹⁰², prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, com equipes multiprofissionais¹⁰³ que atuam de forma itinerante e *in loco* – desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção. Junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas trabalham com a estratégia de Redução de Danos. Atualmente, são 129 os Consultórios na Rua em funcionamento no país¹⁰⁴.

⁹⁹ Cf. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua 2012-2015*. Brasília: 2012. Disponível em:

http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/PLano_Operativo_para_Implementa%C3%A7%C3%A3o_de_A%C3%A7%C3%B5es_em_Sa%C3%BAde_da_Pop_em_situa%C3%A7%C3%A3o_de_Rua_2012-2015.pdf

Acesso em: 20/10/2014.

¹⁰⁰ Construído em consonância com o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, considerando as seguintes instâncias: Secretaria Executiva (SE), Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS), Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) e Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (SGTES).

¹⁰¹ Segundo consta, a experiência do Consultório de Rua de Salvador é referência para novos projetos “Consultório na Rua” previstos no Plano “Crack, é possível vencer”, o qual consolida sua atuação para o encaminhamento de usuários de crack e outras drogas que vivem nas áreas de maior risco social nos espaços urbanos⁷. (Fonte: <http://www2.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/superacao/projetos-bem-sucedidos/consultorio-de-rua> Acesso em 15/10/2014)

¹⁰² Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.

¹⁰³ As equipes dos Consultórios na Rua (eCR) possuem modalidades diferenciadas de composição para os diferentes atendimentos e estratégias operacionalizadas. Vide: Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011; Portaria nº 123, de 25 de janeiro de 2011. Fonte: <http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/programa/eixo-cuidado/consultorio-na-rua> Acesso em 15/12/2014.

¹⁰⁴ De acordo com o portal ‘Observatório Crack, É Possível Vencer’. Acesso em: 15/10/2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/index.html/cuidado/consultorio-na-rua.html>

Outros equipamentos das políticas sociais que atendem às populações em situação de rua são: os próprios Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)¹⁰⁵, o CREAS Itinerante¹⁰⁶, o CREAS POP¹⁰⁷, entre outros. No campo da saúde, tem-se ainda o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)¹⁰⁸, o Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPSi)¹⁰⁹, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)¹¹⁰.

O levantamento dessas leis e políticas acerca da temática se torna importante para esse trabalho, visto que é necessário para entendimento, conhecimento para realização de análises próprias as quais estarão inseridas no percurso desta pesquisa. Dessa forma, é de suma importância também para a discussão das políticas públicas e seu direcionamento às pessoas em situação de rua, bem como seu funcionamento.

¹⁰⁵ Definido como: unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a oferta de atendimento especializado. (Fonte: <https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/busca.php?uf=RJ&cod=30> Acesso em 15/10/2014)

¹⁰⁶ O CREAS Itinerante ‘visa chegar até público alvo, que são crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiências com seus direitos violados, famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em decorrência de violação de direitos. Tal ação tem como objetivo principal aproximar-se da população para promover o primeiro atendimento, para isso fará articulação com parceiros como CRAS, Postos de Saúde, Associações de Bairro, Conselhos entre outros’. (Fonte: <http://creasarapiraca.blogspot.com.br/2012/12/o-creas-arapiraca-trabalha-em-projeto.html> Acesso em 15/10/2014).

¹⁰⁷ Oferta atenção especializada a pessoas em situação de rua em um centro separado do CRAS e dos CREAS convencionais, funcionando em articulação com os serviços de acolhimento e atendimento, contando ainda com espaços destinados à realização de atividades coletivas, higiene pessoal, alimentação e espaço para guarda de pertences pessoais, além de atendimento psicossocial. (Fonte: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias-1/2010/junho/creas-pop-para-a-populacao-em-situacao-de-rua> Acesso em 15/10/2014).

¹⁰⁸ Unidade de saúde especializada em atender usuários de álcool e drogas, ofertando tratamento em liberdade, com atendimento diário a pacientes, ‘permitindo o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua’. São também realizados atendimentos e orientações a familiares dos pacientes. Fonte: http://www.pmcg.ms.gov.br/comad/canaisTexto?id_can=3149

¹⁰⁹ Serviço de Saúde da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de base comunitária. Acolhe crianças, adolescentes e jovens até 25 anos de idade, com transtornos mentais e/ou com problemas em decorrência do uso de álcool e outras drogas. A regulamentação destes equipamento constam na Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a RAPS; Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o CAPS ad; e Portaria nº 3.089, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o financiamento, ancoradas na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Fonte: <http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/programa/eixo-cuidado/centro-de-atencao-psicossocial-para-infancia-e-adolescencia-capsi>

¹¹⁰ Serviço ofertado pelo CREAS, voltado para o acompanhamento de indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaças ou violação de direitos, incluindo aquelas relacionadas ao uso abusivo de drogas. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Vide: Portaria MDS nº 139/2012 e Resoluções da CIT e CNAS.

Fonte: <http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/programa/eixo-cuidado/servico-de-protecao-e-atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-paefi>

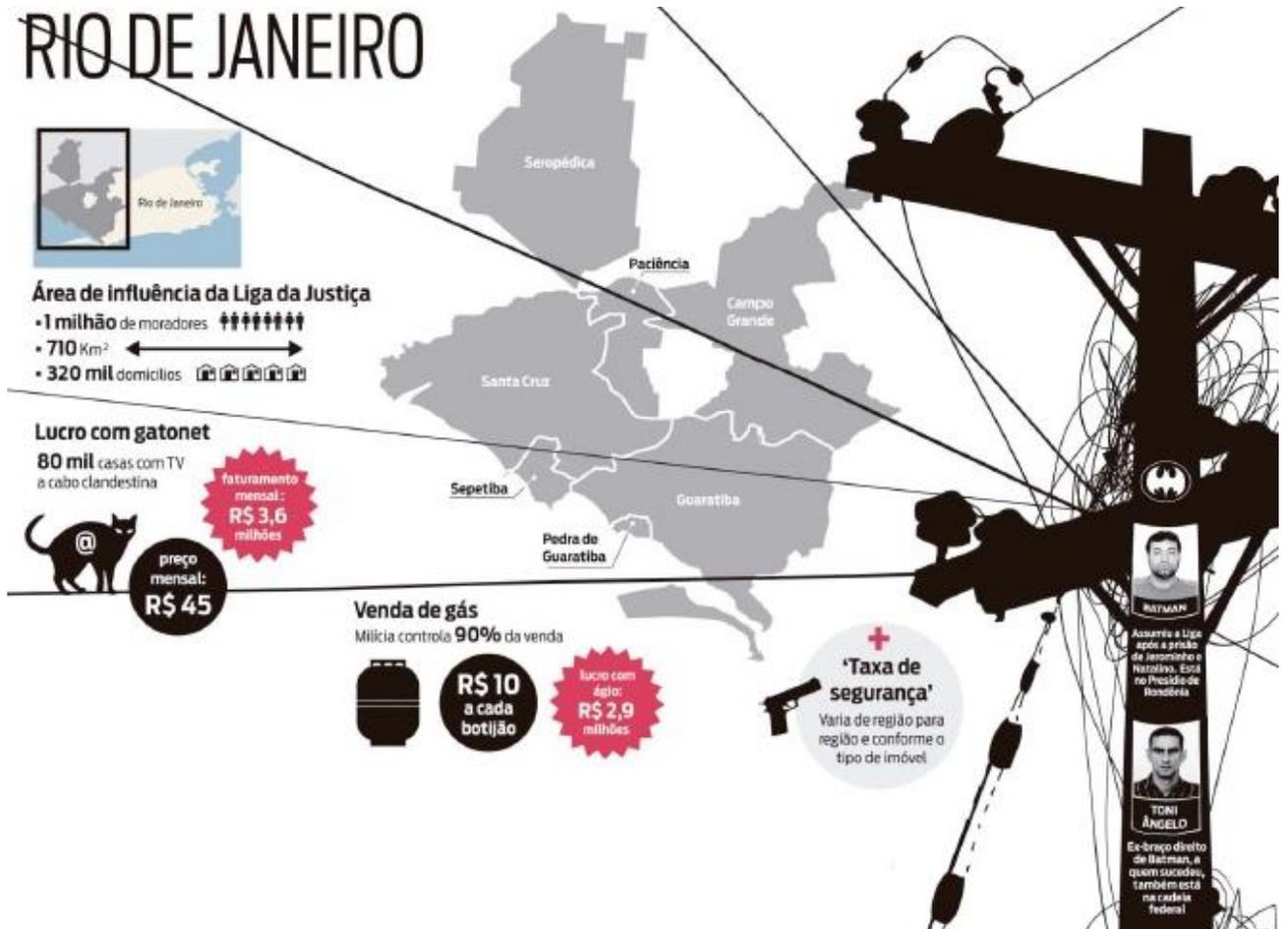
Anexo VI

Infográfico do balanço das manifestações de junho de 2013 a nível nacional



Fonte: Folha de S. Paulo

Anexo VII – Infográfico da área de atuação de milicianos na zona oeste do Rio de Janeiro



Fonte: Jornal O Dia

Anexo VIII

Notícias e reportagens nas temáticas sobre *populações em situação de rua, manifestações, Copa do Mundo e Olimpíadas* - (2013 a 2016).

- O protesto de 17 de junho de 2013. Depoimentos dos historiadores e jornalistas sobre o que eles viram e o que eles registraram nesse dia que vai ser lembrado, estudado, pesquisado no futuro. 18/6/2013: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/o-protesto-de-17-de-junho-de-2013>
- ‘Depoimento de um mendigo sobre a copa de 2014 - Desabafo de um morador de rua - "Eu sou um ser humano"’. 13/12/2012: <https://www.youtube.com/watch?V=bmmfloakrvy>
- Retrospectiva - manifestações de junho agitaram todo o país. Protestos nas ruas abrangeram os mais variados temas. 17/12/2013: <http://www.jb.com.br/retrospectiva-2013/noticias/2013/12/17/retrospectiva-manifestacoes-de-junho-agitaram-todo-o-pais/>
- Rio Acolhedor I – Paciência - Unidade municipal de reinserção social perfil dos acolhidos: origem da abordagem dentro do município do Rio de Janeiro. 2013: http://www.mprj.mp.br/documents/112957/1449960/Levantamento_bairro.pdf
- Abrigo no rio é 'disneylândia do crack', dizem usuários da droga. Instituição de paciência é destino de viciados recolhidos das ruas da cidade. Coordenador nega consumo da droga e afirma que nem cigarro é permitido. 02/01/2013: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/abrigo-no-rio-e-disneylandia-do-crack-dizem-usuarios-da-droga.html>
- Infográfico do balanço das manifestações de junho de 2013 a nível nacional. 20/06/2013: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/18872-balanco-das-manifestacoes.shtml>

- Manifestação do dia 20 de junho no rio de janeiro: dados, percepções no fino do espelho social. 22/08/2013: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/22/manifestacao-do-dia-20-de-junho-no-rio-de-janeiro-dados-percepcoes-no-fino-do-espelho-social/>
- [o brasil ganhou a copa do mundo dos moradores de rua e nem ligou para isso.](http://blogdotas.com.br/2013/08/27/brasil-ganhou-a-copa-dos-invisiveis/) 27/08/2013: <http://blogdotas.com.br/2013/08/27/brasil-ganhou-a-copa-dos-invisiveis/>
- Unidade de reinserção social rio acolhedor promove eleição para representantes dos usuários. 18/09/2013: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=4378857>
- Polícia apreende pistola e drogas em abrigo da prefeitura do rio. Material pertencia a bandidos que invadiram local para fugir da pm. Ao todo, 10 homens foram encaminhados para 36ª dp (santa cruz). 02/10/2013: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/policia-apreende-pistola-e-drogas-em-abrigo-da-prefeitura-do-rio.html>
- 'Mendigo não tem direito de cidadão', afirma vereadora leila do flamengo. Fala de parlamentar na câmara municipal causou polêmica. 01/11/2013: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-11-01/mendigo-nao-tem-direito-de-cidadao-afirma-vereadora-leila-do-flamengo.html>
- Fórum de população adulta em situação de rua do rio pede fechamento do abrigo de paciência. 12/12/2013: <http://www.cressrj.org.br/site/noticias/forum-de-populacao-adulta-em-situacao-de-rua-do-rio-faz-manifesto-contr-o-abrigo-de-paciencia/>

- Abrigos - superlotação e carência estrutural desafiam vida nova. 05/01/2014:
<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/texto/cidade/abrigos%3a-superlotacao-e-carencia-estrutural-desafiam-vida-nova-23757.html#.vskwtfkrk1s>
- Promotor chama abrigo da prefeitura de 'depósito infecto de seres humanos'. Rogério Pacheco Alves, do Ministério Público do Estadual, faz duras críticas ao rio acolhedor, em paciência. 11/02/2014: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-11/ministerio-publico-encontra-diversas-irregularidades-em-abrigo-da-prefeitura.html>
- Secretaria municipal de desenvolvimento social - smds faz censo inédito sobre população de rua no rio de janeiro. 18/02/2014:
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=4607334>
- Secretaria municipal de desenvolvimento social – smds. Papo de rua promove encontro na praça Tiradentes. 30/04/2014:
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=4708428>
- A 28 dias da copa do mundo, movimentos vão às ruas protestar contra campeonato. Organizações civis, partidos políticos e ativistas prometem reunir 12 mil pessoas. 15/05/2014: <http://noticias.r7.com/cidades/a-28-dias-da-copa-do-mundo-movimentos-vao-as-ruas-protestar-contracampeonato-15052014>
- Protestos e medo de black blocs afastam clima de copa nas ruas do rio. 24/05/2014: <http://www.folhapolitica.org/2014/05/protestos-e-medo-de-black-blocs-afastam.html>
- Moradores de rua do rio se abrigam próximo a instalações da copa. Pedinte improvisa moradia ao lado da arena do fifa fan fest. Menores recolhem pertences no lixo perto do maracanã. 28/05/2014: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/moradores-de-rua-do-rio-se-abrigam-proximo-instalacoes-da-copa.html>

- Mp constata piora na superlotação de abrigo na zona oeste do rio. Prefeitura descumpriu ordem judicial e mantém lotação e insalubridade. Promotora não descarta tentativa de 'higienização' para a copa. 10/06/2014: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/mp-constata-piora-na-superlotacao-de-abrigo-na-zona-oeste-do-rio.html>
- Mp vê indícios de limpeza social nas ruas do rio para a copa do mundo. 10/06/14: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/mp-ve-indicios-de-limpeza-social-mas-ruas-do-rio-para-a-copa-do-mundo>
- Para onde foram os moradores de rua de copacabana? Reportagem do terra circulou por duas noites pelo bairro que recebe o maior número de turistas estrangeiros na copa do mundo e encontrou número bem inferior ao habitual de pessoas vivendo e/ou dormindo nas ruas. Ficou a pergunta que não quer calar: teria o poder público "maquiado" copacabana e retirado os moradores de rua no pior estilo "para gringo ver"? 20/06/2014: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/opinio-para-onde-foram-os-moradores-de-rua-de-copacabana,7de95c09207b6410vgnvcm3000009af154d0rcrd.html>
- 'Depósito humano' de mendigos acumula denúncias no rio; prefeitura nega problemas. 03/07/2014: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140628_mendigos2_rio_wc2014_jp
- Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a copa. 04/07/2014: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>
- Manifestações de junho de 2013: qual é o saldo dos protestos um ano depois? 11/07/2014: <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/manifestacoes-de-junho-de-2013-qual-e-o-saldo-dos-protestos-um-ano-depois.htm>

- Operação limpeza. Desde os preparativos da copa, moradores de rua foram retirados das ruas e sofreram agressões em pelo menos 06 cidades-sede. 15/07/2014: <http://apublica.org/2014/07/operacao-limpeza/>
- População de rua leva cartão vermelho. População de rua aumenta nos últimos anos e a resposta da gestão pública é a violência, principalmente no entorno dos estádios da copa do mundo. 15/07/2014: <http://www.brasilefato.com.br/node/29181>
- Após copa, mendigos voltam a copacabana e reclamam de recolhimento forçado. 06/08/2014: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/08/06/apos-copa-mendigos-voltam-a-copacabana-e-reclamam-de-recolhimento-forcado.htm>
- Abrigo impróprio em paciência, rio acolhedor é liberado pela justiça. Liminar do mp que condenou local por infestação de percevejos, superlotação e infraestrutura precária foi derrubada. 07/08/2014: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-07/abrigo-improprio-em-paciencia-rio-acolhedor-e-liberado-pela-justica.html>
- Prefeitura leva projeto “papo de rua” a usuários de crack no complexo da maré. 14/08/2014: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4854984>
- O desafio do protagonismo da população em situação de rua. 03/10/2014: <http://arqrio.org/noticias/detalhes/2553/o-desafio-do-protagonismo-da-populacao-em-situacao-de-rua>
- Crack – é possível vencer o preconceito? 13/10/2014: <http://jornalocasaraio.com/2014/10/13/crack-e-possivel-vencer-o-preconceito/>

- Prefeitura do rio quer inserir os cerca de 5,5 mil moradores de rua da cidade na festa olímpica. Ideia é promover atividades culturais voltadas para população sem teto durante os jogos. Abrigos terão mais vagas. 03/06/2015: <http://oglobo.globo.com/esportes/rio-2016/prefeitura-do-rio-quer-inserir-os-cerca-de-55-mil-moradores-de-rua-da-cidade-na-festa-olimpica-16337729>
- Manifestantes saem às ruas das capitais contra a copa do mundo. De são paulo, rio de janeiro, porto alegre, fortaleza, belo horizonte. 12/06/2014: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1469304-manifestantes-saem-as-ruas-das-capitais-contr-a-copa-do-mundo.shtml>
- Secretaria municipal de desenvolvimento social - smds dá início as obras na unidade de reinserção social rio acolhedor. 26/06/2015: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=5435352>
- O crack e a cidade: por que é preciso quebrar o estigma. 24/07/2015: <http://vozerio.org.br/o-crack-e-a-cidade-por-que-e>
- Abrigo secretaria vai construir quatro abrigos para moradores de rua. Prefeitura vai criar novos abrigos, mas a quantidade de vagas ainda não será suficiente para bater meta. 23/08/2015: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-23/secretaria-de-desenvolvimento-social-rio-nao-tera-moradores-de-rua-em-2016.html>
- Casal de moradores de rua é incendiado enquanto dormia no rio Comprido. Eles foram levados para o hospital Souza Aguiar. Mulher teve 70% do corpo queimado e é quem mais inspira cuidados. 11/11/2015: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-11-11/casal-de-moradores-de-rua-e-incendiado-enquanto-dormia-no-rio-comprido.html>
- Conheça o morador de barra de Guaratiba, exemplo de solidariedade. Vitor Gato dá aulas de *stand up paddle* em troca de doação de alimentos para distribuir a moradores de rua. 06/01/2016: <http://www.utilitaonline.com.br/2016/01/06/conheca-vitor-gato/>

- Ex-morador de rua preso no rio diz que foi ameaçado de estupro por pms. Único condenado por protestos de 2013, rafael braga foi preso novamente. Ele teve a prisão convertida em preventiva e perdeu regime domiciliar. 13/01/2016: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/ex-morador-de-rua-presno-no-rio-diz-que-foi-ameacado-de-estupro-por-pms.html>
- Moradores do condomínio jambalaia dividem moradia com animais. 04/2016: <http://jornalzo.com.br/sos-dos-bairros/item/1254-moradores-do-condominio-jambalaia-dividem-moradia-com-animais>